



# ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



**João Maria Lopes Mouga Poças Santos**

## **A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)**

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares  
Navais, na especialidade de Marinha**



**Alfite**

**2020**





# ESCOLA NAVAL

ta santde ubi faire



**João Maria Lopes Mouga Poças Santos**

*A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)*

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares  
Navais, na especialidade de Marinha**

**Orientação de: CMG M Costa Canas**

O Aluno Mestrando

O Orientador

---

**ASPOF M Poças Santos**

---

**CMG M Costa Canas**

**Alfeite  
2020**





## **A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)**

---

*For those in, or who work for, the Navy, history is not some amorphous, abstract, and intellectual creation; it happens around them all the time. What naval professionals do every day is part of our nation's history, as is the work of their predecessors.*

(Hattendorf, 2003, p.15)





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### **Dedicatória**

À memória do Avô Fernando e do Avô Álvaro, que serviram Portugal como oficiais milicianos, respetivamente, em situações de Guerra (Guiné, anos 60 do século XX) e de Paz (Moçambique, anos 50 do mesmo século), dos quais guardo, sobretudo, ternas recordações pessoais.





### Agradecimentos

Uma dissertação de mestrado traduz-se, sabemos-lo agora bem, num esforço de investigação e de reflexão individual e, em grande medida, solitário. Porém, sendo certo que as opções tomadas responsabilizam exclusivamente o autor, estamos sempre perante a soma de contributos por parte de pessoas e entidades que colaboraram, de diversos modos, para que o mesmo tenha *chegado a bom porto*. Mencioná-las aqui é o mínimo que se pode e deve fazer, sob pena da mais intolerável ingratidão.

Desde logo, há que deixar registado um profundo reconhecimento ao Capitão-de-Mar-e-Guerra António José Duarte Costa Canas, meu Orientador no percurso científico agora levado a cabo, por sempre ter acreditado neste projeto, pela paciência ao longo destes meses e pelas preciosas indicações bibliográficas e metodológicas sobre o rumo a seguir.

Um agradecimento genérico é devido, igualmente, a todos os que contribuíram para a minha formação pessoal, académica e militar, ao longo destes cinco anos na Escola Naval, em especial aos meus professores e formadores, particularizando os docentes que, pelo modo vibrante que imprimiram às suas aulas, reforçaram o meu gosto pelo conhecimento histórico, como é o caso, para além do meu Orientador, do CMG M Augusto António Alves Salgado e do CFR FZ Luís Jorge Rodrigues Semedo de Matos.

Aos responsáveis da Biblioteca da Escola Naval, da Biblioteca do Clube Militar Naval, da Biblioteca Central da Marinha e do Arquivo Histórico da Marinha agradeço o acesso à bibliografia e demais documentos que possuem nos seus acervos, cujas informações utilizámos abundantemente.

No plano mais pessoal, seja-me permitido recordar aquelas e aqueles camaradas, em especial os do Curso João Baptista Lavanha, a que me orgulho de pertencer, que nunca deixaram de dar, com a maior gratuidade, as palavras e os gestos de alento nos momentos mais difíceis desta etapa agora prestes a encerrar-se.

Para a minha Família (aquele *porto de abrigo* de que falava o Senhor Almirante Comandante da Escola Naval na exortação que, a 9 de outubro de 2015, nos dirigiu na cerimónia em que fomos recebidos enquanto cadetes e prestámos solenemente o Compromisso de Honra), de quem fomos recebendo todo o apoio e encorajamento que necessitávamos, uma palavra final de agradecimento, sobretudo aos meus Pais.





### Resumo

O projeto de investigação e de elaboração de uma dissertação de mestrado, subordinada ao tema “A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)”, que ora se sintetiza, tem como objetivo primordial responder à questão de saber como se processava, há cerca de um século e meio, a transformação de gente indiferenciada, nem sempre com ligações às atividades marítimas, em verdadeiros marinheiros (praças), integrados na Marinha de Guerra, através da formação e do adestramento prático que lhes era ministrado, primeiro no *Corpo de Marinheiros da Armada* e, ulterior e sucessivamente, também na *Escola Prática de Artilharia Naval*, na *Escola de Alunos Marinheiros*, na *Escola e Serviço de Torpedos* e em outros contextos (nomeadamente, nos navios em que embarcavam).

Para alcançar essa finalidade de estudo, procurou-se conhecer a organização e funcionamento dessas entidades militares-navais, o modo como se concebia e concretizava a instrução e o ensino desenvolvido nas mesmas – os conteúdos programáticos que orientavam as aprendizagens, os meios disponíveis (recursos humanos, infraestruturas, navios e equipamentos) – mas, principalmente, a situação dos instruendos e alunos-marinheiros e o contributo das organizações visadas para o serviço da Armada, no período que medeia entre a criação do Corpo de Marinheiros (1851) e o final do regime monárquico (1910).

Complementarmente, abordaram-se, em breves traços gerais, os modos e processos do recrutamento militar-naval à época e ainda o processo de introdução de novas tecnologias na formação naval (tais como torpedos e artilharia mais avançada).

Para atingir estes objetivos, foram pesquisadas e estudadas fontes como a legislação régia aplicável às entidades visadas e alguma documentação arquivística, bem como consultada a bibliografia pertinente, no âmbito da qual sobressaem, em termos qualitativos e quantitativos, artigos publicados à época nos *Anais do Clube Militar Naval*.

**Palavras-chave:** Formação de praças da Marinha; Corpo de Marinheiros; Escola de Artilharia Naval; Escola de Alunos Marinheiros; Escola e Serviço de Torpedos.





### Abstract

The project of research and writing of a MSc dissertation thesis, according to the subject “The qualification of sailors in the Portuguese Navy (1851-1910)”, which is here synthesized, has as a purpose the answer to the question of how was the process, about a century and a half ago, and transformation of unqualified people, who didn’t always have a connection to maritime activities, into true sailors, integrated in the Navy, through the qualification and practical studies which were learned and trained, first in the *Sailors Corps of the Navy* and, further in time, also in the *Practical School of the Navy’s Artillery*, in the *School for Student Sailors*, in the *Torpedo’s School and Service* and in other contexts (such as, in the ships where they sailed).

To reach the goal of this enquiry, it was sought to understand the organization and functioning of these military and naval entities, the way in which the education was conceived, the contents of the various programs which followed the learning, the means available (human resources, infrastructures, ships and equipment), but most importantly, the situation of the recruits and students and the contributions of the organizations targeted for the service within the navy, throughout the period between the creation of the Sailors Corps of the Navy (1851) and the end of the monarchy (1910).

It was further examined the ways and processes in which the recruitment of sailors in that era, and also of the process of integration of new technologies in the qualification of navy personnel (such as torpedoes and increasingly advanced artillery)

To attain these goals, there was a thorough examination of sources such as royal laws applicable to the aforementioned entities and some archive documentation, and consulted the relevant bibliography, in which stands out, both in terms of quantity and quality, the articles published during the time in the *Annals of the Military Navy Club*.

**Keywords:** Qualification of Navy sailors; Sailors Corps of the Navy; Practical School of the Navy’s Artillery; School for Student Sailors; Torpedo’s School and Service.





## Índice Geral

<b>Dedicatória</b> .....	<b>v</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>vii</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>ix</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>xi</b>
<b>Índice Geral</b> .....	<b>xiii</b>
<b>Índice de Tabelas</b> .....	<b>xv</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Apresentação preliminar</b> .....	<b>1</b>
<b>Pertinência do tema e justificação da escolha do mesmo</b> .....	<b>3</b>
<b>Delimitação do âmbito da investigação</b> .....	<b>6</b>
<b>Estrutura da dissertação</b> .....	<b>8</b>
<b>Capítulo 1 – Objetivos de investigação, metodologia, elementos e fontes de estudo</b> .....	<b>11</b>
<b>Capítulo 2 – A formação marinheira antes da criação de escolas formais</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1. Breve contextualização</b> .....	<b>17</b>
<b>2.2. O Corpo de Marinheiros</b> .....	<b>19</b>
<b>Capítulo 3 – Um novo ciclo na formação de praças para a Marinha</b> .....	<b>39</b>
<b>3.1. Escola Prática de Artilharia Naval</b> .....	<b>40</b>
<b>3.2. Escola de Alunos Marinheiros</b> .....	<b>57</b>
<b>3.3. Escola e Serviço de Torpedos</b> .....	<b>88</b>
<b>Capítulo 4 – Breve nota sobre o recrutamento de praças da Marinha (1851-1910)</b> .....	<b>97</b>



<b>Capítulo 5 – Integração de novas tecnologias no ensino e na atividade da Marinha .....</b>	<b>109</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>121</b>
<b>Fontes e Bibliografia .....</b>	<b>125</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>136</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>165</b>



## **Índice de Tabelas**

<b>Tabela 1 – Resultados do exercício de tiro da Trafaria de agosto-setembro de 1881</b> .....	<b>51</b>
<b>Tabela 2 – Plano de estudos do curso complementar da escola de marinheiros (1901)</b> .....	<b>67</b>
<b>Tabela 3 – Quadro cronológico das localizações das Escolas de Marinheiros (1876-1910)</b> .....	<b>87</b>
<b>Tabela 4 – Tempos comparativos de serviço militar obrigatório (1907)</b> .....	<b>106</b>





### **Introdução**

#### **Apresentação preliminar**

Como outros, podemos questionar-nos, ao menos retoricamente, sobre a pertinência, e talvez mesmo da utilidade, de estudar e investigar factos, pessoas, acontecimentos e circunstâncias que ocorreram há mais de século e meio, ou seja, “why in this age of constant technological, economic, social, and political change should navies actively concern themselves with the naval past?” (Till, 2019, p. 11).

Ora, o conhecimento do passado não apenas nos permite percebermos quem somos – as nossas raízes e a nossa identidade – mas também aprendermos, quer com os exemplos edificantes, quer com os erros e as fragilidades reveladas pelas gerações que nos antecederam, em tempos mais remotos ou mais recentes.

Daí decorre a relevância social da História, enquanto ramo do saber que se debruça sobre as pessoas, os acontecimentos e os processos do passado, e daí o fascínio que sempre tive por esta ciência, interesse que renovei durante estes anos na Escola Naval, através das unidades curriculares que, no plano de estudos do mestrado integrado, se inserem no campo disciplinar das ciências históricas.

Feita esta referência inicial, para que se perceba a opção de base por uma dissertação de mestrado no âmbito da História e não em outra área, há que apresentar sinteticamente a presente dissertação e delinear os vetores fundamentais do trabalho realizado, designadamente quanto à questão de investigação principal e a outras com esta correlacionadas, bem como as linhas gerais do processo de pesquisa levado a cabo.

Assim, procurando apresentar, em termos simples, mas com a maior clareza possível (atendendo ao carácter científico do estudo em causa), o que pretendemos efetivamente investigar e como se conduziu o trabalho de pesquisa ao longo de quase um ano, deve referir-se que se tentará dar resposta à questão de saber como se processava, na



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

última metade do século XIX e na primeira década do século XX, a transformação de gente indiferenciada, nem sempre com ligações às atividades marítimas, em verdadeiros marinheiros (praças), integrados na Marinha de Guerra<sup>1</sup>, através da formação e do adestramento prático que lhes era ministrado, primeiro no Corpo de Marinheiros, mais tarde na Escola de Marinheiros e em outros contextos (*maxime*, nos navios em que embarcavam).

Complementarmente, procurou-se questionar e conhecer, em traços gerais, os modos e processos do seu recrutamento militar-naval e ainda sobre o processo de introdução de novas tecnologias na formação naval (tais como artilharia mais avançada e torpedos).

Para atingir aquele desiderato, dando resposta à questão fundamental de investigação e, outrossim, alcançar os objetivos secundários subjacentes a estas perguntas de pesquisa, acessórias mas complementares, do ponto de vista metodológico, procurámos realizar a adequada e imprescindível revisão da literatura pertinente, a fim de traçar o enquadramento teórico do estudo a empreender, que se pretende cientificamente rigoroso, apesar de ser realizado por quem não tem uma formação histórica formal.

Por outro lado, mas ainda procurando indicar os vetores gerais da investigação, apresentar-se-á a contextualização histórica do objeto de estudo, necessariamente breve, atendendo à natureza e às limitações (temporais e outras) próprias de uma dissertação de mestrado.

Nessa contextualização, o objetivo essencial é o de traçar o cenário macro-histórico que envolve o nosso campo de estudo e pesquisa, isto é, expor muito genericamente o quadro de circunstâncias sociais, políticas e económicas no período em apreço (1851-

---

<sup>1</sup> Neste trabalho usar-se-á esta denominação em sinonímia com as expressões *Armada* ou, simplesmente, *Marinha*, seguindo a opção terminológica utilizada numa recentíssima tese de doutoramento em História Contemporânea. Embora seja possível encontrar ligeiríssimas nuances entre estes termos, estando o primeiro mais relacionado com a vertente organizacional e prevalecendo o segundo para a dimensão militar, tal como o autor citado e com idênticos fundamentos, “usaremos ‘Marinha’ e ‘Armada’ com o mesmo sentido” (Silva, 2020, p. 11).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

1910) e em Portugal, que condicionaram e influenciaram decisivamente os factos que pretendemos investigar.

De mencionar, também para clarificar como pesquisámos esses factos, processos e circunstâncias, que se desenvolveu e aprofundou a busca de fontes primárias (legislação, documentos e testemunhos da época), essenciais para um estudo que se pretende histórico, sem prejuízo de alargar e desenvolver a consulta de fontes secundárias pertinentes (bibliografia especializada – livros e artigos científicos) para o objeto de estudo que, de modo maior ou menor, possam contribuir para um conhecimento acrescido sobre *A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)*.

A nossa ambição é a de, modestamente e à escala em que nos situamos, ter concretizado um trabalho desprezioso mas sério que não desdoure a Escola a que me honro de pertencer, considerando que, como refere Lobo (2006, p. 16), “a investigação em História Naval tem grandes tradições na Escola Naval”, que se concretizam e atualizam através da linha de investigação em História Marítima do CINAV – Centro de Investigação Naval, o qual tem, entre outras missões, a de promover e apoiar as atividades de investigação, desenvolvimento e inovação da nossa Escola.

### **Pertinência do tema e justificação da escolha do mesmo**

A escolha do tema da dissertação foi essencialmente motivada pela minha própria reflexão pessoal e até curiosidade, pois desde há muito que me interrogo, mormente desde que me tornei aluno da Escola Naval, sobre as circunstâncias e os processos que levam a que alguém abrace uma carreira naval e, enquanto pessoa, se transforme num marinheiro, muitas vezes sem ligações prévias ao mar ou a atividades marítimas ou, pelo menos, à Instituição Militar.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Essa interrogação foi ecoando ao longo do curso, não apenas no âmbito das unidades curriculares ligadas à História Marítima<sup>2</sup>, mas igualmente da própria observação da realidade da Marinha em outros contextos (designadamente, no contacto com as guarnições dos navios em que embarquei durante as viagens de instrução) e acabou por se traduzir no projeto de investigação histórica que agora se introduz.

Esboçada supra a justificação possível da relevância do tema escolhido no contexto do curso de *Mestrado Integrado em Ciências Militares Navais – especialidade de Marinha*, cabe agora situá-lo numa área de conhecimento científico. Neste aspeto, o nosso trabalho insere-se claramente no âmbito da História, enquanto ciência e ramo do saber humano, tendo em consideração que, como bem salienta Hattendorf (1995, p. 7):

“As a theme in general history, maritime and naval history is not separate from other aspects of historical study. Nevertheless, it involves a wide range of specialized learning and knowledge that justifies the identification of maritime and naval history as one of the many legitimate fields for historical research and writing.”

Ora, estudar, conhecer e refletir cientificamente sobre o tema específico da formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910) não pode deixar de considerar-se, em nossa opinião, como um objetivo pertinente para o crescimento científico e militar-naval de um futuro oficial da Marinha, ao concluir o seu mestrado, como se enquadra num ramo disciplinar – o da História Naval – ajustado ao estabelecimento de ensino que ministra essa formação universitária.

Para além disso, não deve ser negligenciada a importância do conhecimento histórico em termos de formação humana e militar, muito para além das suas próprias fronteiras enquanto disciplina científica, sendo irrefutável que “History helps us to understand the context and explains how we have arrived at where we are today, and

---

<sup>2</sup> Nomeadamente, *História Naval* (1.º ano) e *História do Poder Naval* (4.º ano), para além de capítulos específicos dedicados a questões históricas que integram os conteúdos programáticos de várias unidades curriculares constantes do plano de estudos do Curso.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

therefore it also helps us to understand the present rather better, and from that to design sustainable policies for the future” (Till, 2019, p. 16).

Em suma, para utilizar a conhecida “taxonomia de Bloom” (Bloom, 2001), numa das suas vertentes – a que se relaciona com a aprendizagem cognitiva – a pertinência deste tema e deste estudo radica também na possibilidade de, por via do trabalho de investigação desenvolvido, conseguir um maior domínio em termos de estruturação do pensamento, de aumento do conhecimento e de capacidades intelectuais, pelo menos nos seguintes níveis:

- ✓ *Conhecimento* (entendido como aptidão para a memorização e evocação de factos, termos, métodos, processos e estruturas);
- ✓ *Compreensão* (capacidade de perceção e interpretação de dados, através de operações intelectuais de estruturação e extrapolação dos mesmos);
- ✓ *Aplicação* (competência para a utilização e aplicação de conceitos gerais às diferentes situações em estudo, em termos de escolha, interpretação, aplicação prática e até na própria redação do texto da dissertação) e, por último e desejavelmente;
- ✓ *Análise* (capacidade para a avaliação da realidade em estudo, propondo categorizações, efetuando comparações e distinções face a situações afins e mesmo em termos críticos e de questionamento mais lato da problemática investigada).

Se tiver alcançado, como foi meu objetivo desde o início, estes níveis cognitivos, mesmo que parcialmente, certamente terá valido a pena o esforço para realizar a investigação do tema elegido, aproveitando a oportunidade para, durante algum tempo, me ter transformado, ainda que modestamente, num “investigador júnior” e aumentar os meus horizontes...



### Delimitação do âmbito da investigação

Em termos disciplinares, o trabalho a que nos propusemos situa-se no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, em particular na área científica de História e, especificamente, insere-se no subcampo da História Naval, sendo esta, por sua vez, parte integrante da História Militar.

Valorizar a História, sem pretensão de fazer comparações com situações atuais e muito menos de tentar tirar pretensas lições para o presente, significa ir ao encontro do passado, ganhando em conhecimento e, embora mais raramente, em sabedoria. Ao invés, não lhe dar o devido relevo é um erro que se deve evitar... Como afirma um reputado historiador naval deste tempo:

“There is an ever-present human tendency to think that all that went before is irrelevant and useless, especially in an era of transformation and change. Navies are particularly susceptible to this tendency since (...), by and large, have tended to ignore the value of and advantages to be found in historical insight” (Hattendorf, 2003, p.13).

Certamente não será esse o caso da Armada Portuguesa, cujos oficiais desde há muito têm sido formados para que a dimensão histórica não seja descurada no pensar e no agir da Marinha.

Do ponto de vista cronológico, balizámos o nosso objeto de estudo por duas datas marcantes: a publicação, a 22 de outubro de 1851, do Decreto que criou o *Corpo de Marinheiros Militares* e a mudança da forma de governo do nosso país, com a implantação da República, a 5 de outubro de 1910.

Na perspetiva da abrangência temática, em termos das categorias de militares a estudar, este projeto circunscreve-se às praças, uma vez que a formação dos oficiais da Marinha no período em causa foi já estudada em vários textos científicos e académicos, de acordo com pesquisa bibliográfica preliminar efetuada e com a informação recolhida



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

(por exemplo, AA. VV., 1945; 1982; Canas e Valentim, 2007 e Guerreiro, 2013) aquando da elaboração do plano de dissertação.

Efetivamente, em termos relativos, não são muito numerosos os trabalhos académicos que se tenham dedicado especificamente ao estudo, quer no plano da História, quer no da Sociologia ou da Antropologia ou de outras Ciências Sociais e Humanas, da realidade desta classe – as praças, o que não é algo que diga respeito apenas ao panorama científico português...

Vejam-se, a título de exemplo, no contexto do Reino Unido e no quadro de uma recente tese de doutoramento, as reflexões de Smith (1917, p. i), lamentando que “the Royal Navy, and more particularly its sailors during the late-nineteenth and early-twentieth centuries, has remained a neglected topic”. Porém, o mesmo autor reconhece que essa escassez de abordagens sobre a realidade ligada ao que designa, de modo muito impressionante, por *voices from the lower deck*, parece estar a ser ultrapassada mais recentemente, v. g., nas áreas da historiografia sociocultural.

Por outro lado, não será despropositado recordar aqui que “o propósito da investigação histórica é (...) responder a questões que digam respeito às causas, aos efeitos ou às tendências de acontecimentos passados, que possam ajudar a explicar acontecimentos atuais e a prever acontecimentos futuros” (Carmo e Ferreira, 1998, p. 211), pelo que o âmbito desta investigação traduz a necessidade de traçar limites temporais e de objeto de pesquisa que torne viável e exequível a consecução dessas respostas, apurando causas, determinando consequências e explicando umas e outras.

Acresce que os contornos da pesquisa agora enunciada foram também delineados pelas hipóteses de investigação definidas *a priori*, a partir da pesquisa preliminar levada a cabo em sede de elaboração do projeto inicial (e que devem ser vistas mais como questionamentos de suporte à atividade investigatória do que como perguntas a obter uma resposta cabal e definitiva), a partir das questões já patenteadas supra:



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

✓ Saber como se processava, no período histórico delimitado, a transformação de gente indiferenciada, muitas vezes sem grandes ligações às atividades marítimas, em verdadeiros marinheiros (praças), integrados na Marinha de Guerra, através da formação e do adestramento prático que lhes era ministrado na Escola de Marinheiros e nos demais contextos escolares e outros (*maxime*, nos navios em que embarcavam) – questão principal;

✓ Questionar e conhecer, em traços gerais, algo sobre os modos e processos do seu recrutamento militar-naval e ainda o processo de introdução de novas tecnologias na formação naval (tais como artilharia mais avançada e torpedos) – questões complementares.

### Estrutura da dissertação

A estrutura da investigação, partindo do esquema provisório apresentado no plano da dissertação, sofreu os ajustamentos que o percurso de pesquisa aconselhou, em articulação com o Orientador da mesma, pois, como é do senso-comum, o processo investigativo é dinâmico, pelo que as alterações ocorridas foram ditadas pelo próprio conhecimento que se foi adquirindo.

Assim, como se pode verificar da leitura do índice, a estrutura da dissertação é composta por um capítulo de introdução (apresentação preliminar, pertinência do tema e justificação da escolha do mesmo, delimitação do âmbito da investigação e estrutura da dissertação), seguido do capítulo 1, dedicado aos objetivos de investigação, metodologia, elementos e fontes de estudo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Optou-se por inserir em capítulo autónomo a apresentação dos pressupostos metodológicos, juntamente com as metas delineadas para a investigação e as fontes estudadas, atendendo à sua relevância num trabalho desta índole, mas também para não sobrecarregar este ponto introdutório com um enquadramento mais detalhado. De referir também que a parte textual da dissertação excede um pouco a dimensão sugerida, o que é devido à inserção de algumas tabelas que não seria desejável apresentar em apêndice e à necessidade de tratar separadamente as várias escolas estudadas.



## **A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)**

---

Nesta sequência, serão apresentados os quatro capítulos de desenvolvimento substantivo do tema: o capítulo 2, em que é tratada a formação marinheira antes da criação de escolas formais, com uma breve contextualização desta vertente (subcapítulo 2.1.) e analisada a criação, organização e funcionamento do Corpo de Marinheiros (subcapítulo 2.2.); o capítulo 3 abrange genericamente as várias instituições escolares da Marinha, em termos de ensino não superior, subordinado à ideia de um novo ciclo na formação de praças para a Marinha, aqui se incluindo, pela ordem da respetiva data de criação, a Escola Prática de Artilharia Naval (subcapítulo 3.1.), a Escola de Alunos Marinheiros (subcapítulo 3.2.) e a Escola e Serviço de Torpedos (subcapítulo 3.3.).

Em termos de abordagem complementar ao tema central, surgem o capítulo 4, com uma breve nota sobre o recrutamento de praças da Marinha no período em estudo, e o capítulo 5, em que se apresentam alguns aspetos ligados à integração de tecnologias no ensino e na atividade da Marinha, terminando a dissertação com um capítulo de conclusão, em que serão refletidos os pontos investigados mais relevantes, analisando e interpretando os resultados obtidos sintetizando o trabalho realizado e apresentando algumas reflexões finais





### **Capítulo 1 – Objetivos de investigação, metodologia, elementos e fontes de estudo**

Para além do já exposto anteriormente, pretende-se explicitar neste ponto algumas escolhas e opções tomadas.

Assim, o estudo desenvolvido tem como principal objetivo, conforme resulta do próprio título, conhecer como se processava a formação dos marinheiros a partir de meados do século XIX, nomeadamente, como é que se transformavam os homens de terra em homens do mar ou marítimos civis em militares, focando especificamente a situação das praças.

Acrescendo a esse objetivo primordial, procurando refletir e dar alguns contributos para a resposta às questões formuladas, a dissertação visa ainda relacionar toda a informação recolhida, procurando estabelecer eventuais nexos de causalidade nos fenómenos sociomilitares, situados numa perspetiva histórica.

Por outro lado, tentou-se ensaiar uma breve reflexão, a apresentar na conclusão deste trabalho e com base no estudo realizado, sobre a relevância de uma adequada formação para a operacionalidade da Marinha, para além do contexto histórico em causa.

Como enquadramento teórico da dissertação, o mesmo resulta do historial de outros estudos produzidos, os quais constam da Bibliografia, em que se incluem obras de natureza ou com interesse científico, com o desiderato de fazer a adequada revisão da literatura pertinente no que toca ao estudo do tema selecionado, enquanto estrutura teórica e conceptual que alicerça e fundamenta cientificamente a investigação desenvolvida.

Em ponto anterior, esboçámos já a definição das opções metodológicas adotadas e, posteriormente, ao longo do texto, procurar-se-ão apresentar mais concretamente essas escolhas e respetiva justificação, a propósito dos vários pontos específicos a abordar. De qualquer modo, sempre se dirá que a metodologia, embora importante, é instrumental para a realização dos objetivos de investigação.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Assim, começámos por procurar e estudar a bibliografia de referência existente nas bibliotecas da Marinha e em repositórios académicos disponíveis na internet, bem como as fontes ligadas ao tema, designadamente, alguns documentos arquivísticos do Arquivo Histórico da Marinha. Através desta diversificada panóplia de recursos, tornou-se possível conseguir validar, questionar e refletir as hipóteses de partida e responder às questões de investigação e, finalmente, retirar algumas conclusões, de acordo com o esquema metodológico usual neste tipo de trabalhos.

Em termos de elementos de estudo, explorámos o imenso potencial disponibilizado nos *Anais do Clube Militar Naval*, mormente nas edições publicadas dentro das balizas temporais (1852-1910)<sup>4</sup> que pré-definimos para este estudo. Esta publicação é uma fonte bibliográfica incontornável para qualquer investigação no âmbito temático histórico-naval do século XIX até à atualidade, uma vez que têm sido publicados continuamente desde dezembro de 1870 e, para além de serem uma “forma de expressão através da qual são abordados os temas, os pensamentos e ideias dos sócios do Clube” (Cunha, 2014, p. xi) e de refletirem “as ambições, desejos, preocupações e anseios do público-alvo do Clube, os oficiais da Marinha Portuguesa” (*ibidem*, p. 1) constituem um manancial de informação e de opinião que se revelou de grande interesse e que procurámos explorar exaustivamente.

Nesta publicação, considerada uma das fontes históricas mais relevantes em termos da atividade cultural da oficialidade da Armada (Matos e Santos, 2008), tanto pelo seu carácter duradouro no tempo, enquanto publicação, quer pela qualidade e relevância dos textos publicados ao longo do tempo, acompanhando “os assuntos e interesses especificamente navais e militares” (*ibidem*, p. 432), incluindo testemunhos e relatos de experiências sobre “inovações tecnológicas, assuntos táticos e estratégicos, notícias e

---

<sup>4</sup> Sendo certo que, nos primeiros vinte anos deste intervalo cronológico, os *Anais* não tinham ainda surgido, pelo que tivemos de recorrer a outras fontes, para o intervalo entre 1851 e 1871.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

estatísticas militares e navais (*ibidem*), cujas edições foram tendo uma periodicidade que oscilou entre a bianual e a bimensal (Paulo, 2016).

Para além dos *Anais*, documentámo-nos também numa obra que abarca uma parte significativa do período em estudo, em que se faz um levantamento exaustivo, de carácter acentuadamente descritivo e informativo, do panorama dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis e setores, incluindo os que se inserem no âmbito temático que ora nos interessa – o ensino militar-naval das praças da Armada.

Trata-se de uma obra monumental em dezanove volumes, da autoria de José Silvestre Ribeiro, publicada sob os auspícios da Academia Real das Ciências, intitulada *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*<sup>5</sup>, sendo especialmente relevantes para a recolha de informação útil para este trabalho os que constam do seguinte quadro:

<b>TOMO</b>	<b>TÓPICOS RELEVANTES</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
Tomo VII	– p. 91: <i>Escola de Instrucção Primaria do Corpo de Marinheiros</i>	(Ribeiro, 1878)
Tomo XII	– pp. 106-110: <i>Escola de Alumnos Marinheiros</i> – pp. 116-117: <i>Escola de Instrucção Primaria do corpo de Marinheiros</i> – pp. 162-165: <i>Escola e Serviço de Torpedos</i> – pp. 297-300: <i>Escola Pratica de Artilheria naval</i>	(Ribeiro, 1884)
Tomo XIV	– p. 127: <i>Corpo de Marinheiros da Armada</i>	(Ribeiro, 1885)
Tomo XVI	– p. 385: <i>Escola Pratica de Artilheria Naval</i> – p. 387: <i>Organisação do Corpo de Marinheiros da Armada</i> – pp. 401: 403: <i>Escola de Alumnos Marinheiros</i> – p. 461: <i>Escola e Serviço dos Torpedos</i>	(Ribeiro, 1889)

<sup>5</sup> No levantamento efetuado, o autor enumera, informa, descreve e documenta cronologicamente a realidade educativa portuguesa, por períodos que correspondem a cada reinado (Goulão, 2005) e, se é certo que não terá feito um “trabalho de análise histórica (...), legou-nos a documentação intacta, que é possível conferir com outras fontes ou com os próprios originais” (idem, p. 517).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Tomo XVII	– p. 65 - <i>Escolas de Alumnos Marinheiros</i> – pp. 172-176 - <i>Plano de Organização do Corpo de Marinheiros</i> – p. 368: <i>Organização da Companhia de Torpedeiros</i> – p. 390: <i>Regulamento para as Escolas de Alumnos Marinheiros</i> – p. 545: <i>Escolas de Alumnos Marinheiros</i> – p. 546: <i>Ensino primário das praças não graduadas do Corpo de Marinheiros</i> – p. 605: <i>Escola Pratica de Artilheria Naval</i>	(Ribeiro, 1892)
-----------	--	-----------------

De referir ainda que consultámos os contributos apresentados por autores portugueses no *Congresso Pedagógico Hispano-português-americano* de 1892<sup>6</sup> e que tratavam dos estabelecimentos do nosso ensino naval que pretendemos conhecer. Neste evento académico foram apresentadas comunicações sobre a Escola de Alunos Marinheiros do Porto (Almeida, 1892), a Escola e Serviço de Torpedos (Brandão, 1892), a Escola de Alunos Marinheiros de Lisboa (Caminha, 1892), o ensino prático de Artilharia Naval (Castelo-Branco, 1892), os estabelecimentos de instrução naval em Portugal (Eça, 1892), entre outros, também dedicados à realidade naval portuguesa, mas de menor interesse para a nossa pesquisa.

Este congresso ocorreu em Madrid e foi considerado “talvez o melhor exemplo da cooperação ibérica no âmbito educativo, do qual incluiu uma Exposição Pedagógica Portuguesa” (Leonardo, Martins, e Fiolhais, 2009, p. 251), envolvendo ainda, segundo os autores citados, fotografias das escolas práticas militares.

---

<sup>6</sup> Nesse ano celebrava-se o IV Centenário do Descobrimento da América, tendo a principal comemoração ocorrido em Madrid, com a realização de inúmeros eventos, tais como colóquios, tertúlias, exposições e também congressos, entre os quais o mencionado *Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano* (13-27.10.1892), com grande impacto no mundo pedagógico da época (Silva, 2012). De referir, a título de curiosidade, que nesse mesmo âmbito comemorativo, ocorreu igualmente, no mês seguinte, o *Congresso Militar Hispano-Português-Americano*, considerado pelo autor supracitado “um dos congressos menos estudados, contudo com um imenso potencial, já que tinha como principal objetivo estabelecer novos códigos de guerra” (*ibidem*, p. 62), contando com a participação de chefias militares das nações representadas.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Não pode deixar de mencionar-se, neste ponto, uma fonte fundamental, que utilizámos para conhecer o objeto de estudo, constituída, necessariamente, pela legislação emitida no decurso do período temporal estudado, nomeadamente, no que toca às seguintes instituições escolares militares-navais, que foram o foco determinante para o conhecimento da formação marinheira nesses 159 anos, pelo que analisámos exaustivamente os diplomas legislativos e regulamentares, para além de alguns atos político-administrativos de maior relevo, relativos a:

- ✓ Corpo de Marinheiros
- ✓ Escola de Artilharia Naval
- ✓ Escola de Alunos Marinheiros
- ✓ Escola e Serviço de Torpedos

Para a realização dessa pesquisa dos mais de centena e meia de textos normativos que fomos selecionando e compulsando, recorreremos à notável base de dados legislativa “Legislação Régia”, disponibilizada pela Assembleia da República no seu sítio de internet, a qual abrange toda época a que diz respeito esta dissertação (e que, na sua totalidade, inclui o período 1603-1910)<sup>7</sup>.

De referir que a legislação em causa foi publicada no jornal oficial (cuja designação variou ao longo do tempo<sup>8</sup>) do País e, nalguns casos, na *Ordem da Armada*, incluindo, do ponto de vista formal, leis, decretos, portarias e regulamentos. De todos os diplomas pesquisados e analisados, selecionaram-se os que têm pertinência nos termos e para os efeitos desta dissertação e dos temas nela tratados, distinguindo-os de acordo com a classificação de relevância que definimos (*baixa*, *média* e *alta*).

---

<sup>7</sup> A base de dados em apreço [<http://legislacao-regia.parlamento.pt/Info/about.aspx>] resulta da digitalização, efetuada por ocasião do 1.º Centenário da República, da coleção da legislação portuguesa do período mencionado e ainda de uma edição fac-similada das *Ordenações Manuelinas* de 1521, ambas do acervo da biblioteca parlamentar, podendo ser acedida também através do sítio de internet da Imprensa Nacional-Casa da Moeda – Diário da República Eletrónico [<https://dre.pt/legislacao-regia>].

<sup>8</sup> Com efeito, e tendo em conta apenas o período estudado, assumiu as denominações de *Diário do Governo* (1851-1859), *Diário de Lisboa* (1860-1868) e, novamente, *Diário do Governo* (1869-1910); para a história do jornal oficial, cfr. <https://dre.pt/web/guest/conheca-o-diario-da-republica>.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Assim, em quatro tabelas, que constituem outros tantos apêndices (A, B, C e D), agruparam-se os textos normativos, cronologicamente ordenados, relativos a cada um dos itens acima listados (*Corpo de Marinheiros, Escola de Prática de Artilharia Naval, Escola de Alunos Marinheiros e Escola e Serviço de Torpedos*) e que serão abordados nos capítulos seguintes, sucessivamente e pela ordem da sua criação, antecidos de um ponto de enquadramento e contextualização, sendo identificado cada um dos diplomas (*tipo e data do diploma, síntese da matéria tratada, publicação, entidade emitente* e, como já mencionado, *relevância*)<sup>9</sup>.

Esta opção (de apresentar em apêndices os quadros-síntese dos atos normativos e outros, correspondentes a cada uma das entidades estudadas) surgiu-nos, à medida que nos fomos apercebendo do vasto manancial legal publicado sobre as mesmas, nesses quase 60 anos, como a solução mais viável e que sobrecarregaria menos a parte textual da dissertação, evitando que esta ficasse enxameada em demasia de leis, decretos, portarias e normas, o que não se justificaria num estudo que não se situa no âmbito jurídico.

De qualquer modo, não deixaremos de fazer bastantes referências às normas e diplomas mais relevantes, na estrita medida em que a compreensão da génese e evolução organizacional e funcional, respetivamente, do Corpo de Marinheiros, da Escola de Artilharia Naval, da Escola de Alunos Marinheiros e da Escola e Serviço de Torpedos, o aconselhar ou impuser.

---

<sup>9</sup> Não foram incluídas nas tabelas várias dezenas de diplomas legais que, embora se reportassem a alguma daquelas quatro entidades, tratavam de questões meramente administrativas, burocráticas ou casuísticas (isso foi especialmente evidente no caso da legislação sobre o Corpo de Marinheiros), que apenas tomariam mais pesados esses quadros e diminuiriam a sua legibilidade, por excesso de informação pouco útil. Por certo, o que se ganharia no que concerne à exaustividade dos dados apresentados, perder-se-ia em termos da sua facilidade de leitura e daí a opção tomada.



### Capítulo 2 – A formação marinheira antes da criação de escolas formais

#### 2.1. Breve contextualização

Tal como acontecia com a generalidade das profissões e ofícios não diferenciados, “até finais do séc. XVIII, a instrução técnica do pessoal da Armada seria, basicamente, ministrada a bordo dos navios, de modo semelhante ao que hoje designamos por *formação on-job*” (Silva, 2009, p. 127), e o essencial dessa instrução consistia no treinamento de manobra, pois esta era entendida como a mais importante para assegurar o serviço, sendo certo que as necessidades a nível de infantaria e artilharia eram preenchidas, enquanto não foi criada a Brigada Real de Marinha, por elementos provenientes do Exército (*ibidem*).

A situação da Marinha de Guerra Portuguesa à época em que se situa o início da nossa pesquisa (1851) não era propriamente brilhante, uma vez que “a marinha das naus e das fragatas, que ainda era capaz de colaborar utilmente com as forças aliadas no Mediterrâneo no século XVIII” (Freire, 2016, p. 13), veio a perder grande parte da sua relevância com a independência do Brasil (Canas, 2001).

Efetivamente, apenas para focar os aspetos quantitativos, “aquando da proclamação da independência do Brasil, grande parte das guarnições dos navios de guerra ali estacionados aderiu à causa de D. Pedro” (Silva, 2009, p. 64), tendo a nossa Marinha perdido mais de quatro dezenas de navios, incluindo oito naus e quatro fragatas e quase metade das suas peças de artilharia.

Essa decadência veio a agravar-se com o período da guerra civil entre miguelistas e liberais (1832-1834) e suas sequelas sociais, políticas e económicas (*ibidem*)<sup>10</sup>. Este

---

<sup>10</sup> O autor, depois de elencar estas e outras causas do fenómeno referido, apontadas em Esparteiro (1975), interroga-se criticamente sobre uma certa inevitabilidade desse processo, em função do quadro



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

conflito fratricida agravou todo o quadro, já de si negativo, resultante da situação anterior (invasões francesas, retirada do rei para o Brasil e posterior independência deste território) e acarretou para a Marinha uma situação lastimável, em termos de meios e de mão-de-obra, urgindo incentivar o incremento dos mesmos e introduzir as necessárias reformas para que um país marítimo como o nosso voltasse a deter, ainda que de modos diferentes do passado, algum prestígio naval (Eça, 1892). Uma dessas áreas de redinamização da Instituição Naval passaria certamente por um esforço acrescido de profissionalização e capacitação dos seus recursos humanos, nas diferentes classes que a compõem, nomeadamente dos marinheiros.

No artigo citado, Almeida D'Eça aborda, na sequência das reflexões que sintetizamos supra, a relevância dos estabelecimentos de instrução naval, em geral, embora se concentre especificamente no caso da Escola Naval, criada em 1845. Apesar disso, não deixa de refletir que, embora estando a mesma circunscrita à formação técnica dos oficiais de marinha, se verificou que o desenvolvimento das Ciências Navais originava uma necessidade de formar outro pessoal, não apenas em termos de instrução marinheira, mas ainda em construção naval, condução de máquinas a vapor e hidrografia, entre outras, necessidades que apenas em 1851, com a criação do Corpo de Marinheiros e, ulteriormente, da Escola Prática de Artilharia Naval (1863) e da Escola de Alunos Marinheiros se veio a concretizar (1876).

Ora, como se referiu na introdução, ao abordar a delimitação do tema estudado, focámos a investigação realizada acerca da formação naval numa classe sobre a qual são algo escassos os estudos que sobre a mesma incidem, apesar de se tratar do grupo mais numeroso que constituiu e constitui a Marinha de Guerra Portuguesa – as praças.

Esta classe desenvolve uma atividade profissional de natureza predominantemente prática e técnica, raramente exigindo competências de liderança,

---

geoestratégico oitocentista e da inserção de Portugal e da sua Marinha nesse novo contexto, com a afirmação da hegemonia de certas potências e o surgimento de novo atores na cena internacional.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

apesar de os seus membros terem um papel significativo no que toca à “preservação das referências simbólicas e tradições que dão identidade própria à instituição” (Freire, 2016, p. 13)

Por outro lado, a especificidade da formação dos marinheiros desde há muito tinha sido reconhecida, pois, como observou o erudito renascentista Padre Fernando de Oliveira, “o ofício de marinheiro é de mais arte e requer muito uso” (Oliveira, 1555)<sup>11</sup>, ou seja, usando uma terminologia contemporânea, distingue-se por exigir, concomitantemente, o saber (*arte*) e o saber fazer (*muito uso*), aliando os conhecimentos técnicos adequados e a necessária experiência prática.

### 2.2. O Corpo de Marinheiros

A 22 de outubro de 1851<sup>12</sup> dá-se a criação do Corpo de Marinheiros Militares<sup>13</sup>, alguns meses depois da insurreição militar, de 1 de maio desse ano, que levou ao afastamento de Costa Cabral, iniciando-se o período histórico da história portuguesa que ficou conhecido por *Regeneração*, que visava pôr cobro à instabilidade política vivida, sucessivamente, com as invasões francesas, a revolução vintista, o conflito entre absolutistas e liberais e suas sequelas<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Esta obra dispõe de uma edição moderna (Canas, 2018), em que se explica e contextualiza a obra e o seu autor, por sinal, um homem cuja vida foi uma aventura, sem ser um aventureiro e que, sendo senhor de uma vasta erudição, escreveu este livro em português (e não em latim, o que seria mais prestigiante) “para conseguir levar as suas ideias junto dos marinheiros portugueses” (*ibidem*, p. 509).

<sup>12</sup> Através do Decreto de 22 de outubro de 1851 (v. Apêndice A, em que se elenca o historial normativo deste Corpo, de que este decreto é o primeiro item).

<sup>13</sup> De referir, a título de curiosidade, que são considerados (cfr. *O corpo de marinheiros da Armada no seu primeiro centenário: 1851-1951*, 1956) antecessores, em termos de honras e tradições da nova entidade, o *Regimento de Artilharia da Marinha* (13.12.1791), a *Brigada Real de Marinha* (28.08.1797), o *Regimento da Armada* (31.10.1832) e o *Batalhão Naval* (07.01.1837).

<sup>14</sup> De facto, todo o planeamento e organização, sobretudo num setor como a Marinha, que exige a definição de opções e prioridades a longo prazo, é incompatível com situações prolongadas de instabilidade e daí que apenas se registem verdadeiros planos navais (Silva, 2014b) na segunda metade do século em causa.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

A título meramente exemplificativo da pesquisa legislativa desenvolvida, na tentativa de explicar, de algum modo, a problemática envolvida e demonstrar o tipo de estudo temático concretizado, identificando algumas questões a que se pretendeu dar resposta, reproduz-se (Anexo A) um excerto da *Exposição de Motivos* (dirigida pelo Governo à Rainha D. Maria II) apensa ao Decreto de criação do Corpo de Marinheiros Militares.

A nota preambular ou justificação de motivos que naquela época, como ainda hoje, acompanha e precede os textos legislativos emanados do Governo é, no caso do Decreto de criação do *Corpo de Marinheiros Militares*, particularmente elucidativa do estado em que se encontrava a Marinha Portuguesa em meados do século XIX, constatando-se a necessidade urgente de a reorganizar, em especial quanto às guarnições dos escassos navios ainda operacionais, quer no que toca ao seu recrutamento, quer no que concerne à sua formação e treino.

Como se pode constatar, a situação à época apresentava-se como muito preocupante. Alertava-se a monarca para o estado confrangedor das guarnições dos navios de guerra portugueses (atrasos no pagamento de vencimentos, fardamentos em mau estado e pouco adequados, a falta de atratividade da carreira militar-naval, etc.), o que conduzia a um recrutamento que não conseguia captar os mais aptos: “as equipagens dos nossos vasos militares são, pela maior parte das vezes, compostas de homens arrancados às fezes da sociedade, e mui distantes, pelos seus hábitos normaes, da laboriosa e difícil vida do mar”....

Assim, a reestruturação da Marinha, incluindo a necessidade de dar resposta à necessidade de formação dos seus homens e a par de algum impulso para o desenvolvimento económico do País, deve ser entendida como um elemento dessa nova conjuntura, de que a criação deste Corpo será um dos primeiros frutos concretos.

Efetivamente, a prioridade política conferida à institucionalização de um corpo de marinheiros de natureza permanente pelo governo regenerador, que sucedeu ao chamado *setembrismo*, “associada a uma política coerente de recrutamento e de formação do



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

peçoal, consumará a profissionalização da Armada na segunda metade do século XIX” (Silva 2009, p. 139).

Certos autores consideram mesmo que com o diploma que cria o Corpo de Marinheiros (e a concomitante extinção do antigo Batalhão Naval), em que teve um papel determinante o novo Ministro da Marinha, Fontes Pereira de Melo, se originou “um modelo de gestão do grosso do peçoal da Armada que veio a durar mais de um século” (Freire, 2016, p. 33).

Com efeito, uma vez assegurada a estabilidade das instituições governativas “o Ministro da Marinha e a sua equipa tinham, finalmente, condições para procurar delinear uma solução duradoura” (Silva, 2009, p. 126), pelo que foi possível implementar um novo modelo, já testado com êxito noutras marinhas europeias, de criação de um corpo permanente que garantisse às necessidades da Marinha e da sua frota de navios de guerra, o qual se caracterizava, segundo este autor, pelos seguintes vetores:

- ✓ Aglutinação das diferentes classes de peçoal da Armada;
- ✓ Diluição da distinção, até então existente, entre *marinheiros* (Brigada Naval) e *soldados* (Batalhão Naval);
- ✓ Inclusão dos artilheiros no novo corpo naval;
- ✓ Dispensa das tropas de infantaria (dada a reduzida relevância que passaram a ter as operações de desembarque).

De qualquer modo, só a partir desta importante reforma do novo poder regenerador se pode afirmar que passam a estar criadas as condições para pôr fim ao perverso sistema de recrutamento forçado que, em todo o caso, ainda perduraria mais alguns anos (Telo, 1999), uma consequência de especial relevância, a par da profissionalização e da adequada formação das praças, também mencionadas por este historiador<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> A par destes motivos declarados teria havido outras razões menos explícitas, visto que “secundariamente, terá havido motivos de pequena política na decisão, pois o Batalhão Naval nunca mereceu a completa confiança do poder liberal” (Telo, 1999, p. 82).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Efetivamente, não era fácil a vida dos marinheiros dessa época, sendo certo que, a juntar às dificuldades da vida no mar, em navios cujas condições para a guarnição eram em geral muito deficientes, não raramente os pagamentos eram feitos com atraso, considerando-se serem essas razões determinantes para a escassez de voluntários que quisessem servir a Marinha (Silva, 2009).

O mesmo autor, num ponto da obra citada em que, precisamente, relaciona a criação do Corpo de Marinheiros com o fim das formas de recrutamento compulsivo, refere que “durante a primeira metade do século XIX, o recrutamento de marinhagem era ainda feito pelos métodos forçados que a tradição imprimiu no imaginário coletivo” (*ibidem*, p. 125), uma vez que os recrutados, supostamente ligados às atividades marítimas, mas muitas vezes ligados à marginalidade, delinquência e mendicidade, na realidade, eram presos e conduzidos às instalações da Marinha.

Parece também ter sido habitual nesses tempos a prática de “prender e alistar uma parte das guarnições dos navios mercantes que entravam no porto de Lisboa” (Fonseca, 1975, p. 4.), sendo óbvio que tal originava um grande número de desertores que, logo que a ocasião o proporcionava, abandonavam o serviço dos navios a que tinham sido adstritos.

Estes processos “expeditos” de recrutamento, ainda mais usados nas situações de conflitos militares, nomeadamente durante a guerra civil, uma vez que se agravava a falta de voluntários para integrarem as guarnições dos navios de guerra, tinham por consequência uma total falta de preparação militar e de motivação dessas praças.

Num artigo publicado nos *Anais*, sem indicação, como por vezes acontecia, do nome do autor (*Corpo de Marinheiros*, 1880), reitera-se que, antes da fundação deste corpo, em 1851, a marinhagem era composta por voluntários que se alistavam quando um navio armado içava uma bandeira especial a pedir gente, incluindo vadios presos pelas ruas e mesmo prisioneiros de prisões civis, o que causava uma grande falta de segurança e, sobretudo, de espírito militar, tendo esses elementos de ser policiados por membros do Batalhão Naval. Aliás, sempre que um navio desarmava, todos estes elementos da marinhagem eram despedidos.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Deste modo, podemos perceber o porquê da necessidade de uma entidade nova que servisse de local de ensinamento e de colocação das praças, para ao mesmo tempo formar marinheiros e manter a mão-de-obra experiente no âmbito da Marinha (*ibidem*).

Os efeitos perniciosos deste estado de coisas em matéria de alistamentos coercivos e de falta de formação não podiam deixar de se refletir na operacionalidade e no bom funcionamento dos nossos navios de guerra e essa percepção e preocupação, por parte dos responsáveis políticos e militares, ficou bem patenteada na tentativa, ocorrida em 1843, de inverter, ainda que de modo mitigado, a situação descrita, através da iniciativa, aparentemente pouco frutuosa<sup>16</sup>, de “estabelecer a bordo de um navio do Estado, ou onde fosse mais conveniente, um depósito de marinhagem para fornecer e completar as guarnições dos navios do Estado, onde se formaria uma espécie de escola prática da sua profissão” (Silva, 2009, p. 126).

Embora em termos pontuais, outro autor aborda esta questão, num interessante livro publicado (Silva, 2014a) pela Comissão Cultural da Marinha e que resultou de uma investigação académica de mestrado, em que se estuda o processo de transição ocorrido na Marinha oitocentista com a obsolescência e o desaparecimento das antigas naus, a partir dos dados obtidos num inquérito promovido, entre 1853 e 1856, pela Câmara dos Deputados das Cortes Portuguesas.

O mesmo académico recorda que o desígnio determinante que esteve na mira da fundação do Corpo de Marinheiros residiu na dotação dos navios da Armada de guarnições profissionalizadas, com características de permanência na carreira e de homogeneidade formativa, em claro contraste com o *statu quo ante*, para além de contemplar a satisfação das necessidades de recursos humanos qualificados, mesmo nos

---

<sup>16</sup> Esta avaliação do (in)sucesso da medida baseia-se na circunstância de, oito anos mais tarde, ainda se registar oficialmente a situação degradante do recrutamento das praças da Marinha (cfr. o que acima se referiu a propósito da *Exposição de Motivos* dirigida à Rainha, anexa ao Decreto de criação do Corpo de Marinheiros Militares – Anexo A).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

lugares de base da hierarquia naval, incluindo os chamados *oficiais de manobra*, os *marinheiros*, os *artistas* e os *operários*.

Com a uniformização induzida pela criação do novo Corpo, pretendia-se fazer cessar uma certa dispersão ao nível das competências específicas, que afetava negativamente os organismos precedentes (o Batalhão Naval e a Brigada Real da Marinha), atingindo, simultaneamente, os objetivos proclamados de profissionalização destes militares e de cessação da prática vexatória e abusiva do recrutamento coercivo.

Poucos anos volvidos, aliás, retirando ensinamentos da experiência inicial já ocorrida e em resultado da ponderação e do debate que teve lugar em consequência do inquérito parlamentar supramencionado, seriam introduzidas reformas na organização e funcionamento do Corpo de Marinheiros (*ibidem*), às quais aludiremos ulteriormente.

Voltando à questão da homogeneidade da formação a desenvolver no recém-criado organismo naval, talvez valha a pena esclarecer que o que estava em causa era proporcionar às praças uma instrução de base comum, o que teria certamente grandes vantagens no que diz respeito à própria disciplina militar do conjunto, à criação de espírito de corpo e sentido de pertença, valores que tão arredados tinham estado nos tempos precedentes, a par e sem prejuízo do ensino técnico das diferentes especialidades (Telo, 1999).

No que se relaciona com o alojamento e ou aquartelamento dos homens que integraram o novo Corpo, nomeadamente quanto a infraestruturas, equipamentos e navios a ele adstritos, de acordo com a publicação comemorativa dos 100 anos do mesmo (*O corpo de marinheiros da Armada no seu primeiro centenário: 1851-1951*, 1956), após a sua criação em 1851 teve o seu primeiro alojamento na fragata *Rainha de Portugal*, mas



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

rapidamente mudou para a fragata *D. Fernando II e Glória*<sup>17</sup>, um mês depois. Em outubro de 1853 o Corpo foi transferido para a nau *Vasco da Gama*<sup>18</sup>.

Finalmente, a partir de 26 de abril de 1857, foi “ordenada a transferência novamente do Corpo para o Quartel de Alcântara” (Cardoso e Caneco, 1997, p. 217), aquartelamento recém-construído<sup>19</sup> onde ficaria até à sua extinção.

O quartel de Alcântara foi um projeto iniciado em 1845 pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar, Joaquim José Falcão, o qual, entendeu serem inadequadas as instalações do quartel de cavalaria preexistente no local, tendo sido estas demolidas e construídos novos edifícios de raiz, tudo sobre a direção do arquiteto José de Costa Sequeira, professor de arquitetura na Academia de Belas-Artes. A nova disposição do quartel incluía onze casernas que acomodavam 60 a 70 praças cada uma. Estas casernas estavam colocadas de maneira a que todos os seus elementos conseguissem chegar ao mesmo tempo à parada interior quando fosse convocada reunião de batalhão.

Em parte, a razão da mudança das fragatas por uma localização em terra residia nas más condições de alojamento a bordo, bem como ao facto de, num navio, não se poder fazer os mesmos exercícios convenientemente. Incluídas nas atividades impossibilitadas estavam o manejo de armas, manobras militares e escola de pelotão. Faltariam também infraestruturas essenciais como armazéns de armamentos, secretaria e prisão (*ibidem*).

Por outro lado, seria também fundamental garantir um local perto do mar, com a disponibilização de um navio para todo o restante treino de aparelhar, armar e para que todos os demais misteres próprios de marinheiro pudessem ser transmitidos. O primeiro destes navios foi o brigue *Serra do Pilar*. Ainda em terra, era também necessária a criação

---

<sup>17</sup> Este navio de vela era, na época, um dos mais recentes navios da Armada (Telo, 1999), se bem que tivesse sido desarmado alguns anos antes e, depois de devidamente reparado, procedeu-se ao seu rearmamento, na perspetiva de ser disponibilizado para o Corpo de Marinheiros.

<sup>18</sup> Com efeito, estando atrasada, relativamente à previsão inicial (*ibidem*), a construção do futuro Quartel de Alcântara, o Corpo é transferido nessa data para o navio mencionado.

<sup>19</sup> Embora a conclusão das obras só tenha ocorrido seis anos mais tarde, a 8 de maio de 1863, data a partir da qual se dá, em definitivo, a plena instalação no novo quartel.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

de uma parada onde dois batalhões pudessem formar para a realização de exercícios considerados complementares à instrução de infantaria dada a bordo (*ibidem*).

No que toca à instrução ministrada no âmbito do Corpo de Marinheiros, e esquematizando a informação recolhida na publicação supracitada, podem destacar-se:

1. Diferentes misteres de marinheiro;
2. Manobra das diferentes bocas-de-fogo;
3. Pontaria;
4. Celeridade de tiro;
5. Manejo de espingarda;
6. Exercícios de infantaria;
7. Jogo de armas brancas usadas a bordo;
8. Exercícios de abordagem;
9. Exercícios de escaleres;
10. Tática de desembarques hostis;
11. Proteção contra desembarques;
12. Ler, escrever e contar<sup>20</sup>.

Para a instrução específica que tal exigisse, era disponibilizado um navio da Armada, devidamente artilhado para se fazerem exercícios de manobra e tiro, nas diferentes circunstâncias, sendo certo que, quando o próprio navio afeto a essa atividade não pudesse providenciar condições para esses tipos de formação, os marinheiros iam por grupos recebê-las em navio-escola.

No sentido de premiar o mérito, o que nos parece interessante na perspetiva do incentivo à melhoria contínua do serviço e do adestramento dos homens, de enfatizar que os vinte marinheiros e grumetes que se destacassem, pela sua vocação ao serviço de artilharia, dentro de uma companhia de embarque, seriam instruídos no seu uso de calibração e carregamento.

---

<sup>20</sup> A cargo do capelão do Corpo de Marinheiros.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

De acordo com a obra que temos vindo a referenciar neste ponto, estas praças selecionadas pelo seu desempenho eram recompensados com a promoção a marinheiros graduados e tinham uma divisa especial no uniforme, que perderiam se cometessem alguma falta ou se desleixassem no cumprimento das suas obrigações, garantindo-se, portanto, que estes marinheiros seriam das praças mais competentes e bem comportadas.

Um aspeto curioso, atendendo a que se estava já na segunda metade do século XIX, diz respeito ao adestramento, ainda em 1861<sup>21</sup>, dos marinheiros no uso de armas brancas em combate corpo-a-corpo, nomeadamente em abordagens de combate à pirataria e ao tráfico negroiro nas costas africanas (Freire, 2019).

Com efeito, o autor citado considera “significativo que, no ano de 1878, o Ministro da Marinha e Ultramar (...) tenha mandado publicar em brochura oficial um ‘manual’ de instrução útil para o ensino às praças do Corpo de Marinheiros da Armada das técnicas do emprego do sabre” (*ibidem*, 11) para aquelas operações navais, considerando comprovado que essa prática teria continuado até ao final do século, embora posteriormente com utilização de baionetas, cujo treino seria regularmente levado a cabo no respetivo quartel de Alcântara.

Aliás, segundo a mesma fonte, esse treino de luta com baioneta, inserido no âmbito da instrução de infantaria quer nas Escolas de Alunos-Marinheiros, quer no Corpo de Marinheiros da Armada, seria utilizado em cenários concretos de combate em que participaram forças da Marinha, nomeadamente em territórios ultramarinos, até ao início do século XX.

Ao longo do tempo, o Corpo de Marinheiros foi sendo submetido a ajustamentos e reformas, algumas das quais não muito tempo decorrido sobre a sua criação. Para além de alterações meramente organizacionais (por exemplo, quanto ao número de companhias

---

<sup>21</sup> Como, aliás, se evidencia pela circunstância de o *Regulamento para o Serviço do Corpo de Marinheiros da Armada* (1886) estatuir a existência de formação específica das praças no manejo de sabre, em instrução a realizar semanalmente.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

que o compunham), também variou a própria designação, como em 1855, em que passou a ter a denominação oficial de Corpo de Marinheiros da Armada Real.

Em 1863, coincidindo com a entrega definitiva da obra de construção do Quartel de Marinheiros, regista-se uma mudança não despicienda, pois o Corpo “passa a contar com três divisões, que correspondem à formação nas três principais áreas normais: mastreação e aparelhos, convés e escaleres, artilharia” (Telo, 1999, p. 82), que procurava sinalizar uma certa especialização em termos técnicos e de ensino, mas que este historiador reputa de mais concetual do que efetiva, atendendo a que, na sua perspetiva, se manteria a matriz fundacional deste Corpo, “de dar uma formação de base idêntica a todos os marinheiros, só havendo um real curso específico no caso dos artilheiros, que contavam para tal com uma escola própria” (*ibidem*).

Porém, de acordo com o mesmo autor, volvidos alguns anos, com a nova reforma introduzida em 1875, embora não se modifique a organização em três divisões, deixam de corresponder a cada uma delas as diferentes especialidades que acima apontámos, passando a ser integradas por marinheiros de distintos setores técnico-navais, apenas se prevendo a existência, entre as quatro que compõem cada divisão, de uma secção especializada composta por artilheiros.

De assinalar outras variações ao longo da cronologia da existência deste Corpo, como aconteceu com as sucessivas alterações nos responsáveis pela instrução dos marinheiros, que em 1855 era um capitão ou subalerno do Exército, em 1868<sup>22</sup> poderia ser um oficial subalerno do Exército ou da Armada e em 1875 se previa serem essas responsabilidades desempenhadas por primeiros ou segundos tenentes da Armada (*O corpo de marinheiros da Armada no seu primeiro centenário: 1851-1951*, 1956). Ainda

---

<sup>22</sup>Ao debruçar-se sobre as alterações implementadas nesse ano, Ribeiro (1885, p. 127) faz um balanço positivo do desempenho do Corpo no período 1851-1868, afirmando que este “tinha satisfeito ao fim principal da sua instituição, ministrando aos navios do estado disciplinadas e instruídas tripulações”, e acrescentando que, com os ajustamentos de 1868 (Decreto de 17 dezembro), “entendeu o governo que era possível simplificar o seu organismo, tornando-o menos dispendioso para a nação, sem contudo arriscar a sua força e eficácia” (*ibidem*).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

de referir que apenas as praças artilheiras realizavam tarefas de municidores, enquanto as restantes realizavam as tarefas de marinheiro e do serviço militar, sem distinção.

Da informação obtida nesta obra, salientam-se, sucessivamente, alguns factos considerados pertinentes para a compreensão da evolução verificada no funcionamento da instituição ora em apreço:

Em 1855, preconiza-se que só os oficiais mais inteligentes e ativos deviam ser escolhidos para o Corpo, por forma a inculcar nas praças a maior disciplina e responsabilidade. Por outro lado, a comissão parlamentar de inquérito à situação da Marinha (já mencionada anteriormente) que visitou o Corpo de Marinheiros<sup>23</sup>, verificou que uma parte dos marinheiros estava entregue a um serviço estranho à sua especialidade, o que era contrário às normas existentes, que exigiam que estas recebessem instrução e ensino próprio da respetiva profissão, provocando falhas com consequências fatais em ocasiões de salvas artilheiras.

Numa carta, de 1872, dirigida ao Ministro da Marinha e Ultramar da época, cujo original se conserva na Biblioteca Central da Marinha, o próprio Rei D. Luís toma posição, a pedido daquele governante, sobre a situação do Corpo de Marinheiros, pronunciando-se no sentido de se manter a natureza homogénea da formação dos homens que o integram e uma disciplina uniforme, independentemente de se tratar de praças adstritas às funções de marinagem ou de maquinistas.

Com uma perspetiva algo crítica, defende que a especialização não deve situar-se ao nível das companhias, mas antes ao nível das secções de cada companhia, afirmando ainda que “o marinheiro deve ser marinheiro, mas não deve ser universal para todos os serviços que ele é chamado a prestar a bordo dos navios” (*Carta de El-Rei Dom Luis ao Ministro da Marinha e Ultramar, Jaime Constantino de Freitas Moniz, sobre a constituição do Corpo de Marinheiros da Armada, 1872*).

---

<sup>23</sup> Os deputados da comissão de inquérito deslocaram-se, a 20.12.1854, à própria nau *Vasco da Gama*, onde então estava aquartelado o Corpo de Marinheiros, a qual estava já em situação de desarmamento, apesar de não ter mais do que treze anos ao serviço da Armada (Silva, 2014a).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

No ano de 1875 o comandante do Corpo era escolhido pelo rei, sendo os restantes oficiais escolhidos pelo ministro, quase sempre de acordo com as propostas da autoridade superior naval. Por sua vez, o Conselho Administrativo era constituído pelo primeiro comandante, pelo segundo comandante, pelo mais antigo comandante das divisões, e ainda o oficial de fazenda e o secretário do corpo.

A partir de 1884, das cinco companhias, a companhia de depósito era constituída pelos recrutas que ainda não tivessem instrução no manejo de armas, fazendo parte da escola de pelotão, subir e descer enxárcias e estender nas vergas, sendo de referir que todas as praças, com exceção das pertencentes à companhia de fogueiros e dos estivadores, tinham exercícios militares obrigatórios e da companhia de depósito só podiam destacar grumetes com mais de três meses de instrução. No quartel deveriam existir duas peças para instrução no manejo de espeques (escoras), limpeza e carga das mesmas. Deveria existir também uma bateria para treino de desembarque para instruir todas as praças e, um dia por mês, destacamentos dos navios treinavam ordem unida e dispersa no quartel.

Nesse mesmo ano, em que foi publicada a Lei de 29 de maio de 1884<sup>24</sup>, que *aprovou o plano de organização do Corpo de Marinheiros*, Boto (1884) comenta nos *Anais* a reforma introduzida, relativamente a um aspeto parcelar da mesma, mas que procurava dar resposta a queixas no sentido de que as praças da classe de fogueiros e chegadores passassem a ser formadas no Corpo, para que adquirissem o mesmo carácter militar que lhes faltava, em relação às restantes praças, para além de serem obrigados a fazer exercícios militares<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> E ainda a Portaria de 07 de julho de 1884, que aprovou *a tabela do uniforme das praças do Corpo de Marinheiro*. Sobre o uniforme dos marinheiros, veja-se a litografia colorida que consta do Anexo B, em que as praças surgem na terceira e quarta filas da estampa. Embora a figura date de 1894, no essencial, os uniformes deveriam ser os aqui retratados, uma vez que esta matéria só volta a ser regulada através do Decreto de 03 de dezembro de 1903, que introduziu um novo *plano dos uniformes das praças do Corpo de Marinheiros da Armada*.

<sup>25</sup> Ainda antes da alteração legislativa mencionada, era posta em causa (ADRIÃO, 1883) a falta de preparação, pelo menos no plano militar, das praças da classe de fogueiros e chegadores da Marinha, apesar



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Comenta ainda este autor que, para a promoção a cabo seria necessário realizar um exame no quartel em que os marinheiros tinham que provar que se sabiam ler, escrever e realizar as quatro operações sobre números inteiros e que o responsável pelas aulas de instrução primária passaria a ser um sargento nomeado pelo comandante da escola, em substituição do tradicional capelão<sup>26</sup>.

Dois anos mais tarde, em 1886, foi publicado o *Regulamento para o Serviço do Corpo de Marinheiros da Armada*, que determinava as funções e deveres dos oficiais, sargentos e praças assim como administração, disciplina e o regime militar e económico do corpo. De sublinhar que o Corpo de Marinheiros era objeto de uma inspeção, todos os anos, por parte de um oficial general da Armada escolhido pelo Ministro, que as praças necessitavam de três meses de exercícios militares para serem autorizadas a embarcar e que os comandantes dos navios tinham de tomar nota individual de quaisquer aptidões especiais que as praças embarcadas revelassem, para informar os navios por onde estas destacariam ou quando regressassem ao Corpo. Acresce a existência de uma bateria de artilharia para a realização de exercícios de desembarque, prevendo-se que, um dia em

---

de estes serem em número muito significativo (cerca de uma quinto de todos os marinheiros pertenceriam a esta classe), observando que o ensinamento sobre o manejo de armas era insuficiente ou inexistente para elas, o que seria um desperdício em termos de aproveitamento de recursos humanos. Feito o diagnóstico pelo articulista, este apresenta como solução, juntar esta classe ao Corpo de Marinheiros, defendendo que, assim, a disciplina, a boa ordem e o serviço ficariam assegurados mais adequadamente, pois os recrutas passariam a ser mais disciplinados e instruídos. Não sabemos se esta tomada de posição influiu junto dos decisores (pelo que o próprio refere, a proposta foi também noticiada mencionada num artigo do *Jornal do Comércio*), mas, em todo o caso, a lei viria a consagrá-la.

<sup>26</sup> A posição do capelão como mestre-escola, prevista na lei que criou o Corpo de Marinheiros, mantém-se ainda no Decreto de 6 de março de 1855, apenas se acrescentando que receberá uma gratificação por tal serviço, como já acontecia no Exército em situações congêneres (Ribeiro, 1878). Esta situação continuará a estar prevista na Portaria de 16 de dezembro de 1857, mas ampliando o programa de estudos (que antes consistia basicamente em ensinar os marinheiros, grumetes e pajens a ler, escrever e contar), para passar a incluir operações com números decimais e o sistema legal de pesos e medidas, refletindo o mesmo autor que “o intento do governo, por aquelle tempo, era proporcionar os meios de introduzir sem difficuldades o systema metrico-decimal, assim no serviço publico, como no uso particular” (idem, 1884, p. 117).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

cada mês, destacamentos de todos os navios armados, incluindo oficiais, praticavam estes exercícios, assim como instrução de infantaria.

Voltando à questão do ensino primário no Corpo, Ribeiro (1892), refere-se em especial ao caso das praças não graduadas, quando a bordo, em que distingue, a partir do texto da Portaria de 20 de setembro de 1888, o caso dos navios de guerra, cujas lotações comportam mais de quarenta praças, em que será encarregado do ensino primário uma praça graduada, a escolher em função, nomeadamente, das suas habilitações e aptidão para o ensino, continuando essa função no capelão nos navios que prevejam este lugar.

Quatro anos depois, em 1890, foram organizadas as especialidades de fuzileiros, timoneiros e torpedeiros e todas as praças eram sujeitas a exercícios militares, tendo sido estabelecidos cursos, criados pelos comandantes de brigadas, em que era dada instrução especial aos fuzileiros, timoneiros, cabos e primeiros marinheiros, para estes, posteriormente, poderem passar a sargentos e a oficiais marinheiros. Por sua vez, cabos artilheiros e primeiros marinheiros artilheiros eram escolhidos pela sua capacidade para receber instrução sobre torpedos, de acordo com as necessidades, sendo os recrutas distribuídos pelas especialidades por preferência, conveniência e robustez. No que concerne a funções de natureza mais técnica, de notar a classe dos artífices, constituída preferencialmente por operários do Arsenal de Marinha, embora outros pudessem concorrer, depois da realização de um exame onde mostravam a sua competência profissional. No que diz respeito a promoções, para ser promovido a cabo, uma praça tinha de realizar um exame a bordo de um navio e, para ser promovido a segundo-sargento, o exame era realizado no quartel.

Em 1892-1893 é criada a chamada companhia de serviçais, que recebiam a mesma instrução das restantes praças, no que toca ao uso de armas portáteis e exercícios de remos.

Uns anos depois, em 1898, de registar que os comandantes de navios nas colónias podiam alistar indígenas voluntários, que receberiam instrução a bordo comum às restantes praças. Em termos gerais, estabeleceu-se que um conselho de apuramento,



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

constituído pelo segundo comandante, um dos comandantes das duas primeiras divisões, professor do curso de sargentos e um médico, classificaria os recrutas, depois de uma inspeção de acordo com as suas capacidades físicas, intelectuais, profissionais, literárias e ainda em função da aptidão para uma determinada classe, para ser instruído numa escola prática.

Por esta altura, todas as praças recebiam treino de armas portáteis, remo e natação e haveria uma escola de ler, escrever e contar dirigida por um sargento da brigada mista, mantendo-se ainda o treino geral de infantaria mensal para as praças embarcadas. Foram igualmente institucionalizados conselhos de promoções, a bordo de cada navio, que além de decidirem as promoções, podiam reverter a classe a uma praça que não demonstrasse capacidades ou negligenciasse o cumprimento dos seus deveres.

Já no início do século XX, em 1902, as inovações tecnológicas implicaram ajustamentos adicionais ao nível da instrução das praças, acontecendo que a introdução da telegrafia sem fios nos navios da Armada criava a necessidade de formar pessoal, na Escola de Torpedos e Eletricidade, para operar aquele material. As praças desta nova classe provinham dos timoneiros-sinaleiros, sendo os seus números determinados pelos navios que fossem sendo equipados com a nova tecnologia, acrescidos de um quinto das lotações para possíveis substituições.

Abordar-se-á agora, com base num texto publicado nos *Anais*, e cujo autor apenas aparece referenciado por N.F. (1881), a questão, exatamente da formação militar-naval desenvolvida no Corpo. O autor considera que, de todas as tentativas de se criarem centros de instrução militar na Armada, a mais conseguida e onde esta era aplicada da forma mais correta foi a que se realizou no Corpo de Marinheiros.

Partindo do testemunho que recolheu junto do instrutor da altura (Cristiano Krusse Gomes, também autor de artigos dos *Anais* que consultámos – v. Bibliografia), aquando de uma visita ao Corpo de Marinheiros, descreve como funcionava a instrução ao nível da teoria de tiro, realçando que aqui havia todo o material necessário para facilitar esta formação, incluindo um quadro de madeira com o traçado das linhas de tiro, mira e



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

trajetória, para melhor compreensão, por parte das praças, visto que o Corpo não possuía uma carreira de tiro com o desenvolvimento desejável.

Em todo o caso, relativamente ao treino de manejo de armas, os instrutores passaram a dar a ordem de armar baionetas, com a arma em inúmeras posições diferentes, para o recruta, assim, estar sempre pronto e apto para melhor uso fazer da arma. Às quintas-feiras eram realizados exercícios de companhia de manobra, para dar a conhecer como melhor movimentar os homens em formatura, tanto que o autor recomenda que os aspirantes deveriam participar como oficiais na companhia de manobra para se habituarem a estes exercícios (*ibidem*).

Noutra dimensão formativa, refere-se neste artigo que estava planeada a instalação de um aparelho de brigue para, além de toda a instrução militar, os instruendos também poderem aprender a arte marinheira, para melhor se integrarem e agirem a bordo. Na mesma linha, eram implementados exercícios de remos, bem como escola de nós e nomenclatura de cabos velame, para garantir uma mais completa formação nesta área.

Ainda dentro desta problemática da formação, cabe uma curta referência ao *Guia de instrução profissional do marinheiro* (Costa, 1897), publicado ainda antes do final do século, e que conheceu grande expansão dentro da instituição naval, uma vez que este manual era um repositório de conhecimentos profissionalizantes, de carácter essencialmente prático, que coligia uma quantidade apreciável de matérias, destinado a servir de suporte ao ensino e à aprendizagem de um leque amplo e variado de serviços desempenhados a bordo pelas praças, assim como as características dos navios em que navegavam.

Sobre esta publicação, de notar a variada e completa informação incluída, o facto de já nesta época da viragem do século se dar importância a muitos dos assuntos que encontram eco nas noções que são indispensáveis atualmente, desde a limitação de avarias, à prevenção de abalroamentos e ao salvamento marítimo, assinalando-se ainda que cada capítulo era acompanhado de diversas ilustrações, que complementavam e facilitavam a compreensão da matéria incluída.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Já na parte final do período que baliza este estudo, surge um texto de opinião nos *Anais*, em que se preconiza uma reestruturação, em termos organizativos, do Corpo de Marinheiros, o qual vale a pena apresentar aqui, quase a terminar este capítulo. Neste artigo (Silva, 1905) era defendida uma reorganização do Corpo, primeiramente destinada a facilitar o emprego e utilização dos recursos humanos disponíveis e a clarificar possíveis sobreposições de comando.

Na hipótese preconizada pelo autor, o Corpo seria dividido em duas componentes: O *corpo de equipagens da armada*, que consistiria nas várias praças distribuídas pelos navios e pelos serviços de terra, e o *corpo de depósito da armada*, que seria responsável pela substituição das praças necessárias e pela instrução de recrutas para aprontamento para o serviço de bordo.

Era também defendida a necessidade da criação de escolas para instruir as praças em artilharia, máquinas, torpedos e eletricidade, sinais e trabalhos da arte de marinheiro. Estas escolas deveriam necessariamente de ser colocadas em terra, pois só neste meio se poderiam reunir as condições de fornecer ensino teórico e prático, e todo o material e instrutores que noutro caso seriam impossíveis de incluir a bordo. Outra medida apontada seria a aquisição de um cruzador e de um torpedeiro para servirem de navios-escola (*ibidem*). Pela primeira vez, era proposto que estas escolas se encontrassem no mesmo estabelecimento<sup>27</sup> e que fossem totalmente equipadas e com todas as instalações necessárias.

Para melhor expor outras sugestões, o autor apresenta o ponto de situação da organização do Corpo, em vigor aquando da elaboração deste artigo<sup>28</sup>, referindo que as praças se dividiam por cinco especialidades: artilharia, torpedos e eletricidade, manobra, máquinas e serviços auxiliares.

---

<sup>27</sup> Numa quase premonição, a um século de distância, do que viria a acontecer com a criação, em 2004, da ETNA (Escola de Tecnologias Navais da Armada) ...

<sup>28</sup> Trata-se de um testemunho-síntese que é hoje muito interessante e útil para o conhecimento da situação do Corpo de Marinheiros à época (1905).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

As praças de artilharia desempenhavam, como serviços de bordo, a manobra da artilharia de bordo e sua conservação, governo do navio e de embarcações miúdas, trabalhos da arte de marinheiros e serviços variados no convés. Quanto às praças da especialidade de torpedos e eletricidade, estas eram responsáveis pela manobra e conservação dos torpedos, instalações elétricas a bordo, sendo que também podiam realizar alguns trabalhos de convés, principalmente nos navios torpedeiros, nos quais, para além destes, podiam até estar envolvidos no governo do navio e de embarcações miúdas. Às praças da especialidade de manobra competia o governo do navio e de embarcações, trabalhos na arte de marinheiro, completavam (na falta do pessoal de artilharia) as guarnições das peças, exerciam funções de municidores e serviço de convés, podendo também estar afetos ao serviço de sinais. Para as praças da especialidade de máquinas estavam reservadas apenas as tarefas de máquinas e caldeiras, pelo que nunca participavam no serviço de convés.

O autor considerava que, devido à semelhança de tarefas desempenhadas, a especialização de manobra deveria ser extinta, a de torpedos passaria a ser uma subdivisão da artilharia, podendo as praças, depois da certificação de artilheiro, receber instrução de torpedos e passar a artilheiros-torpedeiros, devendo também receber uma gratificação adicional quando se encontrassem a bordo a desempenhar funções nesses serviços.

Dentro desta nova hipótese apresentada (Silva, 1905), o percurso de formação seria o seguinte: o recruta depois de instrução preliminar passaria a grumete e seria colocado a bordo. Depois de demonstrar a sua aptidão e interesse por uma especialidade (artilheiro ou fogueiro), poderia ser recomendado pelo comandante para frequentar uma das escolas, a fim de obter formação complementar e poder no futuro receber formação adicional para chegar a cabo ou contramestre da especialidade. Na sua promoção relevariam os diplomas obtidos e a classificação final das escolas respetivas.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Outra questão levantada pelo autor era a necessidade de elevar o nível da instrução dos à época designados por oficiais inferiores<sup>29</sup>, seguindo o exemplo do exército, em que os militares desta classe já tinham de apresentar frequência e aproveitamento em várias disciplinas de liceus civis e exame de instrução primária concluído. Para resolver esta questão era proposta a mais célere promoção a recrutas que já tivessem essas habilitações, os quais poderiam seguir de grumetes para as escolas sem realização de embarques e conseguir a promoção a cabos e oficiais inferiores com um tirocínio de embarque relativamente curto (*ibidem*).

Finalmente, uma breve referência ao papel de natureza política desempenhado pelo Corpo de Marinheiros, essencialmente pelas suas praças, nos anos que precederam a implantação da República e na própria instauração desta, sendo conhecido o papel agitador de um oficial da Marinha – Machado Santos – “que, a partir de 1908, se põe a conspirar e a recrutar maciçamente sargentos e marinheiros nas tabernas de Alcântara para a organização secreta da Carbonária e a preparar os planos da insurreição armada” (Freire, 2012, p. 21).

O autor citado considera que o referido oficial não contou com o apoio da maioria dos seus pares, mas também não enfrentou destes uma oposição significativa, a 5 de outubro de 1910, no levantamento antimonárquico que, ao invés, encontrou grande eco junto da marinhagem do Corpo de Marinheiros.

Aliás, a não ter sido bem-sucedida a insurreição, seria quase certa a dissolução deste Corpo, já que estaria a preparar uma proposta às Cortes, pelo que viria a ser o último Ministro da Marinha da Monarquia, tendo como desiderato a extinção do Corpo de Marinheiros, o qual seria transformado num mero depósito de praças (recrutas e pessoal sem colocação nos navios), “o que ilustra a desconfiança que havia em relação à Marinha e à sua mais que previsível atuação em caso de golpe militar” (*ibidem*, p. 39) e,

---

<sup>29</sup> Esta designação, na Armada, abrangia mestres, contramestres e guardiões e corresponde, *grosso modo*, à atual classe de sargentos. A evolução das designações desta classe é abordada genericamente numa tese de doutoramento em História Contemporânea (Oliveira, 2016).



## **A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)**

---

particularmente, no que concerne ao Corpo de Marinheiros, pois um número significativo das suas praças exprimiam o seu descontentamento, conspirando abertamente contra o Governo nos espaços públicos e privados de Lisboa...



### Capítulo 3 – Um novo ciclo na formação de praças para a Marinha

De um modo geral, até ao início da época a que nos reportamos, tal como nos séculos anteriores, a maior parte da formação recebida pelas praças era dada nos navios onde navegavam, quer pelos exercícios mais ou menos frequentes que se deveriam realizar a bordo, quer pelas aulas do capelão que, presente em todos os navios, estaria responsável pela instrução primária de todas as praças que não a possuíam (Eça, 1892), tendo sido a criação do Corpo de Marinheiros um passo no sentido de um outro tipo de formação, mais exigente e estruturada.

Na verdade, este Corpo era a principal entidade da Armada com responsabilidades diretas na gestão do pessoal, assumindo “a responsabilidade da instrução militar e técnica, embora sem grandes desenvolvimentos no que se refere a infraestruturas especializadas dedicadas à formação do pessoal” (Silva, 2009, p. 128).

Porém, se a criação desse Corpo constituiu um importante marco para a profissionalização e adequada formação das praças da Armada, sendo a instrução dada no contexto geral de uma unidade militar-naval, também é certo que a especificidade dos artilheiros tivesse sido algo prejudicada face ao contexto anterior e daí que se tenha vindo a fazer sentir a necessidade de institucionalização de uma escola própria para esta área a (*Escola Prática de Artilharia Naval*), a que se seguirão outras (*Escola de Alunos Marinheiros* e *Escola e Serviço de Torpedos*), que trataremos de seguida, em subcapítulos dedicada a cada uma destas novas instituições de formação de marinheiros<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Para além destes estabelecimentos, podem ainda mencionar-se, no campo de um ensino naval de carácter mais prático, “as escolas de pilotagem, anexas à Escola Naval, criadas em 1887, bem como uma escola de ofícios, destinada à instrução teórica e técnica dos operários do Arsenal da Marinha” (Matos e Santos, 2008, p. 437), bem como, em 1891, no Ultramar, a *Escola de Auxiliares Indígenas* para o serviço da Marinha, tendo esta sido uma “ideia que enfrentou bastantes dificuldades, mas terá tido algum esboço de concretização na Guiné, em Moçambique e em Angola” (Freire, 2016, p. 96).



### 3.1. Escola Prática de Artilharia Naval

Em meados do século XIX era já indispensável para um país ultramarino ter uma instituição que formasse homens na classe de artilharia naval. Finda estava a época de abordagens e combate corpo a corpo, as peças de fogo dominavam os mares e garantiam que as batalhas se travavam à distância e, como tal, quem tivesse as armas mais modernas e a melhor instrução com maior probabilidade sairia vitorioso de um conflito naval, independentemente do moral e vontade de combater da guarnição (Amaral, 1875).

Foi então criada a Escola Prática de Artilharia Naval a 29 de julho de 1863, estando localizada a bordo de um navio que tivesse as condições necessárias para se efetuar vários tipos de tiro. Era também necessário instruir no correto manuseamento das armas para reduzir o número de acidentes, assim como, a sua manutenção e reparação, pois uma consequência dos avanços tecnológicos era a maior complexidade da arma, principalmente nas partes constituintes.

Abordando esta problemática, o autor citado não deixa de lamentar que, embora no seu início esta nova escola tivesse revelado excelentes qualidades para a formação de artilheiros, devido a vários cortes financeiros que teriam abalado ulteriormente muitas instituições do país, foi considerado que o custo da aprendizagem seria demasiado elevado, independentemente dos resultados positivos que a mesma revelara<sup>31</sup>.

Feita esta consideração preliminar, e ainda antes de se proceder à apresentação deste estabelecimento, deve assinalar-se que a necessidade de uma escola que se focasse na instrução de artilharia tem o seu início na Portaria de 6 de março de 1855 que, no seu

---

<sup>31</sup> O testemunho dado por Amaral (1875) faz um balanço muito positivo da fase inicial da Escola, afirmando que primeiros recrutas, quando a mesma abriu, eram constituídos pelas melhores praças e mais robustas, as quais terão alcançado algum prestígio, embora reconheça que, ao longo do tempo, essa qualidade viria a decrescer. Em todo o caso, defende que uma vantagem imediata de ter pessoal devidamente formado seria a diminuição de mutilações aquando da realização de salvas (contando, a propósito, que esta situação era ironizada pelos ingleses como *o Trafalgar dos portugueses*).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

artigo 18.º, relativo à organização do Corpo de Marinheiros<sup>32</sup>, preconizava que trinta praças dos marinheiros e primeiros grumetes de cada companhia constituiriam uma esquadra de artilheiros marinheiros, pelo que deveriam adestrar-se de todos os diversos usos de artilharia, calibração de projéteis e manobras de força relacionadas com este serviço. Estas praças deveriam ser as que demonstrassem mais aptidão para esta qualidade de serviço (Castelo-Branco, 1892).

Precedentemente, esta necessidade de instrução das praças que guarneciam a artilharia dos navios era ministrada nos mesmos pelos chamados fiéis de artilharia. Por Portaria de 17 de fevereiro de 1837, estes eram constituídos por praças oriundas de oficiais inferiores, cabos e soldados da extinta Brigada de Marinha e eram até então consideradas praças avulsas. Para não se extinguir a especialidade de fiéis de artilharia, em Ordem Geral de 6 de fevereiro de 1845, foi determinado que dois mancebos, que soubessem ler, escrever e contar, em cada navio, fossem escolhidos para servir de ajudantes aos fiéis e por estes seriam instruídos em todas as obrigações, vindo mais tarde a poder substituí-los.

Aliás, mesmo os próprios fiéis de artilharia apenas tinham conhecimentos rudimentares e, sendo os únicos instrutores existentes, isso implicava que este conhecimento pouco ou nada evoluísse (*ibidem*). Esta dificuldade na acumulação e transmissão de conhecimentos serviu para que as esquadras de artilharia fossem

---

<sup>32</sup> Alguns autores, como Telo (1999), parecem avaliar negativamente certos aspetos desta organização, pelo menos no que tange à realidade artilheira, afirmando que "a instrução de artilharia da marinhagem foi muito prejudicada com a dissolução do Batalhão Naval (1851) e a chegada do armamento com maior alcance e complexidade técnica" (*ibidem*, p. 94). De facto, serão estas razões, segundo o autor citado, que estão na base de novas opções políticas neste domínio, consubstanciadas na criação da Escola de Artilharia.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

declaradas insuficientes para a instrução e levaram a que fosse criada, por Portaria de 29 de julho de 1863<sup>33</sup>, a Escola de Artilharia<sup>34</sup>.

As causas principais para a sua criação, descritas na própria portaria mencionada<sup>35</sup>, partiam da constatação de que a destreza das guarnições no manejo da artilharia era determinante e de influência decisiva no resultado dos combates, do grande desenvolvimento que a artilharia tinha sofrido nos últimos tempos para se tornar a principal arma dos navios de guerra e ainda da urgência em obter bons instrutores e fiéis de artilharia, que permitissem a criação de esquadras ou secções de trinta artilheiros em cada companhia do corpo, concluindo que só um navio ancorado em local adequado poderia servir de escola. Outra situação que pode ter acelerado o processo da criação da escola (*ibidem*) foi a prestação dos navios *Sá da Bandeira* e *Mindel* que, nos exercícios realizados na Trafaria no início de julho de 1863, terão revelado resultados considerados muito pouco satisfatórios<sup>36</sup>.

Todos estes factos e circunstâncias conduziram à criação da nova escola a bordo da nau *Vasco da Gama*, sendo adotado como manual de instrução o *Guia do marinheiro*

---

<sup>33</sup> Esta Portaria de 29 de julho de 1863 cria “a bordo da nau *Vasco da Gama* uma escola das praças do Corpo de Marinheiros, as quais vão ali por destacamentos aprender o exercício e manejo, principalmente de artilharia” (v. Apêndice B, em que se elenca o historial normativo desta escola, de que este decreto é o considerado o marco inicial).

<sup>34</sup> Uma razão adicional (e de peso...) para a implementação deste novo estabelecimento é avançada por Telo (1999, pp. 94), ao salientar que “a nova artilharia das corvetas mistas, nomeadamente as peças estriadas e as de carregar pela culatra, bem como a importação dos primeiros aparelhos de pontaria, obriga igualmente a prestar mais atenção à formação dos artilheiros”.

<sup>35</sup> Não deixa de ser interessante deixar fluir a linguagem da época, patente nos considerandos que precediam a citada Portaria, nos quais se pode ler que “a destreza das guarnições no manejo da artilharia causa muitas vezes determinante e sempre influente no resultado dos combates”, reconhecendo “o grandíssimo desenvolvimento e aperfeiçoamento a que por sucessivos e constantes esforços tem chegado nestes últimos tempos, a artilharia, principal arma dos navios de guerra”, ou ainda, sublinhando “a urgência de obter bons instrutores e fiéis de artilharia, classes que tão prestantes são a bordo dos navios da Armada”...

<sup>36</sup> Parece inequívoco que existiu uma perceção muito negativa, em termos da (falta de) operacionalidade demonstrada, desses exercícios de tiro, “como se verifica nos relatórios dos respetivos Comandantes” (Cardoso e Caneco, 1997, p. 218).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

*artilheiro* (Teixeira, 1862)<sup>37</sup>, o qual já havia sido aprovado oficialmente para o efeito, no ano anterior, por Portaria de 30 de agosto de 1862.

Em 21 de Outubro de 1864 foi publicado o *Regulamento da Escola Prática de Artilharia Naval*. Este diploma indicava a necessidade de uma instrução competente para as praças de marinagem, artilheiros de primeira classe, chefes de peça, artilheiros de segunda classe, carregadores, cabos e sargentos artilheiros. Haveria também uma junta escolar, constituída pelo comandante e oficiais instrutores, que além do serviço de instrução e classificação das praças, se deveria inteirar dos progressos tecnológicos do estrangeiro e nacionais, bem como recomendar ao governo quais os aperfeiçoamentos, modificações e aquisições de modelos e publicações que pudessem introduzir novos conhecimentos na instrução e no serviço.

A instrução estava dividida em três partes: instrução preparatória, instrução de carregadores e instrução dos chefes da peça.

Para a instrução preparatória teria de ser transmitida a nomenclatura das bocas-de-fogo, reparos e respetivo material de guerra, assim como a vestidura das peças e outros trabalhos de marinheiro aplicáveis à artilharia, para além da feitura de cartuchos, tacos de metralha de diferentes formas e espécies. Outros saberes práticos consistiam na devida colocação das praças, guarneendo a bordo uma boca-de-fogo, a chamada escola de carregar por tempos, o manejo de espeques, a que acrescia a escola de passo e manejo de carabina, pistola ou revólver, e ainda a maneira de as montar e desmontar (Castelo-Branco, 1892).

---

<sup>37</sup> O mencionado *Guia*, que se tornou por muito anos um verdadeiro vade-mécum dos artilheiros navais, foi “colligido pelo primeiro tenente da armada Augusto Zeferino Teixeira, que tomou por base para o seu trabalho o *Manuel du matelot canonnier*, em uso na marinha de guerra franceza” (Ribeiro, 1884, p. 298). Na Biblioteca Central de Marinha (Espólio da Biblioteca do Clube Militar Naval) existe um exemplar da edição de 1881 deste *Manuel*, publicado pelo Ministério da Marinha e das Colónias de França. Alguns autores consideram que aquele *Guia* “não era mais do que um compêndio onde, para além do exercício e manejo das bocas de fogo bastante modificado e aperfeiçoado, vinha também toda a instrução que pelo regulamento devia ser ministrada na escola” (Cardoso e Caneco, 1997, p. 220).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

A instrução de carregadores era composta por: exercícios e nomenclatura das bocas-de-fogo e armas de mão, exercícios de vestir uma peça e carreta, armar e desarmar uma carabina, pistola ou revólver e ainda exercícios de peça obus (em detalhe nas diferentes baterias). Exigia-se igualmente o conhecimento das cargas para as diferentes bocas-de-fogo, a realização de exercícios de peça, armando um ou dois bordos, em detalhe e à vontade, para além do método de guarnecer uma bateria, distribuindo nela a gente do navio, com distribuição dos serventes e formando os diferentes destacamentos que a bateria pode dar. Outras capacidades a adquirir consistiam em pontarias, uso das escalas de pontaria, sua graduação, avaliação de distâncias, escola de passo e pelotão, bem como em exercitação de esgrima de sabre e sabre baioneta, pontarias de carabina, pistola ou revólver, tiro à luz e ainda sobre o modo de desmontar uma peça em qualquer das baterias e os modos de atracar a peça.

A instrução para os chefes de peça abrangia toda a matéria da instrução dos carregadores e ainda noções explicativas sobre os diferentes projéteis de explosão, graduação de espoletas e maneira de as empregar, conhecimento dos deveres de chefe de peça, carregadores e demais serventes (tanto nas circunstâncias ordinárias, como em combate, incêndio, etc.), exercícios de peça de campanha montada em reparo de escaler ou em reparo próprio e, outrossim, conhecimento das tabelas de alcance do ponto em branco, dos diferentes calibres usados na marinha, de conservação das bocas-de-fogo e projéteis, a isto se juntando os exercícios da passagem de munições de um paiol de pólvora, bala ou bomba para a bateria.

De salientar, que a passagem para o cargo de chefe de peça era feita por marinheiros que soubessem ler e escrever, pelo que existia a bordo uma aula para esse fim e que ainda se ensinavam princípios de gramática e resumidos elementos de geometria, sendo regida por um sargento. A instrução de praças de cada classe devia ter a duração de um ano, que contava a partir da data de admissão. As praças em instrução dividiam-se em dois quartos compostos por esquadras e secções.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Em termos de pessoal habilitado para a instrução artilheira, nestes primeiros tempos, existiriam dois oficiais instrutores e um fiel de artilharia. Além de exames finais ocorreriam também exames trimestrais, em que apenas estavam aptos para a sua realização as praças selecionadas pelos oficiais instrutores, sendo as restantes excluídas do curso, por pouco aproveitamento.

Qualquer praça que quisesse habilitar-se como oficial inferior e, como tal, poder desempenhar tarefas de instrutor ou fiel de artilharia noutros navios, tinha que frequentar o curso de chefe de peça e receber acrescida formação, cujo programa incluía aprendizagens e tarefas, tais como, modo de distribuir a postos a guarnição de um navio, numeração da gente assim distribuída, modo de interrogar acerca da escola de peça e de peça obus e ainda a explicação de cada uma das vozes de comando.

Exigia-se ainda o conhecimento de noções teóricas sobre o tiro das bocas-de-fogo e armas de mão, maneira de calcular a massa de mira, de graduar uma alça de pontaria referida ao ponto de mira para qualquer boca-de-fogo, conhecimento das bocas-de-fogo, seus reparos e dimensões, bem como da palamenta e acessórios. Não menos importante nesta formação era a arrumação de um paiol de pólvora e seu serviço em combate, o conhecimento das diferentes espoletas usadas no serviço, a maneira de servir-se delas em certas circunstâncias, o modo de conhecer e avaliar a qualidade da pólvora, a que acrescia a consciência dos deveres dos oficiais inferiores das diferentes categorias em combate, em exercício, em incêndio, em manobra, etc. e em situações de escola de pelotão, sabendo comandar um exercício de bateria, a bordo e em terra, e tiro ao alvo fundeado e navegando, com diferentes espécies de fogo (*ibidem*).

Nesta altura (*circa* 1892), o regulamento não determinava o número de praças que deveriam receber instrução, mas sabemos, por exemplo, que em novembro de 1864 havia vinte e nove praças a frequentá-la. Era também determinado pelo regulamento que os marinheiros aprovados pela escola e cujos navios desarmassem, pudessem voltar à escola a fim de continuar a instrução ou mesmo repeti-la para se encontrarem sempre prontos como artilheiros.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Anualmente, o navio escola fundeava junto ao areal da Trafaria para realizar exercícios de tiro ao alvo. Efetivamente, a Portaria de 12 de setembro de 1865 determinou a transferência da escola para a fragata *D. Fernando*, sendo certo que este novo navio-escola estava equipado com modernas peças de desembarque de 80mm em bronze e de sistema francês, tendo a sua introdução na instrução das praças sido facilitada pelas instruções escritas redigidas pelo oficial instrutor (embora o manual, enquanto tal, só tenha sido legalmente adotado em 1870).

Por decreto de 29 dezembro de 1868, foi a escola reorganizada e tornada instituição permanente da Marinha. Nesta nova reestruturação, além de toda a questão de modernização, foi definido que anualmente se dedicassem sessenta dias somente para exercício de aplicação de tiro ao alvo fixo e flutuante, pelo que, para além da instrução teórica, passaria a existir uma maior componente prática.

Complementarmente, havia uma aula de instrução primária elementar, dirigida por um sargento, a qual compreendia os seguintes tópicos programáticos: exercícios gramaticais, incluindo o conhecimento prático dos substantivos, adjetivos e verbos, dos géneros e formação dos plurais e a conjugação dos verbos regulares e dos irregulares. No âmbito da Aritmética, incluía-se a leitura e escrita de números inteiros, as quatro operações sobre estes mesmos números e operação de problemas fáceis e de uso comum, principalmente no que tocava a assentar dinheiro.

Na mesma aula, ensinava-se o sistema métrico, nos quais estavam inseridos conhecimento prático do metro, litro, grama e quilograma, múltiplos e submúltiplos destas medidas, utilizando para este ensino a caixa do sistema métrico, a que se juntava a leitura e escrita dos números decimais referidos ao sistema métrico, as quatro operações sobre estes números e problemas correspondentes, assim como exercícios práticos de medição e pesagem e, finalmente, o ensino de corografia (segundo a *Cartilha Nacional* e sendo acompanhada por um mapa de Portugal).

Na componente de instrução profissional, que era lecionada por um oficial instrutor, observava-se o seguinte programa: aritmética, álgebra, geometria plana e geometria no



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

espaço, devendo também ser dadas a capacidade de avaliação da tonelagem de um navio, as diversas espécies de tonelagem e noções elementares de balística e de artilharia naval. Neste último ponto seria absolutamente necessário saber as definições de ponto de partida ou bateria, ponto de chegada ou de queda de linha de tiro ou de projeção, ângulos de projeção ou de queda, trajetória, alcance ou amplitude, altura ou máxima elevação, linha de mira, ângulo de mira, ponto em branco, alça vertical, horizontal, inclinada e sua graduação em milímetros e distância.

Ainda nesta vertente, o formando teria que demonstrar domínio da nomenclatura das bocas-de-fogo, do reparo, da vestidura, da palamenta, da classificação das bocas-de-fogo, enquanto ao carregamento e estrutura interior, desvio, derivação, modo de a corrigir, assim como da classificação dos projéteis, quanto à forma, emprego e efeito e ainda de espoletas, descrição das mossas, maneira de as graduar e de fazer uso delas. Do mesmo modo, eram ensinados o serviço de uma boca-de-fogo e o conhecimento de algumas fórmulas empregadas em balística, acrescido da aplicação das mesmas a alguns problemas. Todos estes programas foram aprovados pela Portaria de 29 de dezembro de 1869.

Uma das questões levantadas acerca de possíveis falhas da Escola<sup>38</sup> era a falta de número fixo de praças para ser instruídas e só em 31 de agosto de 1871 é que este foi estabelecido, com um total de 60 instruendos. Era também determinado que se dirigissem à Escola para participar em exercícios e auxiliar na instrução, os guardas-marinhas que se encontrassem em Lisboa, os aspirantes que tivessem acabado o curso na Escola Naval, os

---

<sup>38</sup> Para outro autor (Amaral, 1875), no entanto, quando a escola foi reorganizada em 1869, devido aos cortes financeiros, começou um período de decadência e contrariedade, demonstrada pela diminuição dos meios de ensino e terá sido nesta altura que as praças perderam o incentivo para se juntar a esta classe, como se podia observar pelo acréscimo de pedidos de baixa efetuados neste período. Em termos de enquadramento hierárquico, segundo a nova organização, os oficiais instrutores terão passado a ser apenas três, tendo um sargento passado a lecionar a aula de instrução primária. (os três oficiais passaram a desempenhar respetivamente as tarefas de imediato, encarregado do material de guerra e encarregado da biblioteca, todos fazendo serviço ao navio todos os dias, apenas alternando as noites).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

fiéis de artilharia desembarcados e os chefes de peça e carregadores quando não estivessem destacados a nenhum navio armado.

Aquando da realização de exercícios de tiro ao alvo, todas as praças da divisão de artilharia destacariam para participar nestes, se não houvesse inconveniente para o navio aonde prestavam serviço. As praças em instrução na Escola também deveriam deslocar-se ao Corpo de Marinheiros em dias determinados, a fim de fazerem exercícios de artilharia de desembarque e exercícios de pelotão, sendo que os instrutores da própria Escola os acompanhariam na componente de artilharia e os de pelotão seriam dados pelos instrutores do Corpo de Marinheiros.

O período de instrução era de um ano, sendo incluindo um período entre 30 a 60 dias para a realização de exercícios de tiro. Findo este período as praças eram sujeitas a provas teóricas e práticas e, conforme os seus resultados, eram classificadas como fiéis de artilharia, chefes de peça ou carregadores, podendo este exame ser repetido caso a Junta Escolar o permitisse.

Para a graduação a fiel de artilharia, para além de ter de dominar a matéria lecionada na Escola, deveria também saber fabricar e graduar espoletas, fabricar cartuchame, carregar projéteis explosivos de diversas espécies, armar e desarmar as armas portáteis, saber o nome e uso dessa armas e conhecer finalmente o serviço e a arrumação de paióis de pólvora e restante material de guerra a bordo dos navios.

Para a aquisição destes conhecimentos adicionais a praça deveria praticar durante um período de três meses nos estabelecimentos próprios da Direção Geral da Artilharia do Ministério da Guerra. A classificação de fiel de artilharia permitiria a promoção a cabo para as divisões de artilharia, conforme a escala e as vagas necessárias.

As praças que fossem classificadas como chefes de peça eram promovidas a primeiros marinheiros e os carregadores a segundos marinheiros, dependendo da capacidade de provar as aptidões profissionais exigidas a cada graduação. No regulamento era até referido o número de tiros que teriam de ser efetuados por cada praça quer nas bocas-de-fogo, quer nas armas portáteis. Por outro lado, as praças não poderiam



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

frequentar a escola por períodos superiores a um ano, embora já fosse viável, no ano seguinte ao de saída, voltar para melhorar nota.

Em 1875 houve uma importante reforma no Corpo de Marinheiros que justificava uma adaptação por parte da Escola Prática de Artilharia. As principais diferenças traduziram-se na circunstância de as praças classificadas como chefes de peça poderem continuar na Escola para se habilitarem como fiéis de artilharia, apenas tendo acesso à obtenção do grau de chefe de peça as praças que já entrassem na escola como marinheiros, cabendo ao comandante propor para cabos artilheiros os chefes de peça que já estivessem habilitados pelos três meses acima referidos. Finalmente, eram definidas as dimensões dos alvos para bocas-de-fogo e armas portáteis e criavam-se prémios monetários e classificações para os melhores atiradores, que recebiam distintivos especiais (Castelo-Branco, 1892).

No ano de 1875 passou a fragata-escola para o dique, para ser alvo de reparações e modificações<sup>39</sup>, ficando o pessoal alojado no quartel do Corpo de Marinheiros e a instrução prosseguiu de igual modo, registando-se, contudo, a introdução de mais um instrutor, passando a um total de quatro.

Neste mesmo ano, o couraçado *Vasco da Gama* foi equipado com duas peças do sistema *Krupp*, de fabrico alemão, tendo as praças da Escola começado a frequentar o navio para se familiarizarem com a nova tecnologia. Esta prática manteve-se e, subsequentemente, sempre que um navio era equipado com um sistema diferente dos existentes na Escola, as praças em instrução eram conduzidas ao mesmo, a fim de complementarem a sua formação.

Com o avanço constante das armas e peças desta altura, tinha que existir um coincidente acompanhamento da instrução das mesmas e, como tal, em 1876, na Escola Prática foi dado início à elaboração de um regulamento que deveria indicar o manejo das

---

<sup>39</sup> Trata-se do dique do Arsenal da Marinha e, enquanto durou a reparação e manutenção do navio, o pessoal da Escola foi sendo instruído em exercícios de bateria de desembarque nas instalações do próprio quartel (Ferreira, 1875).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

peças dos novos navios, dividindo-se os quatro instrutores pelas seguintes tarefas: manejo das peças de 40, descrição e desenhos de todo o material e manejo da peça de quatro toneladas e meia (Diniz, 1876). Findo este trabalho, o mesmo foi sujeito à apreciação da comissão de aperfeiçoamento de artilharia naval, para ser proposto superiormente e, depois de aprovado e publicado, entrar em vigor<sup>40</sup>.

Já em 1880, os segundos tenentes sem comissão, que se encontrassem em Lisboa, seriam nomeados para servirem na Escola, o que aumentava bastante a possibilidade da melhoria do ensino, concomitantemente servindo para atenuar a crescente falta de artilheiros na Marinha, provocada pelo pouco aproveitamento que a Escola estava a ter.

A situação de escassez deste pessoal especializado era de tal ordem que foi determinado, como medida provisória, que todas as praças da Escola que fossem adestradas nas fainas de limpar e carregar, ainda que falhassem no exame final, mesmo assim, serviriam como carregadores até já não haver falta destes...

A 8 de Outubro de 1880 abriu um curso do qual fizeram parte 64 alunos, 44 chegaram ao exame final e em que só 26 iriam ser classificados como chefes de peça e carregadores. Esta perda de 60% de todos os candidatos fosse por inaptidão, mau comportamento ou deserção, preocupava os oficiais da Marinha, que viam o panorama desolador de uma classe que nunca chegaria aos números pretendidos. Mais uma vez, aconselhavam o aumento dos vencimentos para esta classe e a capacidade de promoção até sargento, para motivar mais candidatos (Costa, 1881, pp. 165-169).

Mais ainda, o navio que servia de escola para estes cursos tinha apenas uma peça que pudesse ser aproveitada em combate, sendo todas as outras ultrapassadas e, na sua maior parte, danificadas e, portanto, perigosas para utilizar. Em exercícios efetuados na Trafaria em 1881 verificou-se que, muitas vezes, os projéteis ficavam entalados na peça, os sistemas de pontaria já estavam muito desatualizados e requeriam pelo menos três

---

<sup>40</sup> O novo *Regulamento da Escola Prática de Artilharia Naval* veio a ser aprovado por Decreto de 26 de agosto de 1875.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

**Tabela 1 – Resultados do exercício de tiro da Trafaria de agosto-setembro de 1881**

Classificação \ Tipo de Peça	Ótimo	Bom	Suficiente	Sofrível	Mau	Péssimo	N.º de tiros
Peça <i>Armstrong Woolwich</i> 170mm	3	2	13	19	8	-	45
Peça <i>Armstrong Woolwich</i> 120mm	-	1	2	30	31	-	64
Peça de 8mm	-	13	54	132	204	61	464
Peça estriada de 8mm	-	3	4	38	29	28	102(106)
Carabina <i>Snider Barnett</i>	-	3	122	86	88	27	326
Revólver <i>Adam</i>	3	46	130	70	40	29	318
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>68</b>	<b>325</b>	<b>375</b>	<b>400</b>	<b>145</b>	<b>1319</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de Costa (1881, pp. 167-168).

correções antes de conseguir fazer um tiro apreciável. Por outro lado, os alvos estavam a uma distância muito superior à recomendada para primeiras instruções de tiro e os projéteis com espoletas de tempo rebentavam imediatamente ao sair da boca da peça, o que causava situações de perigosidade letal (*ibidem*). No final do exercício de tiro os resultados foram os que constam da tabela 1.

Como se pode constatar a partir dos dados apresentados, apenas cerca de 30% dos tiros efetuados eram aproveitáveis, isto se considerarmos que suficiente é uma classificação fidedigna e não uma aproximação para os resultados serem mais favoráveis, visto que, se não a considerarmos, a percentagem de tiro aproveitável desce para 6%. Estes resultados, mesmo num ambiente de instrução, afiguram-se aquém do desejável, mas note-se que o problema prevalente indicado nas razões deste desfecho são o estado



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

do material utilizado e não necessariamente a falta de formação ou a inabilidade humana. Com efeito, posteriormente, foi organizada uma comissão que verificasse todo o material e elaborasse um relatório para ser apresentado a uma autoridade superior, neste caso o Ministro da Marinha.

Ainda sobre a questão de os recursos humanos, nesta área da artilharia naval, serem inferiores às exigências operacionais, Adrião (1882b) dá conta que, no ano de 1882, havia falta de aproximadamente 230 praças às três secções de artilharia, sendo que, das 60 praças que se matricularam na Escola, só foram propostas 36. Esta proporção de (in)sucesso escolar acentuava a carência de homens que esta classe tinha. As propostas do autor para se atenuar a situação apontavam, uma vez mais, para o aumento das regalias das praças que se candidatassem e ainda para o acréscimo do número de alunos que a escola podia admitir, tendo em consideração a capacidade existente a bordo da fragata *D. Fernando*.

Numa das últimas reorganizações da escola durante o período estudado, a 14 de fevereiro de 1889, foi decretado que o número de instruendos em vez de ser fixo a 60 podia ser expandido para 100, medida que teve efeito no próprio ano e que permitiu a habilitação de 71 praças. Nesta reestruturação foram também reduzidos os tempos de instrução, retirados do programa alguns pontos obsoletos e adotado um novo serviço de instrução. Por outro lado, os carregadores passavam a ser denominados de artilheiros de 2.<sup>a</sup> classe e a sua instrução duraria quatro meses, com a possibilidade de mais um, se aprovado pelo Conselho Escolar, sendo de referir que, se estes fossem classificados como *bons*, poderiam continuar na escola até à graduação como artilheiro de 1.<sup>a</sup> classe. Os chefes de peça passariam a denominar-se de artilheiros de 1.<sup>a</sup> classe e o curso de formação teria a duração acima indicada.

Um aspeto curioso, relativamente aos navios em missão fora do porto de Lisboa e que estavam equipados com artilharia moderna, consistia na possibilidade de atribuir às praças das suas guarnições uma carta provisória de artilheiro de 2.<sup>a</sup> ou de 1.<sup>a</sup> classe, a qual



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

deixaria de ter valor assim que se regressasse à capital, embora os interessados pudessem ir à Escola para provar em exame que poderiam ficar com a graduação permanentemente.

Em termos de instrução formal, o curso de cabo artilheiro duraria oito meses<sup>41</sup>, dos quais cinco seriam feitos na Escola Prática de Artilharia, um seria na fábrica de armas do Ministério da Guerra, um na oficina pirotécnica do mesmo ministério e, por fim, um mês na Escola de Torpedos (criada alguns anos antes). Este último tirocínio poderia ser efetuado antes ou depois da entrada na Escola Prática de Artilharia Naval.

O programa de instrução para artilheiros de 2.<sup>a</sup> classe era o seguinte:

- ✓ Nomenclatura da peça, reparo, palamenta, vestidura e projéteis;
- ✓ Formaturas;
- ✓ Instrução e manejo das peças de bordo usadas na Marinha, peças de desembarque, peças montadas em escaler e metralhadoras;
- ✓ Ideias gerais sobre pontaria e escola de tiro;
- ✓ Instrução da peça de desembarque sem carros de munições e escola de divisão.

Para os artilheiros de 1.<sup>a</sup> classe, estavam definidos os seguintes tópicos de formação, na vertente prática:

- ✓ Direção do serviço da boca-de-fogo e carregamento de projéteis explosivos;
- ✓ Pontaria em direção sobre uma linha vertical, pontaria em altura sobre uma linha horizontal, pontaria sobre um alvo fixo, pontaria sobre um alvo volante, triângulo de pontaria, pontaria sobre alvos móveis no sentido vertical e no sentido horizontal e exercício de pontaria rápida.

Quanto à parte teórica do curso, previa-se:

- ✓ Classificação das bocas-de-fogo usadas na marinha e influências das estrias sobre o tiro;

---

<sup>41</sup> A título comparativo, de mencionar que o curso de sargentos duraria entre seis a oito meses, para segundo sargento e mais quatro meses para primeiro sargento.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- ✓ Classificação das pólvoras e projéteis empregados;
- ✓ Noções elementares e definições de teoria do tiro;
- ✓ Explicação da teoria por meio da trajetória móvel, desvios e derivações, causas e modos de o corrigir;
- ✓ Espoletas, sua descrição e uso;
- ✓ Tiro ao alvo com peças estriadas a bordo e com peças de desembarque.

Por sua vez, os cabos artilheiros deveriam receber instrução segundo o programa de 1869, o qual consistia, na parte prática, em saber armar e desarmar armas portáteis, conhecer o nome e uso das peças dessa arma e, detalhadamente, das peças componentes das bocas-de-fogo e reparos, a isto se juntando a prática do serviço de arrumação de paióis de pólvora e de todo o material de guerra e, no final, com tirocínio de um mês na Escola de Torpedos<sup>42</sup>.

Como se pode ver pelo variadíssimo e bastante complexo programa, a formação de cabos era tão completa que muitas praças tinham dificuldade em obter estas graduações e, embora a escola produzisse artilheiros de 2.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup> classes em número suficiente, as restantes posições dificilmente se encontravam preenchidas.

Do ponto de vista organizativo, todo o pessoal da Escola, incluindo os instruendos, eram dividido por dois quartos, que por sua vez se subdividiam em quatro esquadras que se repartiam em dois grupos, sendo de relevar que as praças já matriculadas nos cursos de cabo e de sargento serviam de chefes de grupo e também de instrutores, podendo igualmente assumir essa função os artilheiros de 1.<sup>a</sup> classe que revelassem aptidão para ocupar esse cargo. Tal disposição garantia que, mesmo quando não houvesse aula, as praças teriam sempre instrutores e estes seriam vigiados por três sargentos que estavam, por sua vez, sob a responsabilidade do mais antigo, o fiel de artilharia da escola, sendo certo que, num plano superior, os oficiais dirigiam estes sargentos.

---

<sup>42</sup> Como seria de esperar, os sargentos artilheiros recebiam um curso mais desenvolvido e aprofundado que o dos cabos artilheiros.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Com esta presença mais pronunciada e numerosa de instrutores subalternos, possibilitava-se uma instrução mais individual e minuciosa, o que permitia o cumprimento da requisição de vagas e tornava também possível a inclusão de material mais variado, por haver mais tempo e mão-de-obra disponíveis. A escola possuía também canos para tiro reduzido, para aplicar às várias bocas-de-fogo, que seriam usadas nos exercícios e complementariam a instrução das praças.

As diferentes matérias que se lecionavam nos cursos de cabo (e também nos de sargento) estavam compiladas em apontamentos feito pelos oficiais. Era frequente que estas orientações, em conjunto com recomendações superiores, passassem a fazer parte do programa formulado pela escola, na reorganização subsequente.

Se é certo, como vimos, que “a Escola se destinava a ser frequentada pelas esquadras de artilheiros marinheiros das companhias do Corpo de Marinheiros que estão no quartel ou nos navios parados no Tejo” (Telo, 1999, p. 94), também nela, embora apenas ao nível da respetiva oficialidade especializada em artilharia naval, se foram sedimentando a necessária doutrina, a harmonização de procedimentos, a par e passo com a modernização tecnológica do material que o avançar do século XIX proporcionava, relatando este historiador que o estabelecimento beneficiou de visitas do seu comandante a escolas de artilharia naval homólogas, em países europeus mais avançados neste domínio, como a França e o Reino Unido.

De resto, os próprios oficiais instrutores, além de serem os responsáveis pela administração de conhecimentos, muitas vezes eram criadores de novas técnicas de ensino que pudessem facilitar e complementar a instrução. Foi o caso, em 1876, quando o segundo tenente Neves Ferreira introduziu na Escola um novo método de estudo da aplicação das manobras de infantaria, artilharia de desembarque e tática de embarcações<sup>43</sup> (Sousa, 1876).

---

<sup>43</sup> De mencionar, mais a título de curiosidade, que este era constituído por uma prancheta de exercícios e um certo número de sinais de madeira que designariam as peças de desembarque, pelotões, divisões, secções e embarcações miúdas. Um dos lados da prancheta era quadriculado em distâncias convencionais, para auxiliar o estudo do exercício das peças de desembarque, de batalhão ou pelotão e tática de



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Um problema de alguma gravidade que afetava a carreira dos artilheiros-navais relacionava-se com a disparidade da progressão na carreira de praças desta classe, relativamente às da classe de manobra (ANDREIA, 1894), alertando-se para a diferença de tempos médios para a promoção a cabo, nas duas classes mencionadas. Aparentemente, enquanto os da classe de manobra necessitariam de 29 meses totais, dos quais 26 fora do país, os da classe de artilharia teriam de perfazer de 51 meses, dos quais 30 fora do País, uma disparidade que, por certo, desmotivava e afastava muitos homens da classe. Esta situação evidencia-se claramente no esquema elaborado para o efeito (Apêndice E), facilmente se percebendo o descontentamento relatado, já que é conhecida a importância de critérios de justiça relativa nas progressões de carreira, particularmente em instituições, como a militar, disciplinadas e fortemente hierarquizadas.

No virar do século, alertava-se para a necessidade do aperfeiçoamento na instrução prática de artilharia naval (Lima, 1900), começando o autor deste artigo por defender, algo premonitoriamente, diga-se de passagem, que a artilharia era e ainda seria durante muito tempo, a principal arma ofensiva disponível numa marinha de guerra, sendo, portanto, de extrema importância verificar constantemente se a instrução dada era devidamente atualizada e atribuídas tabelas de tiro corretas às várias peças.

Com alguma amargura, o autor constata que, muitas vezes, a noção corrente de “inovação” consistia apenas na aquisição de peças mais modernas, sem qualquer atenção à correspondente formação, necessária para as utilizar. Com efeito, embora a modernização tendesse para uma utilização mais fácil e com maior atribuição de poder de fogo, a complexidade destes sistemas faria com que pessoal pouco instruído não a utilizasse com a melhor eficácia.

---

embarcações. Enquanto o outro lado da prancheta representava topograficamente um terreno acidentado, rios, pontes, etc. que servia de estudo de tática de infantaria e desembarque de artilharia. Este novo método recolhia assim uma grande vantagem para os exercícios práticos efetuados e uma maior comodidade do estudo teórico.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

De igual modo, refletindo criticamente sobre a situação, ao tempo, desse setor da Armada, afirmava ser também um grande inconveniente que a prioridade fosse a formação do maior número de praças classificados como artilheiros, sem a devida atividade prática, essencial para a adestração de um marinheiro. Eram gastos elevados montantes com novas aquisições de peças, mas depois não restava orçamento, para a realização de testes e tiros de treino. Ou seja, havia quantidade de artilheiros, que até ultrapassava em escala algumas nações europeias, mas a qualidade das mesmas era posta em causa (*ibidem*)<sup>44</sup>.

### 3.2. Escola de Alunos Marinheiros

Não pode deixar de se considerar algo tardia a criação de uma escola para formação das praças da nossa Marinha, pois tal sucedeu já com algumas décadas de atraso relativamente a outros países europeus.

Em França, por exemplo, o início do funcionamento de instituições escolares dedicadas à instrução formal dos marinheiros dá-se no final dos anos 20 do século XIX. Antes, o seu recrutamento incidia frequentemente sobre adolescentes, com pouca ou nenhuma instrução geral de base e cujas condições de aprendizagem profissional prática eram especialmente difíceis até que um jovem se tornasse *mousse*<sup>45</sup> ou marinheiro-aprendiz. No entanto, esta situação alterou-se em virtude da necessidade da especialização sentida pela Marinha, que verificou a necessidade de essa formação ser dada em escolas

---

<sup>44</sup> O autor registava ainda a falta de um polígono de tiro, de onde se retirassem dados experimentais para a construção de tabelas de tiro e de correção, defendendo a necessidade de uma aquisição para o efeito ou pelo menos a colaboração com outra nação detentora deste equipamento, para melhorar o ensino da Escola Prática de Artilharia Naval, assim como aumentar a eficácia de todas as peças em uso na Marinha (Lima, 1900).

<sup>45</sup> O termo *mousse*, que podemos traduzir livremente por grumete, terá origem nos termos *mozo* (castelhano) ou *mosso* (catalão) e é a designação tradicionalmente dada ao aprendiz de marinheiro da *Marine Nationale* francesa.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

próprias (*Écoles des Mousses*), sediadas nos principais portos militares franceses, nomeadamente em Brest, sendo esta já considerada, por volta de 1856, um verdadeiro viveiro de marinheiros (Lathuile, 1996).

Em Portugal, no que diz respeito à formação geral das praças da Armada, assiste-se à criação, no ano de 1876, da Escola de Alunos Marinheiros, a qual irá ser, com o seu efetivo funcionamento no ano seguinte, alojada a bordo da corveta *Duque de Palmela*.

Parece ter tido um papel importante, na génese da ideia de uma escola deste tipo, um oficial de Marinha, que terá apresentado a sua proposta em 1870 e que nos *Anais* (Dantas, 1872) publicita uma carta, que o felicita e incentiva pelo projeto, recebida do Marquês de Sá da Bandeira, a quem vai responder publicamente no mesmo artigo, desenvolvendo e concretizando as suas ideias.

Esta “autoria” é confirmada por Ribeiro (1884), que reproduz a carta em que o Marquês afirma ter lido “com muito interesse o projeto (...) relativo à criação de uma escola de alunos marinheiros e parece-me que a sua adoção há de ser de grande utilidade, tanto para o serviço da armada, como para os indivíduos a que diz respeito e bem assim para a moralidade publica”, considerando que “na Casa Pia e em outros estabelecimentos de caridade, um considerável número de jovens são sustentados e educados à custa do estado e, por isso, seria justo que este fosse indemnizado pelo serviço dos alunos a quem beneficiara, segundo as possibilidades destes” (*ibidem*, p. 109), concordando assim com a proposta de encaminhar esses jovens para futura escola<sup>46</sup>.

De qualquer modo, a ideia vai fazer o seu caminho e, patrocinada ao mais alto nível, acabou por se concretizar, tendo sido apoiada também, novamente segundo Ribeiro

---

<sup>46</sup> O encaminhamento de alunos da Casa Pia para a Escola de Marinheiros, que efetivamente se veio a concretizar, parece ser um processo idêntico ao verificado em instituições congêneres de outros países, como o Brasil, existindo “similaridades entre a instituição de formação de marinheiros portuguesa e a brasileira, no que tange à presença de instituições militares para a formação e profissionalização de crianças pobres e desvalidas” (Lima, 2013, p. 103). Esta autora, numa perspetiva de História da Educação, compara os casos dos dois países (Brasil – *Companhia de Aprendizizes Marinheiros de Sergipe*; Portugal – *Escola de Alunos Marinheiros*), defendendo que “a criação da Escola de Alunos Marinheiros de Lisboa caracterizava o assistencialismo pela profissionalização” (*ibidem*, p. 128).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

(*ibidem*, p. 110), que a cita, pela Comissão de Marinha da Câmara dos Deputados, a qual deu

“o seu assentimento a um projeto, que representa uma das ideias mais simpáticas a todo o país e, porventura, a forma mais eficaz de se evitar, num futuro não muito remoto, parte das dificuldades do recrutamento marítimo, fornecendo a armada com praças habilitadas nas diversas especialidades da vida de marinheiro militar, tão complicada na sua aprendizagem, tão útil e essencial n'um país que, como o nosso, precisa de afirmar o seu domínio no ultramar”

A instrução a ministrar na nova Escola, aos jovens (com idades entre os treze quinze anos) que a frequentam, vai estruturar-se nas seguintes e sucessivas dimensões formativas:

- ✓ Ensino geral fundamental, correspondente à finalização do ensino primário (para os que o não tivessem completado antes);
- ✓ Instrução militar de base;
- ✓ Formação marinheira específica e profissionalizante<sup>47</sup>.

Como justificação para a segunda fase de ensino, pode apontar-se que “esta é considerada essencial, porque se sabe ser normal que o futuro marinheiro seja chamado muitas vezes a desembarcar e atuar em terra, em colunas, para enquadrar as forças indígenas ou como servente das peças e metralhadoras dos navios usadas em terra” (Telo, 1999, p. 180), considerando este autor que, do ponto de vista dessa instrução militar básica, não haverá grandes diferenças, surgindo estas quando se passa à parte relativa às especificidades da vida a bordo dos navios de guerra.

---

<sup>47</sup> Esta era um objetivo primordial, para superar as deficiências do antecedente, como se sintetizará, um século, depois na publicação comemorativa do 1.º Centenário da Escola de Alunos Marinheiros (Grupo N.º 1 de Escolas da Armada, 1976), ao lembrar-se que a mesma foi criada com a finalidade de instruir pessoal para o serviço na Armada e garantir outra via de recrutadas.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Criada pela Carta de Lei de 21 de janeiro de 1876<sup>48</sup> a Escola recebeu os primeiros alunos no final de 1877. Passados quatro anos sobre a criação do primeiro curso<sup>49</sup>, já era possível começar a fazer uma análise da sua instrução (Sousa, 1882). Primeiramente, notavam-se já os esforços da alfabetização em Portugal, pois pelo menos 50% de todos os alunos já sabiam ler minimamente quando entravam na Escola, servindo de exemplo o ano de 1880-1881 em que dos 58 alunos admitidos, 37 sabiam ler, 2 começavam a ler, 3 soletravam, 5 conheciam as letras e apenas 11 eram analfabetos (*ibidem*).

Nos primeiros 3 anos de curso, de um total de 101 alunos, 71 foram habilitados com o curso, 23 não obtiveram carta, 3 foram expulsos por irregularidade de comportamento e 4 desertaram. Uma das vantagens do sistema de um curso de três anos era a de que os alunos eram organizados por capacidades, o que garantia maior distribuição de instrução, pelo que em anos consecutivos havia a existência de alunos já com um ano de curso em todas as divisões, o que implicaria uma melhor assimilação e militarização dos novos recrutas.

O mesmo autor defende que uma das desvantagens do curso era a sua dificuldade no plano intelectual, pelo que alguns dos alunos não teriam as capacidades para o completar<sup>50</sup>, preconizando que deveria haver a distinção entre as disciplinas indispensáveis para um marinheiro, das que seriam apenas ensinadas aos alunos com melhor aproveitamento. Outra dificuldade era o estado do espaço e do material, que entre

---

<sup>48</sup> Esta Lei de 21 de fevereiro de 1876 instituiu uma “escola de habilitação para marinheiros militares” (*vide* Apêndice C, em que se elenca o historial normativo destas escolas, de que a lei mencionada é considerada não apenas um ponto de partida em termos jurídicos, mas um verdadeiro ponto de viragem no entendimento sobre a formação naval das praças).

<sup>49</sup> Certamente, já haveria alunos que tinham concluído a sua formação de base e obtido o seu diploma, pois a duração do curso era de três anos visto que, uma vez aprovados no exame final, seriam admitidos no Corpo de Marinheiros, assentando praça como segundos grumetes (Ribeiro, 1889).

<sup>50</sup> Em concordância com esta posição está Caminha (1892), pois também refere que desde cedo existiu a percepção de certas lacunas na carta de lei criadora e que, por exemplo, a parte teórica do ensino seria demasiado exigente.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

artilharia demasiado pesada e embarcações muito antigas, dificultavam os exercícios a efetuar.

Numa outra descrição da Escola, Caminha (1892)<sup>51</sup> anota que, tendo a mesma sido criada em 1876, forçoso seria garantir-se o cumprimento da missão de ministrar a educação literária e profissional aos alunos durante três anos, para que posteriormente estes pudessem servir no Corpo de Marinheiros, onde teriam de cumprir um tempo de serviço de oito anos. O desenvolvimento deste curso permitiria que os alunos aprovados tivessem uma longa prática de serviço no mar, quer em viagens de instrução, quer nas estações navais do ultramar, assim podendo substituir e complementar as vagas que mais tarde surgissem nos quadros de oficiais inferiores e sargentos, devido às suas condições de formação, superiores relativamente às praças instruídas fora do contexto escolar.

Recorda ainda que o navio escolhido para o início de atividade da Escola, a corveta *Duque de Palmela*, era um navio antigo e de sistema misto, praticamente considerado incapaz de navegar, o qual, para poder desempenhar a sua missão escolar, teve de sofrer várias intervenções e obras, em vista a poder albergar os futuros 100 alunos e proporcionar todo o tipo de equipamento e material necessário à sua educação. Nesta tarefa considera ter sido indispensável a boa vontade e a perseverança do pessoal instrutor que, num curto espaço de tempo, realizou todas as tarefas necessárias à implementação de um navio-escola (*ibidem*).

No primeiro ano de efetivo funcionamento, mais concretamente a 9 de setembro de 1877, alistaram-se os primeiros mancebos, mas que devido certamente à recente criação e à falta de divulgação, na data prevista para o curso começar (13 de dezembro desse ano) apenas haviam sido preenchidas pouco mais de metade das vagas. Nos anos seguintes, todavia, concorriam cada vez mais candidatos, tornando-se claro que seria necessária a

---

<sup>51</sup> O autor citado, a cujo contributo voltaremos a recorrer mais à frente, escreve com conhecimento de causa sobre a matéria, neste texto que é o resultado da sua comunicação ao *Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano* de 1892 (cfr. o referido no capítulo 1 a propósito deste evento), já que o mesmo – Capitão-de-fragata (futuro Vice-Almirante) Caetano Rodrigues Caminha – desempenhava nesse tempo o cargo de Comandante da Escola de Alunos Marinheiros de Lisboa.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

expansão das admissões. Foram então realizadas várias propostas que culminaram na publicação da Carta de Lei de 27 de julho de 1882, que criava mais duas escolas, reduzia o curso para dois anos e subia o número de alunos da escola de Lisboa para 110. Todas estas modificações também requereram obras no navio e obtenção de novos materiais. Esta nova organização permitia outrossim a presença de mais um oficial instrutor e de um médico (*facultativo*, na linguagem de então) de permanência no navio (*ibidem*).

Em termos de avaliação, existiam vários testes de frequência durante o ano, que culminavam num exame, no fim de cada ano, em que se reunia o conselho escolar e se examinavam os alunos nos diversos ramos do ensino. Quanto à instrução na arte de marinheiro, esta era perçivelmente a componente mais importante de todo o ensino realizado na escola. As dificuldades residiam em ser o ensino quase individual, o que implicava muito tempo e paciência por parte dos instrutores, pelo que todo o tempo livre deixado pelas outras especialidades eram nesta empregues.

O programa da arte de marinheiro incluía 35 espécies de nós, 16 de pinhas, 7 de costuras, 3 de unhões, 3 de gachetas, 5 de embotijo, 3 de coxins, garruchos, etc. Ora, todos estes componentes exigiam muitos e repetidos exercícios, mas que eram os mais bem recebidos por parte dos alunos. Segundo Sousa (1882), era comum a quem visitava a Escola observar dezenas de pequenos marinheiros em todos os cantos a fazer nós e a cozer com todo o desembaraço. Faziam ainda parte desta instrução a pilotagem, sinais e manobra de vergas e mastaréus. Neste último exercício havia uma forte componente de força física, devido ao esforço necessário para puxar cabos numa situação em que toda a mão-de-obra era menor de idade, mas, mesmo assim, no final do curso conseguiam operar um mastro na média dos 12 minutos, um resultado considerado bastante satisfatório.

Quanto à instrução de infantaria, este tipo de formação era facilmente recebido pelos alunos, visto que os mesmos tinham, em geral, gosto pelos exercícios militares, somente um pouco diminuído no que tocava à longa permanência em formatura, na qual se dava uma ligeira tolerância. Esta instrução consistia em manejo de armas, manobras em ordem unida, na qual faziam rotatividade de posições para todos as conhecerem, sendo



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

instruídos nos deveres de cabos de guarda, honras a prestar em marcha, exercícios de tiro ao alvo, exercícios de manuseamento de revólver e de sabre.

No que à instrução de artilharia dizia respeito, esta seria decididamente a mais fatigante para os alunos, por causa do material ser muito antigo, pesado e impróprio. No entanto, os alunos ficavam com o ensinamento de como funcionam as peças mais antigas, e, caso uma das modernas falhasse, num navio onde viessem a servir no futuro, poderiam fazer uso das mais ultrapassadas. Os alunos eram treinados a usar peças de um e dois bordos, peças de desembarque e nos vários papéis que podem assumir, desde chefes de peça a carregadores (*ibidem*).

Quanto à instrução literária, embora primeiramente esta pudesse, para alguns naquela época, parecer de carácter secundário em relação à formação de um marinheiro, a importância de saber ler e escrever revelar-se-ia mais tarde na carreira, quando uma praça pretendia ascender na mesma, necessitaria de habilitações e conhecimentos que proviriam necessariamente de fontes escritas, nem que fosse para servirem só de escrituração no quartel. Todavia, isso parecia não ser bem compreendido pelos instruendos, pois a maior parte das faltas de aproveitamento consistia na falta de saber ler e escrever<sup>52</sup>.

Outra deficiência assinalada pelo mesmo autor dizia respeito à Ginástica, embora este ensino figurasse no programa e o desenvolvimento físico fosse considerando vantajoso (além da aquisição de força, atenuaria também eventuais ferimentos causados pelos violentos esforços a bordo de um navio). Com efeito, para além de uma certa falta de sensibilidade para a atividade física ainda generalizada na sociedade portuguesa<sup>53</sup>,

---

<sup>52</sup> Por exemplo, nos primeiros 3 anos, dos 94 alunos remetidos para o Corpo, apenas 71 foram habilitados e destes 48 já sabiam ler antes da entrada para a Escola ou seja apenas 23 alunos foram ensinados, que foi exatamente o número de reprovados, o que fazia a taxa de sucesso literário ser de apenas 50%, o que teria de ser repensado em anos futuros (Sousa, 1882).

<sup>53</sup> Será preciso esperar pelo século XX para a componente de educação física, incluindo ginástica e desporto, se generalizasse no ensino destas escolas, como se pode constatar do documento apresentado como Anexo F, que corresponde à reprodução da capa e à primeira página, a título meramente exemplificativo, do *Regulamento para o Torneio Anual entre Escolas de Alunos Marinheiros*, realizado em



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

registava-se a falta de pessoal experiente que pudesse lecionar esta componente (Sousa, 1882).

Efetivamente, era missão da Escola promover a educação da componente profissional das praças do Corpo de Marinheiros, pretendendo-se alistamentos de duração mais duradoura, embora estes fossem complementados com outros tipos de recrutamento, de carácter não voluntário, que receberiam uma formação mais curta, embora a componente militar fosse similar (Telo, 1999).

Mais tarde, com a publicação da Lei de 27 de julho de 1882, passaram a ser três as escolas deste tipo, alojadas em navios, não só continuando a de Lisboa, mas acrescentando-se escolas no Porto e em São Miguel (Açores)<sup>54</sup>. Outras alterações introduzidas diziam respeito à idade em que os alunos podiam ser admitidos (alargada para 13-17 anos) e à duração do curso, que passa para dois anos, comprometendo-se os alunos a manter-se ao serviço da Armada num mínimo de oito anos, assinalando-se que continuam “os três tipos de formação anteriores, mas altera-se o currículo, com maior importância para os aspetos mecânicos no curso de marinheiros” (*ibidem*, p. 181). A designação Escola de Marinheiros foi a escolhida oficialmente (v. diploma de criação), embora pudessem ser usadas certas variantes<sup>55</sup>.

De acordo com Boto (1890), no final de 1889, havia duas escolas de alunos marinheiros, uma localizada em Lisboa e outra no Porto, sendo a de Lisboa composta por 121 alunos, dos quais 56 receberam guia para o Corpo de Marinheiros e 65 ficando a

---

1909, incluindo diversas atividades desportivas, tais como *tiro ao alvo*, *corrida de resistência* e *de velocidade*, *lucta de tracção*, *corrida de remos*, *salto em altura* e *em comprimento*, *corrida de natação* e *match de foot-ball*...

<sup>54</sup> Esta hipotética escola em S. Miguel nunca terá chegado a ser concretizada e, mais tarde, será criada a Escola de Alunos Marinheiros do Sul, em Faro.

<sup>55</sup> Em resultado da coexistência, no século XIX, de diferentes designações para o ramo – *Marinha*, *Marinha de Guerra*, *Armada* ou *Armada Real* – também o Corpo de Marinheiros foi chamado de *Corpo de Marinheiros da Armada*, *Corpo de Marinheiros da Armada Real* ou *Corpo de Marinheiros da Marinha* (Silva, 2014a).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

bordo e passando ao segundo ano. Para se preencherem as 65 vagas criadas, apareceram 105 candidatos, dos quais 46 foram considerados incapazes de serviço e 14 não se apresentaram, ficando matriculados apenas 44.

Em relação à escola do Porto esta era composta por 134 alunos, tendo sido 44 enviados para o corpo de marinheiros e 40 passaram para o segundo ano. Foram abertas então 50 vagas para as quais houve 46 candidatos, sendo apenas 2 rejeitados pela junta médica e 8 que não se apresentaram, pelo que, no final, se matricularam 36 alunos. Podemos constatar, portanto, que a falta de candidatos para estas escolas fazia com que entrassem alunos com má constituição e desenvolvimento físico o que diminuía a qualidade dos futuros praças da Marinha e impactava negativamente quando não pudessem executar funções que exigissem força em navios com guarnições pequenas, podendo apenas servir como rondas e sinaleiros.

Era também da recomendação do autor do artigo citado que seriam necessário pelo menos mais dois navios que servissem como escolas, passando para um total de quatro, que pudessem albergar 570 alunos para fornecer mais praças à Marinha, tendo sido indicadas as corvetas desarmadas *Estefânia* e *Duque da Terceira*, que se deslocariam para S. Miguel e Faro respetivamente. Para se resolver os problemas do pouco número de candidatos era recomendado que se fizesse publicidade em todas as grandes povoações do País (*ibidem*).

Os alunos destas escolas receberiam uma instrução primária elementar, instrução profissional do marinheiro militar, educação militar e moral, a fim de poderem complementar a Marinha com as suas capacidades, assim que terminassem o curso. Isto garantia uma fonte de marinheiros jovens e já instruídos, que podiam logo assumir algumas funções a bordo dos navios da Armada (Silva, 1892).

Porém, o autor era da opinião que este ensino podia ainda ser muito melhorado. Primeiramente com a introdução de material de guerra moderno, para os alunos dominarem as armas de que a Marinha dispunha, fossem elas portáteis ou peças de fogo. Outra questão era a de ensinar aos alunos os sinais tanto noturnos como diurnos, porque



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

estes, além de facilitarem a comunicação do navio escola, poderiam aplicar melhor a bordo dos seus futuros navios as suas recém-adquiridas capacidades. Deveriam, assim, saber registar todos os sinais feitos pelo navio, comunicar com outros navios da esquadra por bandeiras, galhardetes e sinais manuais<sup>56</sup>.

Dez anos depois, tendo ocorrido uma reestruturação da Escola, decorrente do Decreto de 29 de novembro de 1901, os requisitos para os candidatos à Escola consistiam em conhecimentos de leitura, escrita e contas, estar entre os 16 e 18 anos de idade e ter mais que 1,48 m de altura, sendo o curso reduzido para um ano e o número de alunos fixado em 200 (Boto, 1902).

Do ponto de vista da formação que aqui era dada, este articulista recorda que um oficial de Marinha (António Caetano da Silva Marques, que veio a falecer antes de ver concretizada a sua proposta neste domínio) estava a criar um modelo para reorganizar o ensino nas escolas de alunos marinheiros, as quais chegaram a ser aprovadas pelo Conselho Escolar do navio *Duque de Palmela*, onde a escola de Lisboa estava instalada, tendo a primeira parte da mesma sido implementada. Esta consistia na manutenção do curso de dois anos existente, que se passaria a denominar *Curso elementar para Alunos Marinheiros* e na criação de outro curso, virado para a formação de cabos e contramestres, denominado *Curso Complementar da Escola de Alunos*, com a duração de um ano.

O curso elementar começaria a funcionar na primeira quinzena de outubro e teria 100 alunos, sendo a sua duração de dois anos. No segundo ano os alunos praticariam os conhecimentos adquiridos numa canhoneira de fiscalização, durante 15 dias, em que o prumo e o governo do navio seriam o foco da instrução. Depois de terminarem o curso elementar, assentariam como praças no Corpo de Marinheiros, como 1.º Grumete e seriam distribuídos pelas várias classes, com base nos resultados obtidos nos exames da escola<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Uma das aquisições efetuadas pela Escola no início da década de 1890 foi a de um escaler a vapor, que permitia realizar exercícios em qualquer estado de vento, mar e corrente e servia para veicular aos jovens alunos conhecimentos de base de fogueiros e condutores (Silva, 1892).

<sup>57</sup> Os alunos que ficassem atribuídos à 3.ª brigada fariam tirocínio a bordo de um cruzador como sinaleiros. O tirocínio duraria o mesmo tempo que o curso de 2.º artilheiro e resultaria na promoção para 2.º marinheiro



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

Por sua vez, o curso complementar<sup>58</sup> teria a duração de um ano e serviria para adquirir a habilitação de cabo ou contramestre. Teria o seu início na primeira quinzena de outubro de cada ano e abrangeria 20 alunos a bordo de uma corveta. Posteriormente, realizariam o tirocínio a bordo da *Duque de Palmela*, enquanto este realizasse viagens de instrução para os aspirantes de Marinha, e a bordo de um cruzador, durante um período de 30 dias, para pôr em prática conhecimentos de sinais diurnos e noturnos e de telegrafia sem fios (*ibidem*).

Para se ter uma noção correta do tipo de conteúdos programáticos que constavam desta formação, apresentamo-los de seguida, na tabela elaborada com base no respetivo plano de estudos.

**Tabela 2 – Plano de estudos do curso complementar da escola de marinheiros (1901)**

Disciplina	Matéria
Noções de aritmética	Operações sobre decimais
	Números fracionários
	Simplificação de quebrados
	Quadrado e cubo de um número. Seu valor
	Proporções e progressões aritméticas
	Somar e subtrair complexos
	Reduzir horas a minutos e segundos e vice-versa
	Passar de tempo a arco e vice-versa, empregando as tábuas A e B de Norte
	Metro quadrado, metro cúbico, seus múltiplos e submúltiplos
	Unidade de peso e tonelada métrica

independentemente da vaga, se tivessem boa aplicação e comportamento. Depois de realizarem outro tirocínio de dois anos, fora dos portos nacionais, poderiam ser promovidos a 1.º Marinheiro nas mesmas condições que a anterior promoção (Boto, 1902).

<sup>58</sup> De acordo com a informação que este autor partilha, para se poder ser admitido neste curso era necessário ser 1.º Marinheiro ou Cabo Marinheiro, ter o curso elementar da Escola de Alunos Marinheiros ou, em alternativa, saber responder às mesmas questões lecionadas segundo o programa, saber ler e escrever corretamente e efetuar as quatro operações sobre números inteiros, necessitando também de estar bem classificado em termos de comportamento. Este apuramento era feito no Corpo de Marinheiros e, para não haver prejuízo para com os contramestres existentes, haveria 10 vagas reservadas para estes, desde que cumprissem com os pontos acima identificados.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	Milha marítima, grau, medida de comprimento e tempo inglesa
	Conversão para tabelas em medidas de sistema métrico
<b>Noções de geometria</b>	Linhas: reta, quebrada e curva
	Ângulos: reto, agudo e obtuso
	Ângulos verticalmente opostos
	Ângulos complementares e suplementares
	Linhas paralelas e perpendiculares, linha horizontal e vertical
	Planos paralelos e perpendiculares
	Triângulos retângulos e obliquângulos.
	Lados de um triângulo retângulo
	Polígonos
	Circunferência e suas linhas principais. Círculo, segmento, e sector do círculo
	Divisão da circunferência
	Achava hora do nascer e pôr-do-sol empregando as tábuas
	Marés, sua causa e estabelecimento do porto.
	Determinar hora da praia-mar e baixa-mar pelas tábuas
	Escriturar o livro das derrotas
<b>Noções de meteorologia</b>	Ventos. Direção e velocidades. Anemómetro. Ventos regulares ou alisados.
	Calmas equatoriais. Ventos periódicos. Ventos variáveis. Ciclones
	Regra dos ciclones. Determinação prática do centro.
	Nuvens. Sua primeira divisão
	Para-raios, cuidados a ter com eles. Sistema moderno de para-raios
	Barómetro de metal e de mercúrio. Leitura do barómetro.
	Termómetro e psicrómetro. Leituras destes instrumentos
	Escala da força do vento
<b>Elementos de eletricidade e magnetismo</b>	Ímanes materiais e artificiais. Influência dos ímanes sobre as agulhas. Polos
	Pilhas; polos
	Corrente elétrica; direção da corrente; circuitos
	Circuito aberto e fechado
	Isoladores
	Descrição da pilha Leelanché
	Associação das pilhas em tensão e em quantidade



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	Influência das correntes sobre as agulhas
	Galvanómetro
	Eletroímãs e seu funcionamento
	Descrição do manipulador e recetor Morse
<b>Aparelho e manobra</b>	Recapitulação e prática do ensino elementar no que respeita à instrução profissional do marinheiro
	Prática de trabalhos de marinheiro
	Fundear e amarrar o navio
	Amarrações fixas
	Manobra das embarcações em todas as condições de tempo e mar
	Descrição da faina de suspender e de manobrar para fazer de vela
	Diferentes maneiras de velejar
	Ideia geral sobre construção de navios de madeira, e sobretudo de ferro
	Lemes compensados
	Diferentes tipos de navios de guerra usados atualmente (casco e proteção)
	Ideias muito gerais sobre o modo de reparar avarias
	Avarias no leme
	Métodos de corte do pano
	Prática de corte do pano para embarcações miúdas, toldos e velas latinas
	Execução de todos os toques de apito regulamentares
	Conhecimento do detalhe do navio
<b>Sinais</b>	Prática sobre todos os sinais do Regimento e Código Comercial
	Prática do alfabeto Morse
	Prática de interpretação e confeção de sinais
	Conhecimento de todos os distintivos em usa na marinha de guerra
	Conhecimento das bandeiras de guerra e mercante das potências marítimas
	Conhecimento das regras evitar abalroamentos
	Conhecimento dos títulos: 5.º, 9.º, 18.º, 19.º e 20.º da Ordenança Geral da Armada
	Exercícios de tática de embarcações miúdas



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

	Óculos e binóculos, sua descrição e cuidados a ver com eles
<b>Infantaria</b>	Prática do comando de uma secção

Fonte: Elaboração própria, com base em Boto (1902, pp. 9-11).

Constatamos, portanto, um programa consideravelmente moderno para a época e com conceitos que ainda hoje podemos considerar pertinentes, em que o saber e a educação atingiam um patamar provavelmente nunca antes exigido às praças, no que toca à nossa Marinha. Todo este esforço estava dirigido à valorização de Portugal perante as potências marítimas e à necessidade de acompanhar a inovação e a modernização que ocorria a ritmos até então sem precedentes.

Uma outra vertente da formação disponibilizada aos alunos da Escola era a instrução literária, na tentativa de suprir as graves deficiências que, ainda no final do século XIX, se faziam sentir na maioria da população portuguesa, em que o analfabetismo era ainda dominante, sobretudo nas camadas sociais mais desfavorecidas, das quais provinha a quase totalidade destes alunos.

Efetivamente, de acordo com os dados coevos fornecidos por Aguilar (1882), além de instrução de infantaria, artilharia e conhecimentos da arte marinheira, todos os alunos teriam de possuir instrução literária, principalmente nos dois primeiros anos de escola. Estariam estes divididos por três classes, sendo a 1.<sup>a</sup> constituída pelos analfabetos, a 2.<sup>a</sup> pelos que sabiam ler qualquer coisa e a 3.<sup>a</sup> pelos mais adiantados. Em conformidade com as normas em vigor, estes teriam 2h30m deste tipo de instrução por dia, distribuídas pelas três classes, que eram lecionadas por um capelão. Dentro das disciplinas lecionadas no primeiro ano contavam-se as seguintes:

- ✓ Leitura, caligrafia e as quatro operações sobre inteiros;
- ✓ Moeda portuguesa e sua representação em números (réis);
- ✓ Princípios do sistema métrico decimal, especialmente aplicado à medida das rações de bordo;



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- ✓ Definição de linha reta e curva, ideia de ponto, círculo e circunferência e suas divisões;
- ✓ Ângulos e leitura das indicações no mostrador de um relógio;
- ✓ Doutrina cristã e princípios de moral e civilidade.

No que toca ao segundo e ao terceiro anos, eram aprofundadas as matérias anteriores e veiculados conteúdos um pouco mais avançados, a saber:

- ✓ Princípios de gramática portuguesa;
- ✓ Elementos da História de Portugal;
- ✓ Elementos de geografia e corografia continental e colonial;
- ✓ Sistema métrico e decimal;
- ✓ Quatro operações sobre quebrados, sobre decimais e complexos.

Verificamos, pois, que incluída nesta instrução literária havia componentes matemáticas, históricas e geográficas, destinadas a fornecer ensinamentos básicos que os alunos pudessem utilizar ao longo das suas carreiras (por exemplo, para saber manusear o vencimento, ver as horas e conhecer um pouco mais sobre as costas em que navegariam) e até na sua vida pessoal (*ibidem*).

Todo este sistema tinha boas bases, como no ensinamento com o método de João de Deus, e a escolha particular de disciplinas, mas quando aplicado na prática parece ter havido sérios problemas, que afetavam tanto a produtividade dos alunos como os resultados obtidos no final e que passamos a expor.

Desde logo, grande parte dos formandos eram analfabetos e daí que a primeira classe fosse frequentada por um número muito superior ao das restantes, o que dificultava a distribuição de tempo de que o capelão dispunha para cada classe. Por outro lado, muitos destes alunos provinham de instituições de órfãos, que não lhes tinham dado a mínima educação a nível de alfabetização ou mesmo comportamental. Acresce que o ensino era afetado negativamente pela circunstância de as aulas serem dadas a bordo, usando as mesas do rancho, num local com pouca luminosidade e onde o ruído dos exercícios de tiro e infantaria eram frequentes, por se realizarem concomitantemente. Finalmente, era



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

também maioritariamente aceite, quer pelos oficiais da Escola quer pelo capelão que as lecionava, que o tempo atribuído era insuficiente para a quantidade de matéria requerida (*ibidem*)<sup>59</sup>.

Uma década volvida, em apreciação sobre a Escola já com uma espessura temporal mais alargada, Caminha (1892) lembra que, com o regulamento aprovado pelo Decreto de 19 de Fevereiro de 1886, foram tomadas uma série de providências, aliás, adotadas em consequência dos ensinamentos que a prática adquirida por quase oito anos de ensino aconselhava, as quais foram impulsionadas por todos os comandantes da Escola que, sucessivamente, apresentavam superiormente os seus pedidos e recomendações.

Na opinião do autor mencionado, este regulamento garantia que as escolas funcionassem com o mínimo de inconvenientes para o bom e regular desenvolvimento do ensino a bordo e que cada vez este se tornava mais profícuo, garantindo que os alunos saíam da Escola com uma soma de conhecimentos que os colocaria aptos para os diversos encargos que o marinheiro tem na vida do mar. Este regulamento foi também o que esteve mais tempo em vigor e, portanto, vai ser o foco principal no que toca à organização das escolas de alunos marinheiros.

Assim, na ótica do quadro normativo (*Regulamento para as Escolas de Alunos Marinheiros*, aprovado por Decreto de 19 de fevereiro de 1886, precedido pela Lei de 27

---

<sup>59</sup> Foi então proposta, segundo o autor do artigo pelo próprio capelão, que a nova ordem das disciplinas deveria ser a seguinte: 1.º ano (sistema de numeração, as tabuadas das unidades e multiplicação e as contas de somar, subtrair e multiplicar; moeda Portuguesa e seu valor; medida do tempo; contagem do papel; leitura das indicações no mostrador de um relógio; doutrina cristã e princípios de moral e civilidade., esta comum aos restantes anos); 2.º ano (tabuada de multiplicação, conta de dividir e as provas respetivas às quatro operações; modo de assentar dinheiro; princípios do sistema métrico, compreendendo somente as medidas de comprimento, de peso e capacidade); 3.º ano (as quatro operações sobre decimais; sistema métrico decimal; elementos de geografia e corografia continental e colonial).

Era também recomendada o aumento da carga horária de 2h30 para 3h50, sendo distribuídas da seguinte forma, 1h20m para a 3.ª classe, em dias alternados, 1h15m para a 2.ª classe, também em dias alternados e 1h15m para a 1.ª classe, todos os dias.

Preconizava-se, assim, uma solução para os problemas encontrados, como a desproporcionalidade de alunos, a excessiva quantidade de matéria e o tempo insuficiente para a lecionar. Os dias alternados aliviariam também as interrupções das aulas pelos exercícios gerais organizados de dois em dois dias e pela escala de serviço (Aguilar, 1882)



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

de julho de 1882, que *autorizava o estabelecimento da Escola de Alunos Marinheiros a bordo de três ou mais navios, em Lisboa, Porto e S. Miguel,*) foi dado um importante passo para as escolas de marinheiros com o regulamento citado que, nas suas grandes linhas se manteria até ao final do período em estudo e cujo articulado passará a ser examinado e exposto seguidamente, de acordo com os respetivos conteúdos e não em termos jurídicos.

Este regulamento serviu para expandir as funções da escola já existente em Lisboa, para outros três ou mais navios, que permaneceriam, para além de em Lisboa, também no Porto e (hipoteticamente) em S. Miguel, aumentando o número possível de alunos para 400 e ampliando assim o objetivo das escolas, que era o de educar para o serviço da marinha militar, instruindo convenientemente alunos de menor idade.

Estes navios-escolas tinham de ser portadores de boas capacidades e condições higiénicas e estar devidamente equipados, aparelhados e artilhados, para terem toda a capacidade de cumprir a sua missão. A câmara do comandante serviria para reunir o conselho escolar e a dos oficiais para a realização dos conselhos de exame. Num local apropriado nas cobertas haveria um espaço reservado e com as disposições convenientes para a realização das aulas teóricas, devidamente equipada com livros, mapas e modelos indispensáveis para a instrução pretendida. Estava incluída também na regulamentação a presença de iluminação para a realização de estudo da noite.

O aparelho do navio deveria ser redondo, de dimensões reduzidas e nas condições rigorosas de um modelo para satisfazer as necessidades de ensino, devendo também tentativamente utilizar os sistemas em uso pelos restantes navios, ou aquele que estivesse para ser utilizado num futuro próximo pela maioria da Armada. Cada navio-escola tinha de estar artilhado com quatro peças às amuradas, uma de desembarque e, se possível, uma ou duas montadas em reparo de rodízio, todas com calibre relativamente pequeno, e sem qualquer falta de material sobresselente, e vários modelos e desenhos de todos os sistemas em uso pela Marinha, tanto em termos de peças como de reparos.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Para a instrução sobre o uso e aparelho de embarcações miúdas preconizava-se a existência de uma canoa ou baleeira, que servisse de navio salva-vidas, uma lancha devidamente aparelhada (incluindo mastros, velas, fogão, cantina, bandeiras e até calha de foguetes) e aparelho de lança-torpedos, que forneceriam um leque de variados tipos de exercícios e formações, bem como de dois escaleres com remos e em que pudesse ser instalada uma peça, e ainda outro escaler de menor porte para serviço ordinário. Era também aqui prometido que se iria cumprir posteriormente a aquisição de uma embarcação a vapor para tornar mais suave o serviço das embarcações miúdas.

Quanto à segurança a bordo de cada navio, previa-se que estivessem equipados com extintores de incêndio, bombas de fogo e todo o material necessário ao combate a um sinistro, que também seria utilizado para exercícios de formação.

A admissão de novos alunos realizava-se anualmente, no final do mês de dezembro, tentando preencher todas as vagas disponíveis pela lotação. Poderiam ainda entrar no mês de abril candidatos que servissem para preencher vagas sobrantes, desde que já soubessem ler, escrever e contar. Os distritos correspondentes a cada escola eram Guarda, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja, Faro e Funchal para a escola de Lisboa; Viana, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra e Viseu para a escola do Porto; das ilhas dos Açores para a escola de S. Miguel. Nos meses de setembro e fevereiro o primeiro comandante publicava uma folha oficial a fazer publicidade à escola e enunciando as vantagens em ingressar nela.

Em termos etários, os candidatos às escolas podiam ter entre 13 e 17 anos, apresentar uma certidão de idade emitida pela paróquia, autorização do pai ou tutor, um atestado médico de que tinha sido vacinado e que era saudável o suficiente para a vida no mar. Tinham preferência de admissão das escolas os filhos de praças da Armada ou do Exército, desamparados ou órfãos, filhos de marítimo ou pobres. Posteriormente, haveria um conselho escolar para decidir quais seriam aptos e quais seriam rejeitados, embora tudo tivesse de ser devidamente fundamentado e justificado, pois era também comunicado à Direção Geral de Marinha.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Depois de feita a seleção, os agora alunos eram introduzidos ao respetivo comandante de companhia, que distribuía o material e vestuário necessário, ao médico, para tomar nota do estado físico e, finalmente, ao professor de instrução primária que registava num livro o nível de instrução literária de cada aluno.

Segundo as atribuições e deveres gerais do pessoal, ao primeiro comandante era exigido que empregasse todos os meios à sua disponibilidade para uma profícua instrução aos alunos e aquisição dos hábitos de serviço e disciplina militar indispensáveis a bordo dos navios da marinha de guerra. Deveria também conhecer todos os alunos, a fim de acompanhar o seu progresso e poder dar a sua opinião sobre eles aquando da atribuição de guia para o Corpo de Marinheiros. O comandante também superintendia toda a instrução, devendo visitar as aulas e assistir aos trabalhos escolares, verificando a qualidade do ensino e dos materiais auxiliares. Caso determinasse que fosse necessário algum ajustamento ou mudança, reuniria o conselho escolar e requereria tal mudança à Direção Geral de Marinha. Por fim, era também o presidente de júri de todos os exames finais do curso.

Quanto aos oficiais instrutores, haveria três por navio, sendo responsáveis por toda a instrução e manutenção do material atribuído a cada um. Desde logo, haveria o instrutor da arte profissional de marinheiro e, como tal, responsável pelo aparelho do navio, embarcações miúdas, material de sinais, natação, meteorologia e pilotagem. O instrutor de artilharia responsabilizar-se-ia pelo material de artilharia de posição e de campanha e do material de incêndios. Finalmente, o instrutor de infantaria seria igualmente responsável por todo o armamento de mão. Todos os instrutores eram escolhidos para a sua posição pelo primeiro comandante, em termos de aptidão pessoal, embora o de infantaria devesse ter já comandado no destacamento do Corpo de Marinheiros.

Em cada navio-escola existiria um capelão que, além das tarefas religiosas, era responsável por transmitir alguns conceitos de moral e civilidade aos alunos e, talvez mais importante, reger a aula de instrução primária, conforme o programa que adiante será exposto, mantendo um registo do aproveitamento de cada aluno.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

O mestre do navio tinha também responsabilidades pedagógicas, estando encarregado, sob as indicações do instrutor da arte profissional e com a colaboração de outros oficiais marinheiros e de praças instrutores, de dar instrução profissional aos alunos, pelo que permaneceria no navio durante toda a atividade escolar.

Os oficiais inferiores da guarnição instruíam também os alunos nos deveres militares, realizavam diferentes exercícios sob a inspeção dos oficiais instrutores e coadjuvavam o ensino da instrução primária. Haveria ainda as mestres de costura que, além de ajudarem na manutenção e asseio da roupa dos alunos, também os ensinavam a como melhor manter e fazer os devidos remendos e costuras. De igual modo, cabos artilheiros, cabos marinheiros, cabos fuzileiros e primeiros-marinheiros tinham funções de instrução, sob a direção dos oficiais instrutores.

Quanto aos alunos, os graduados deviam ajudar e vigiar os seus próprios camaradas, ensinando o que soubessem e que eles pudessem aprender e, em geral, os alunos deveriam aplicar-se o mais possível em adquirir os conhecimentos teóricos e práticos ministrados no navio-escola, além de obedecer a todas as ordens, serem rigorosos na manifestação de provas de respeito para com os superiores e executar todos os preceitos e disposições disciplinares.

O serviço escolar, a desenvolver no horário escolar estabelecido pelo conselho escolar, atendendo à importância relativa de cada matéria e ao cumprimento da missão da escola, consistia em ministrar aos alunos, durante um período de dois anos, a instrução conveniente e apropriada para os tornar aptos para o serviço da marinha militar.

Esta formação era dividida em três partes, que eram gradualmente dadas durante os dois anos de curso, abrangendo instrução primária e canto coral, instrução profissional de marinheiro e instrução militar, sendo que esta última era dividida ainda em instrução sobre artilharia naval e de desembarque e instrução sobre o serviço de infantaria e de armas de mão.

O ano letivo começava no primeiro dia útil de janeiro e terminava no último dia útil de outubro, sendo o ensino de cada ramo da instrução feito por graus sucessivos e os



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

alunos distribuídos em classes ou escolas, que eram numeradas com o respetivo grau. Cada uma destas classes ou escolas deveria ter dois monitores para coadjuvar o instrutor e a distribuição devia ser de tal ordem que, enquanto um quarto ou companhia recebia ensino primário, o outro estaria em ensino prático.

Cada uma destas classes era liderada por um aluno-chefe ou monitor que acompanhasse os restantes alunos para entrar e sair das aulas. Os alunos que demonstrassem mais aptidões e adiantamento na matéria poderiam coadjuvar no ensino prático.

Para os exames do primeiro ano constituía-se um júri composto por presidente e vogais que, no exame de instrução primária, seriam o 2.º comandante e o oficial instrutor mais antigo e o capelão, respetivamente. Para os restantes exames o presidente seria o 2.º comandante e vogais o oficial instrutor encarregado da instrução sobre qual versava o exame e o oficial instrutor imediatamente inferior em antiguidade. No exame de instrução profissional da arte de marinheiro o mestre do navio faria perguntas aos alunos e teria um voto consultivo para apreciação do mérito dos mesmos.

Para os exames finais do último ano a diferença residia em que, em vez de ser o 2.º comandante a presidir, seria o 1.º e enquanto no exame de primeiro ano só poderia ser questionada a matéria lecionada nesse mesmo ano, no exame final qualquer matéria dada durante o curso poderia ser objeto de avaliação.

Cada aluno só poderia ir a exame caso tivesse assistido a no mínimo 2/3 das aulas. Durante o exame o júri atribuiria a cada prova a classificação de AA (aprovado) e RR (reprovado), se o aluno conseguisse pelo menos dois AA estava passado, mas se tivesse pelo menos dois RR estava reprovado. Em caso de aprovação, a classificação em valores era dada pela média dos valores atribuídos pelos membros do júri, cuja distribuição seria 1-5 suficiente, 6-9 bom e 10 ótimo. A classificação final de cada aluno era transcrita para um livro dos exames e para o livro de matrícula.

Os exames eram também divididos em componente prática e teórica, podendo a prática ser coletiva, caso o exercício o requeresse, enquanto a teórica seria puramente



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

individual. O aluno podia ser interrogado pelo júri em períodos até meia hora, mas a parte prática poderia alongar-se desde que, por cada hora e meia de exercício, fosse permitido ao aluno meia hora de descanso.

Nas situações em que o aluno reprovasse no exame de primeiro ano, teria de o repetir na sua totalidade e se, no ano seguinte, reprovasse novamente, seria remetido para o Corpo de Marinheiros. Caso o aluno reprovasse no exame de segundo ano, o conselho escolar decidiria se este poderia repetir o segundo ano ou se era também remetido para o mesmo Corpo. Se o aluno voltasse a reprovar na sua nova oportunidade era imediatamente remetido para o Corpo de Marinheiros.

Nas situações em que o aluno era aprovado no exame final do 1.º ano, mas reprovado nalgumas disciplinas, teria de as repetir no 2.º ano, juntamente com as desse ano que fossem compatíveis. Se, porém, reprovasse nalguma disciplina do segundo ano, teria de repetir o ano na sua totalidade, caso fosse autorizado pelo conselho escolar<sup>60</sup>. Aos alunos que fossem aprovados em todos os exames realizados na Escola era atribuída uma carta de curso, que seria assinada pelo primeiro comandante e que faria menção de quaisquer matérias adicionais que um aluno, pela sua dedicação e destreza, tivesse alcançado<sup>61</sup>.

O conselho escolar, constituído pelo 1.º comandante, pelo 2.º comandante, por três oficiais instrutores e pelo capelão, deliberava sobre que livros, desenhos, modelos, instrumentos e outros objetos seriam necessários à formação e habilitação dos seus alunos. Promoviam o aperfeiçoamento do ensino e propunham as mudanças necessárias

---

<sup>60</sup> Aos alunos que ainda não tivessem capacidade física para ser remetidos para o Corpo de Marinheiros era dada a possibilidade de permanecer mais um ano na Escola, frequentando novamente todas as disciplinas de segundo ano, mas sem ter de realizar o exame final, podendo ser empregues como monitores, devido aos seus conhecimentos decerto mais avançados.

<sup>61</sup> No Anexo C, reproduz-se uma carta de curso, passada a bordo da corveta *Duque de Palmela* e datada de 14 de julho de 1899, de um aluno-marinheiro de 18 anos, da Escola de Faro, em que foi exarado, para além de uma “menção honrosa pelo seu exemplar comportamento”, que o mesmo foi “graduado em chefe de grupo”, para além das classificações obtidas.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

para o complementar. Eram também responsáveis pela definição do horário escolar, inclusive da hora de recreio, bem como dos dias de realização de exames e seu conteúdo.

Nas ocasiões em que os alunos demonstrassem a sua aplicação e ou bom comportamento podiam ser gratificados pelo 1.º comandante com as seguintes recompensas: comutações de penas que lhes tivessem sido impostas, louvores em ordem do navio-escola, licenças extraordinárias, passagem à classe superior de comportamento e prémios e distinções que podiam ser livros ou artigos de uso marinheiro. Estes comportamentos eram relatados ao comandante através dos vários instrutores e membros do conselho escolar.

Em contrapartida, alguma falta ou transgressão, que não fosse considerada crime ou delito, servia para classificar os alunos por classes de comportamento, sendo a 1.ª *bom*, a 2.ª *regular* e a 3.ª *mau*. Em termos de penas, estas podiam variar entre: admoestação, repreensão, repreensão na ordem do navio-escola, privação de recreio, carregar maca, serviços de castigo, tais como rancheiro, sinaleiro ou guarda, pelotão de castigo, prisão no alojamento, prisão a ferros no alojamento, prisão isolada, prisão isolada a ferros e prisão isoladas a ferros e a pão e água. Caso um aluno cometesse seis infrações com a classificação de 3.º grau seria considerado incorrigível e remetido para o Corpo de Marinheiros<sup>62</sup>.

No que diz respeito ao material e utensílios necessários para as aulas, determinava-se a obrigatoriedade de existir a panóplia de artigos a seguir elencados:

- ✓ Ardosia com moldura de madeira montada em cavalete, para as demonstrações;
- ✓ Ampulhetas de 30 e 15 minutos;

---

<sup>62</sup> Parece que, relativamente a estabelecimentos estrangeiros congêneres, a disciplina imposta na Escola, seria mais benigna. De facto, num artigo em que apresenta os resultados da sua tese de doutoramento (Lima, 2013), em que comparou os casos, que designa de *escolas a bordo*, da Companhia de Aprendizés Marinheiros de Sergipe (Brasil) e o da nossa Escola de Alunos Marinheiros, a sua autora constata que “na instituição brasileira, observa-se que, para manter a disciplina e a hierarquia entre os aprendizes, o castigo corporal foi utilizado; já na escola portuguesa, não encontramos indícios dessa prática. Nesta instituição, para a manutenção da ordem, predominava a prescrição do incentivo às recompensas, e os castigos se mantinham no nível da repreensão moral e das privações” (Lima, 2017, p. 168).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- ✓ Balanças de braços iguais e desiguais;
- ✓ Compasso de madeira com porta giz;
- ✓ Copo com tampa de metal e respetiva salva;
- ✓ Coleção de modelos de caligrafia;
- ✓ Estojo matemático;
- ✓ Fita e cadeia métrica;
- ✓ Miudezas para escrituração como canetas, lápis, canivetes, etc.;
- ✓ Mostrador de relógio com ponteiros móveis;
- ✓ Rosas-dos-ventos;
- ✓ Réguas e esquadros de diferentes modelos;
- ✓ Contador mecânico;
- ✓ Tabela de valor em reis da moeda dos diferentes países.

Um dos aspetos que impressionava no funcionamento desta Escola era, mesmo no seio da oficialidade da Marinha, a qualidade da instrução ministrada, como se pode ler em Gomes (1879), o qual esclarece no seu artigo que o mesmo foi escrito por um oficial escolhido pelo comando geral da Armada para fazer parte do júri de exames sobre infantaria, noções muito gerais da teoria de tiro e nomenclatura de armamento, sendo examinados treze alunos que tinham terminado o curso a bordo do navio-escola *Duque de Palmela*.

Tratava-se, em bom rigor, de uma espécie de avaliação externa, tendo a experiência sido, segundo um deles, bastante surpreendente para os examinadores, os quais decidiram publicar nos *Anais* o seu depoimento, em homenagem ao comandante e instrutores, que foram louvados pela sua competência formativa, pois os esforços realizados pela escola, principalmente no que tocava à disponibilidade de tempo, provava que a sua boa vontade e dedicação superavam eventuais insuficiências quanto a recursos disponíveis<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Primeiramente, foram realizados exercícios de infantaria, armados de sabre e revólver, em que os examinandos mostraram firmeza e desembaraço, próprios de quem tem a consciência do que sabe. Depois de devidamente interrogados sobre a parte do serviço da guarnição evidenciaram que sabiam até os deveres dos comandantes de guarda. Nas regras de pontaria mostraram-se familiarizados com a espingarda e, embora não houvesse nenhum completo atirador, os tiros realizados foram bastante passáveis. No que tocava à instrução primária, dada pelo capelão, e nas demais disciplinas, terá ficado bem provada a aptidão dos alunos, fruto do método e paciência dos instrutores (Gomes, 1879).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Terminada, assim, a avaliação positiva dos alunos, deixavam ainda os oficiais em causa, entre os quais o autor, as recomendações de uma alteração ao programa de ensino, muitas vezes demasiado ambicioso e inexecutável, bem como a atribuição de mais recursos e benefícios aos alunos-marinheiros para que, instruídos com todos os ensinamentos da escola, pudessem mais rápida e facilmente passar a segundos marinheiros, a fim de servir a Marinha e demonstrarem ser um grupo de homens bem formados e confiáveis (*ibidem*).

Quase duas décadas mais tarde haveria de fazer-se uma reflexão, em jeito de balanço e avaliação, da experiência das escolas de alunos marinheiros (Brion, 1896), que nos fornece uma panorâmica muito impressionante da génese e evolução das mesmas.

Começando por constatar que este tipo de escolas já era comum em quase todas as potências marítimas da altura e que, devido aos avanços ocorridos na tecnologia naval, havia a necessidade de criar ou reorganizar este tipo de ensino onde faltasse. Outro aspeto destas transformações era a vantagem de criar uma divisão do pessoal entre especialidades para que o sistema de ensino naval pudesse adequar-se suficientemente às várias, distintas e cada vez mais complexas tecnologias.

No caso de Portugal, um país que já na altura não dispunha de grandes recursos para efetuar essa modernização, mesmo assim se achava necessária uma reforma que melhorasse os resultados nas nossas escolas, pois verificava-se uma percentagem de apenas 23% de aproveitamento e uma taxa de mau comportamento de 49%. Tendo por base o período entre 1885 e 1889, 24% dos alunos faleceram ou ficaram incapacitados fisicamente, 17% de baixas de serviço, 53% mantinham-se no serviço, sendo que, destes, apenas 10% chegavam a oficiais inferiores.

Num esforço de conhecer outras realidades mais avançadas, para assim encontrar as melhores soluções, foram visitadas e estudadas várias instituições estrangeiras, a fim de se poderem adaptar as suas doutrinas às realidades nacionais. O principal objetivo destas reformas seria garantir a educação de alunos que pudessem futuramente, nas suas carreiras, preencher o quadro das diferentes categorias, pois, com o aproveitamento



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

escolar existente, os custos em formar recrutas que não passariam de marinheiros era considerada um desperdício<sup>64</sup>.

De recordar que, nesse final de século, havia três escolas, localizadas em Lisboa, Porto e Faro, respetivamente, as quais tinham a capacidade para formar 200 alunos, anualmente. Tendo em consideração que a percentagem de aproveitamento deveria, desejavelmente, ser de 70%, garantir-se-ia que todos os anos entrassem para a Marinha 140 homens, o que eventualmente preencheria os quadros, principalmente o dos oficiais inferiores. Contudo, a realidade era que, com apenas 10% de aproveitamento, o número de entradas na Marinha era escassíssimo e nunca se conseguiu combater decisivamente estes resultados pouco favoráveis, relativamente às necessidades (*ibidem*).

Uma questão também levantada pelo autor foi a do pouco tempo de ensino, que não permitia fazer embarques suficientes, que esclarecessem efetivamente o papel a desempenhar em todos os cargos e funções a bordo, que deveria ser familiar para qualquer homem do mar. Também refere que o mau desempenho físico deveria ser combatido com normas de entrada mais exigentes e a introdução da ginástica no programa formativo das escolas.

De particular interesse para se ter uma visão mais objetiva da experiência pedagógica, militar e naval que as escolas de marinheiros tinham introduzido no contexto oitocentista da Armada Portuguesa, contribuído para a avaliação da mesma, de acordo, nomeadamente, com os resultados obtidos pelos alunos-marinheiros no seu aproveitamento escolar, inserimos neste ponto uma síntese das observações de Caminha (1892), as quais abrangem o período que medeia entre o início efetivo da atividade da Escola de Lisboa e o ano em que o autor a apresenta.

---

<sup>64</sup> Outra medida proposta, esta inspirada pelo modelo alemão, era garantir que depois de 12 anos de serviço na Marinha, essas praças tivessem direito a emprego nos correios e telégrafos ou nos caminhos-de-ferro, o que motivaria mais os possíveis recrutas, pela perspetiva futura de emprego mais leve assegurado (Brion, 1896).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Deste modo, em relação a informação estatística para o período 1877-1892, na Escola ora em causa, pôde apurar-se o seguinte: primeiramente, em termos de aproveitamento, constata-se que, dos 850 matriculados, foram formados com o curso completo de marinheiro 534 alunos, o que revela uma taxa de cerca de 63% de sucesso.

Em termos de admissão à escola, neste período de 15 anos, apurou-se que se candidataram 1676 mancebos, o que nos dá uma média de 111 candidatos por ano para 56 admitidos, o que revela as condições de rigor e de exigência que vigoravam, principalmente no que tocava à saúde. Relativamente ao desenvolvimento intelectual e habilitações literárias dos candidatos, como seria de esperar em função das circunstâncias socioculturais e económicas da época e às origens da maioria dos alunos, dos 850 admitidos, 355 eram analfabetos, 261 liam mal e tão-só 234 liam e escreviam corretamente...

Em relação aos métodos de ensino e livros adotados, o mesmo autor, além de mencionar a já aludida divisão entre instrução primária<sup>65</sup>, profissional<sup>66</sup> e militar<sup>67</sup>, sendo cada ramo da instrução dada em graus sucessivos, nota que os alunos estavam divididos em três classes, tendo cada uma delas um ou dois monitores, escolhidos de entre dos alunos mais adiantados do segundo ano, que auxiliavam numa parte elementar da instrução.

---

<sup>65</sup> A instrução primária era dada (Caminha, 1892) segundo um método criado pelo padre capelão e que constava de excertos do método de Castilho e do de João de Deus, incluindo umas pautas para ensino da escrita. Estas aulas eram também auxiliadas por diversos livros, comumente utilizados no ensino fundamental dessa época. Era também utilizada uma tabuada e princípios de sistema métrico decimal.

<sup>66</sup> Na parte de instrução profissional estavam em uso os seguintes livros: *Tratado de Aparelho*, de Fontes Pereira de Mello; *Compêndio de aparelho dos navios*, de Chavantes, para uso dos alunos; *Questionário, do contra-almirante Alemão de Mendonça* e o *Regimento de sinais da armada* (*ibidem*).

<sup>67</sup> No que tange à formação militar-naval, os livros e compêndios em uso na escola e por ordem de disciplina (*ibidem*) eram os seguintes: Instrução de artilharia – *Manual do marinheiro artilheiro, Regulamento para os exercícios de artilharia a bordo, Regulamento para o exercício das bocas-de-fogo Armstrong-Woolwich de 0.12m, exercício das bocas-de-fogo montadas em reparos de estrado ou rodízio* e *Regulamento sobre o serviço de bocas-de-fogo de desembarque*; instrução de infantaria: *ordenança de infantaria, serviço de campanha das tropas de infantaria, exercício de fogo com a carabina Snyder Barnett, instruções para a armada relativas a espingarda 0,008m Kropatschek, manejo e esgrima de sabre naval e sobre baioneta e exercício do revólver Adams*.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Esta prática significava que, embora o ensino fosse normalmente ministrado aos alunos coletivamente, passou a ter, simultaneamente, uma vertente individual, pela intervenção destes monitores junto de cada instruendo que ajudavam, principalmente em nomenclatura, sinais, etc. Em cada dia útil, metade dos alunos receberia instrução primária, enquanto a outra metade recebia instrução militar ou profissional de acordo com o instrutor de serviço. Os exercícios práticos eram desenvolvidos pelos dois anos, mas na segunda parte os do primeiro ano receberiam instrução teórica.

Do ponto de vista dos ciclos escolares anuais, as aulas desenrolavam-se, como já se aludiu, de janeiro a outubro, sendo na sua totalidade (retirando os domingos e feriados) 198 dias de aulas, em que, diariamente, havia 4h30m de aulas, duas horas de manhã e as restantes de tarde. Pode-se daqui inferir-se que a duração da instrução não era muito alargada e que a assiduidade e dedicação dos vários instrutores seria fundamental para a manutenção da reputação da escola, como excelente centro de ensino da marinha. De qualquer modo, para melhor se aproveitar o tempo, em todos os dias com atividade escolar, das 19h às 20h, previa-se o estudo da lição marcada pelo professor para o dia seguinte, o qual era dirigido e vigiado por um sargento, auxiliado pelos monitores (*ibidem*).

O ritmo da vida quotidiana dos alunos-marinheiros era marcado por sucessivas atividades e tarefas ao longo de cada dia, em conformidade com horário de serviço determinado superiormente, variando apenas em função de se tratar de dias de atividade escolar, de sábados ou de domingos e dias santificados – ver Apêndice F.

Este quadro evidencia claramente a disciplina e a exigência que era pedida aos adolescentes e jovens que frequentavam a Escola e a ausência quase completa de tempos de lazer, não havendo dúvida de que se tratava de uma formação militar precoce, que dava aos alunos recém-formados a possibilidade de assentarem praça como segundos-grumetes.

Debrucemo-nos agora sobre a realidade de outra escola congénere – a Escola de Alunos Marinheiros do Porto, embora fossem muitas as semelhanças com o descrito e



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

explicado supra, a propósito da escola de Lisboa, como seria de antever, tendo em conta que estas escolas estavam submetidas ao mesmo enquadramento legal e regulamentar.

No relatório que elaborou sobre a mesma, Almeida (1892)<sup>68</sup> recorda que esta escola foi criada pela carta de lei de 27 de julho de 1882, mas somente em 1884 foi instalada a bordo da corveta *Sagres*, ficando este navio fundeado no rio Douro, à frente do cais do Bicalho, na freguesia de Massarelos, tendo a primeira admissão de alunos ocorrido em maio de 1884.

Segundo o oficial citado, no início eram admitidos 100 alunos anualmente, mas este número passou a 140 em 1886-1887. A escola tinha dois turnos letivos, um começando a meio do outono e terminando a meio da primavera e o outro nos meses restantes. O tempo de serviço escolar era dividido por turmas e turnos, procurando que houvesse o menor número possível de alunos por aula, com o fim de facilitar o ensino<sup>69</sup>.

No 1.º Centenário da Escola de Alunos Marinheiros fazia-se memória, em opúsculo (Grupo N.º 1 de Escolas da Armada, 1976) editado para a comemoração, de que a primeira Escola de Alunos Marinheiros tinha funcionado a bordo da corveta *Duque de Palmela*, que estava fundeada no Tejo e devidamente apetrechada para assumir as suas funções., registando que em 27 de janeiro de 1882 houve a primeira remodelação da escola, que, como referido, passaria a funcionar também no Porto, além da continuação da escola e do seu navio de Lisboa.

A 18 de abril de 1895 foi criada uma nova escola em Faro<sup>70</sup>, a bordo da corveta *Duque de Palmela*, tal como estava previsto na reorganização de 1882, tendo também

---

<sup>68</sup> Trata-se do Capitão-de-fragata (mais tarde Capitão-de-mar-e-guerra) José Bento Ferreira de Almeida, que desempenhou, entre outras funções de relevo, as de comandante das escolas de alunos marinheiros do Porto e de Faro (aliás, foi o fundador desta).

<sup>69</sup> Uma das lacunas por vezes apontadas às escolas era ao nível da formação de tiro, sendo de registar que havia necessidade de recorrer às infraestruturas do Exército, como se pode deduzir de uma informação de 1904, reproduzida no Anexo D, sobre a qual é exarado um despacho a autorizar (considerando que “a despesa é tão pequena e tão necessária a instrução dos alunos na carreira de tiro”...) a utilização da carreira de tiro de Esmoriz pela Escola de Marinheiros do Porto.

<sup>70</sup> A propósito desta nova escola, apresenta-se, no Anexo E, uma informação de serviço de 1904, relativa à *Escola de Alunos Marinheiros de Faro*, dando conta superiormente dos resultados escolares desse ano, em



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

subido a idade mínima de 12 para 14 anos, principalmente pela falta de desenvolvimento físico dos alunos. Em 1898, a corveta *Sagres*, que servia como navio-escola no Porto, foi substituída pela corveta *Estefânia*, devido à falta de condições a bordo da primeira (*ibidem*).

A 29 de novembro de 1901 foi realizada uma nova reestruturação das escolas, em que o principal foco foi a diminuição dos alunos admitidos para 200, do tempo de instrução par um ano, imposição de saber ler e escrever como requisito de admissão e ficando a idade mínima fixada nos 16 anos, devido a inúmeras fatalidades, principalmente por tuberculose, que afetavam os marinheiros saídos das escolas. Em 22 de dezembro de 1909 a corveta *Estefânia* partiu a amarração e perdeu-se por encalhe, pelo que a escola do Norte funcionou provisoriamente no Quartel de Bombeiros do Poro e, posteriormente, em Matosinhos, a 23 de agosto de 1910 (*ibidem*), altura em termina a minha análise deste período histórico, resumindo-se na tabela seguinte, por ordem cronológica, as diferentes e sucessivas localizações das Escolas de Marinheiros.

---

termos do exame final, a partir do qual os alunos com aproveitamento seriam incorporados no Corpo de Marinheiros. O documento demonstra uma taxa de insucesso escolar relativamente elevada (40%), já que foram reprovados 29 (segundo a informação, “na sua maioria analfabetos”) e aprovados 43, dos quais 5 *ótimos*, 14 *bons* e 24 *suficientes*. Na opinião do Comandante da Escola, estes resultados pouco favoráveis deviam-se à curta duração do curso (estava reduzido a penas um ano), a seu ver, um erro que dificultava a instrução literária de que muito alunos ainda necessitavam (e daí, muito provavelmente, a referência ao analfabetismo de quase todos os reprovados), acrescentando que destes que reprovaram “13 obtiveram classificação nas disciplinas propriamente da arte de marinheiro, mas sendo reprovados na instrução literária”.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

**Tabela 3 – Quadro cronológico das localizações das Escolas de Marinheiros (1876-1910)**

Datas da criação e remodelações	Local de funcionamento	Localidade	Nº de alunos	Idade de admissão	Período de instrução
21-2-1876	Corveta <i>Duque de Palmela</i>	Lisboa	100	12-15 anos	36 meses
27-1-1882	Corveta <i>Duque de Palmela</i> Corveta <i>Sagres</i>	Lisboa Porto	400	13-17 anos	24 meses
18-4-1895	Corveta <i>Estefânia</i> Corveta <i>Duque de Palmela</i> Corveta <i>Sagres</i>	Lisboa Faro Porto	400	14-17 anos	24 meses
1898	Corveta <i>Estefânia</i> Corveta <i>Duque de Palmela</i>	Porto Faro	400	14-17 anos	24 meses
29-11-1901	Corveta <i>Estefânia</i> Corveta <i>Duque de Palmela</i>	Porto Faro	200	16-18 anos	12 meses
22-12-1909		Porto	200		12 meses



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	Quartel de Bombeiros Corveta <i>Duque de Palmela</i>	Faro		16-18 anos	
23-8-1910	Escola de Alunos Marinheiros Corveta <i>Duque de Palmela</i>	Matosinhos Faro	200	16-18 anos	12 meses

Fonte: Elaboração própria, com base na publicação *1.º Centenário da Escola de Alunos Marinheiros: 1876-1976* (Grupo N.º 1 de Escolas da Armada, 1976).

### 3.3. Escola e Serviço de Torpedos

A 3 de maio de 1878 é criado<sup>71</sup> um estabelecimento de ensino cuja necessidade era reclamada já havia algum tempo, denominado *Escola e Serviço de Torpedos*, como entidade tutelada pelo Ministério da Guerra e não pelo Ministério da Marinha, embora fosse integrada e dirigida por oficiais da Armada<sup>72</sup>.

Esta arma naval – o torpedo, surgida nas últimas décadas do século XIX, tinha vindo trazer um desequilíbrio significativo entre as marinhas que dela dispusessem e as que a não detinham, alterando as relações de força em combates marítimos e dando vantagem a quem as usasse, mesmo que com menos capacidade naval global em navios, do que as

<sup>71</sup> Pela Lei de 03 de maio de 1878, que autoriza *o governo para organizar a Escola e Serviço dos Torpedos* (cfr. Apêndice D, em que se enuncia esquematicamente o historial normativo desta escola, de que a lei mencionada representa a consagração legal das exigências de aprendizagem decorrentes das novas tecnologias e armas utilizadas pelas marinhas de guerra).

<sup>72</sup> A razão desta situação baseava-se na classificação da natureza desta arma, pois “os torpedos eram considerados uma arma de defesa costeira”, acrescentando o autor citado que “outras especialidades associadas ao advento da energia elétrica, como a telegrafia, teriam de esperar pelo século seguinte para serem dotadas de espaços de formação próprios (Silva, 2009, p. 128-129).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

forças inimigas. Efetivamente, “o torpedo móvel que evoluiu do torpedo fixo, viria a desencadear a possibilidade de pequenas unidades de superfície e submersíveis virem a colocar as grandes unidades à defesa dentro de portos e possibilitar que pequenas unidades, ou com menos tecnologia viessem a ter um papel muito relevante no mar” (Lopes, 2019, p. 30).

Se as razões de ordem geral acabadas de expor, só por si, justificariam a premência de se formarem profissionais, nomeadamente na classe das praças, competentes e hábeis no uso da nova arma, certo é que as origens mais imediatas da necessidade desta escola foram os planos de defesa dos portos de Lisboa e Porto para os quais, durante os anos de 1857-1873, se realizaram vários estudos e planos, num esforço conjunto entre a Marinha e o Exército, tendo sido introduzidos os torpedos<sup>73</sup>, nos anos finais destes planos, no aludido sistema de defesa (Brandão, 1892).

Este novo tipo de defesa já tinha sido comprovado em tempo de guerra, principalmente na guerra civil americana, em que os estados confederados a aplicaram com maior eficácia, tendo destruído mais de vinte navios federais. Tais armas, usadas em termos de defesa portuária, garantiram que as cidades de Charleston e Mobile não pudessem ser capturadas por mar, tal era o efeito dissuasor do receio de perder mais navios devido a estes engenhos explosivos. Também nessa guerra foram colocados os primeiros problemas com este tipo de armas, que necessitariam de uma conexão com os fortes e baterias terrestres existentes, sem a qual o inimigo poderia explorar mais hipóteses de desembarque e de contornar o perigo.

---

<sup>73</sup> Recorde-se que, nesta época, a palavra torpedo poderia abranger o significado de mina aquática (torpedo fixo) e no sentido atual (torpedo móvel – ou automóvel, segundo a expressão da época). Neste caso, de defesa de costa, apenas estavam em causa os torpedos fixos, atendendo a que, à época, “o uso de torpedos automóveis era completamente impossível devido às irregularidades das correntes de água que se cruzam no Tejo” (Neves, 2014, p. 78). De facto, em finais do século XIX, no âmbito do sistema defensivo de Lisboa (*Campo Entrincheirado de Lisboa*), que incluía frente terrestre e frente marítima e abrangia ambas as margens do Tejo, “foram construídas duas linhas de torpedos fixos (Paço d’Arcos)” (Piedade, 2011, p. 53) e que acresciam a quartéis, baterias e redutos, sendo “constituído na sua guarnição por forças da Marinha (serviço de torpedos)” (*loc. cit.*), para além de unidades do Exército.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Foi nesta linha de pensamento que a comissão de defesa se baseou, e daí a colaboração entre os então dois ramos das forças armadas. Nestas decisões de colocação de fortes, baterias, postos de observação e torpedos, se fez perceber a necessidade de uma escola que fornecesse conhecimentos específicos desta nova tecnologia e que permitisse a habilitação de homens que pudessem fazer as recomendações de colocação, disposição, número e funcionamento dos ditos torpedos.

Os primeiros torpedos móveis adquiridos pela marinha foram os torpedos *Harvey*, que passaram a fazer parte do armamento do couraçado “Vasco da Gama”, tendo sido também requerido que se adquirisse o segredo do fabrico dos torpedos *Whitehead*, os primeiros equipados com hélice e, como tal, detentores de movimento autónomo. Estes últimos tinham-se comprovado altamente eficazes durante a guerra russo-turca de 1877-1878, mas ainda antes deste acontecimento a Marinha portuguesa enviara uma comissão, a 13 de outubro de 1876, para estudar no estrangeiro os sistemas de defesa de portos, por meio de torpedos e comparar todo o material conveniente a fim de aplicar estes sistemas em Portugal (*ibidem*).

Dos países europeus que mais experiência tinham com torpedos faziam parte o Reino Unido, por ser onde o torpedo *Whitehead* fora inventado e a França, por esta ter um acordo com os países da Escandinávia sobre troca de informações de experiências de torpedos e, como tal, era a nação mais proficiente no que toca à defesa portuária fazendo uso de torpedos. Foi, portanto, nestes dois países que a comissão se focou e mais tarde se fez a compra dos ditos torpedos. Habilitado assim o Ministério da Guerra com o material preciso e as informações que julgou necessárias, foi decidida a criação da Escola e Serviço de Torpedos, por força do diploma legal mencionado no início.

Pelos motivos expostos, a missão essencial da Escola e Serviço de Torpedos era a defesa de portos e costas, por meio de torpedos fixos ou móveis, a instrução teórica e prática de praças da Companhia de Torpedos a inspeção, guarda e conservação do material distribuído, para além da aquisição, fabrico e reparação de todo o material, sua armazenagem e distribuição.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

A escola dividia-se em duas componentes distintas, mas complementares: uma primeira, relativa ao serviço de torpedos, que tratava da guarda e conservação do material distribuído para a defesa dos diferentes portos do país e dos depósitos desses mesmos materiais e respetivas oficinas e uma segunda, em que nos iremos focar, o ensino na Escola de Torpedos, de acordo com os fins que lhe estavam consignados e o plano geral de ensino, decidindo em conformidade as condições de admissão das praças ao curso escolar e as provas de aproveitamento a que deviam estar sujeitas (*ibidem*).

Para além da formação de base<sup>74</sup>, os oficiais inferiores da companhia de torpedos, ou os que pretendiam ser promovidos a esta classe, frequentariam ainda, adicionalmente, uma instrução complementar composta por: telegrafia elétrica, provas elétricas e serviço dos postos de observação. A escola possuía ainda uma biblioteca apropriada, uma coleção de material de torpedos e instrumentos de físico-química necessários para o ensino.

Haveria também uma aula de instrução primária, a qual seria dada por um oficial inferior, em que, sob a inspeção de um subalterno da companhia de torpedos, se daria o curso da classe de cabos. As praças não graduadas da primeira divisão da companhia realizavam exercícios de natação e de mergulhador sob a direção do respetivo comandante.

Para além do já apontado antes, os adjuntos que formavam o corpo docente eram também responsáveis por dirigir exercícios práticos, resolver problemas relativos à defesa de costa, rios e portos, e ainda apresentar estudos e trabalhos para o melhoramento e possíveis modificações do material de torpedos, alguns deles testados em exercícios gerais no mar, realizados anualmente e presididos pelo diretor da escola (*ibidem*).

Segundo o autor, o ensino nesta escola era considerado bastante eficiente, pois todos os anos eram habilitados homens suficientes para o serviço e o método de ensino era

---

<sup>74</sup> Nesta, as matérias lecionadas eram divididas em seis classes: 1.<sup>a</sup> – noções sobre magnetismo, eletricidade estática e dinâmica, eletromagnetismo e suas aplicações; 2.<sup>a</sup> – telegrafia visual, empregando o alfabeto Morse; 3.<sup>a</sup> – material de torpedos, em geral; 4.<sup>a</sup> – torpedos *Whitehead*; 5.<sup>a</sup> – explosivos e explosões; 6.<sup>a</sup> – explicação e prática do emprego dos torpedos no mar (Brandão, 1892).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

racional, atendendo a que, além de não sobrecarregar os alunos para decorar regras e matérias, se realizam várias experiências para as confirmar<sup>75</sup>. À substância da doutrina era dada uma maior importância do que às palavras por esta utilizada, com a exceção claro do vocabulário técnico.

A escola era localizada nos terrenos adjacentes ao forte de S. Pedro, em Paço de Arcos, sendo composta por diversos edifícios que serviriam de salas de aula, secretarias, locais de habitação do diretor e dos oficiais adjuntos, bem como armazéns, depósito provisório dos torpedos *Whitehead*, oficinas de reparação e conservação e oficina geral. Tinha também tanques de água, infraestrutura de carris, para facilitar o transporte de material, e um plano inclinado com respetiva casa da máquina que permitia abrigar 7,5% de todos os barcos torpedeiros da marinha. Por último, estava prevista a construção de uma doca para rematar e completar este importante estabelecimento (*ibidem*).

Como vimos, a Escola de Torpedos foi fundada em 1878, vindo a sofrer reorganizações a 30 de outubro de 1884 e a de 14 de agosto de 1892, que se traduziram em ajustamentos e reestruturações da situação organizacional e funcional decorrente dos regulamentos de 19 de abril de 1881 e de 30 de outubro de 1886, normativos emanados pelo Ministério da Guerra, pelas razões já aduzidas, pois eram parte de uma iniciativa da no âmbito da defesa de Lisboa e do seu porto e de aquisição e emprego dos torpedos em Portugal (Ministério da Marinha – Direção-Geral da Marinha, 1898).

Com efeito, segundo a publicação citada, mesmo o decreto de 1892 não veio alterar substancialmente a situação e só em traços gerais se referiu à Escola e Serviço de Torpedos, pelo que as disposições mais antigas, de 1884 e 1886, continuavam em vigor. Desta ambiguidade de dependências hierárquicas surgiram várias anomalias, por

---

<sup>75</sup> A importância dada nesta escola à vertente experimental e de investigação pode ser aferida pelo facto de terem sido elaborados e publicados pelos oficiais, como meio complementar para o estudo dos seus alunos vários manuais e desenvolvidas várias tecnologias novas e invenções entre as quais se destacam o torpedo fundeado, o oscilógrafo e a espoleta para torpedos, as quais, assim que foram suficientemente experimentadas, passaram a ser adotadas pela escola e faziam parte do seu material (Brandão, 1892).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

exemplo, terem de se reger por regulamentos do Exército e da Armada, o que provocava problemas, principalmente no que tocava ao serviço interno.

Porém, como a Marinha continuava a adquirir navios que, crescentemente, recorriam à tecnologia de torpedos, dos quais é exemplo a construção de cruzadores com torpedos automóveis, era necessário instruir o pessoal da Armada não só para a defesa dos portos e das linhas de torpedos fixas, mas também na novidade tecnológica dos torpedos automóveis, sendo ainda importante que as praças de serviço na escola e em instrução pertencessem ao Corpo de Marinheiros (*ibidem*).

Na verdade, a missão da Escola e Serviço de Torpedos era ministrar instrução prática sobre torpedos e aparelhos elétricos, para além dos oficiais da Armada e do Exército, às praças daquele Corpo. Além deste papel educativo (em termos de instrutores à escola estavam adstritos cinco primeiros ou segundos tenentes da armada e dois capitães ou primeiros-tenentes de engenharia e artilharia) e técnico (para o qual se dispunha de biblioteca, material de ensino e oficinas para a conservação e reparação do material), tinha também de estabelecer defesas fixas e móveis nos portos e costas, por meio de torpedos, cooperar nas linhas de defesa de torpedos e cuidar da conservação, armazenagem, reparação e distribuição do material a bordo.

Cabe ainda uma referência ao regulamento orgânico do Corpo de Marinheiros da Armada de 30 de junho de 1898, atendendo a que, embora o escopo deste regulamento fosse, sobretudo, o de proceder à inserção das praças da Escola de Torpedos ao Corpo de Marinheiros, apresenta alguma informação pertinente para este ponto, que passo a especificar.

Efetivamente, nesta altura o Corpo já era dividido em divisões e subdividido em brigadas das especialidades profissionais, acrescidas de uma brigada mista, a saber:

- ✓ Dentro da primeira divisão: 1.<sup>a</sup> brigada – pessoal de artilharia e 2.<sup>a</sup> brigada – pessoal de máquina.
- ✓ Dentro da segunda divisão, 3.<sup>a</sup> brigada – pessoal de manobra, 4.<sup>a</sup> brigada – pessoal de torpedos e 5.<sup>a</sup> brigada – brigada mista.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

O alistamento no Corpo era feito segundo os termos da lei do recrutamento e os alunos provenientes das Escolas de Alunos Marinheiros eram nesta época alistados como primeiros grumetes na brigada de manobra. Os comandantes dos navios de guerra poderiam ainda alistar, até à classe de chegadores, nativos das colónias portuguesas, que se voluntariassem, sendo estes, posteriormente e assim que houvesse oportunidade, enviados ao Corpo para serem definitivamente alistados. Estes recrutas nativos receberiam instrução militar comum a bordo, nas mesmas condições das restantes praças provenientes do Corpo de Marinheiros.

De modo especial, as praças que fossem apuradas para realizarem os cursos da Escola de Torpedos ou da Escola Prática de Artilharia Naval iriam ser mandadas matricular nas mesmas e, findo o curso, passariam para a respetiva brigada no Corpo (4.<sup>a</sup> brigada). Quanto às promoções, na brigada de torpedos eram em tudo semelhantes menos no nome dos cursos, por estes se realizarem na Escola de Torpedos.

No âmbito da formação nesta escola e dos manuais que os seus oficiais elaboravam, avulta o *Manual de instrução para uso da escola de torpedos* (Silva, 1880), objeto de uma recensão em artigo publicado nos *Anais* (Sousa, 1881), na qual se sublinha que um dos problemas relacionados com a criação de uma escola para ensinar uma tecnologia desenvolvida no estrangeiro é a dificuldade de obter ensinamentos nacionais para as matérias com origem no exterior, exemplificando com os vários manuais e armas que eram adquiridas pela escola, mas que, depois da teoria estudada, se evidenciavam dificuldades práticas e devido à circunstância de as condições naturais de Portugal necessitarem de uma aplicação particular, adaptada à realidade nacional.

Assim, considera ser o livro referido um excelente exemplo deste esforço de alguns, como o autor recenseado, oficial da Escola de Torpedos, que desenvolveu um manual que além de conter toda a matéria dos livros estrangeiros, dispunha-a num método mais aliciante, em que, em vez de o aluno ter de dominar vários e complexos conceitos de física e química, bastaria saber apenas ler e escrever para perceber como um torpedo funcionava



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

e os seus métodos de emprego, o que era especialmente adequado para a instrução das praças (*ibidem*)<sup>76</sup>.

Para finalizar estes subcapítulos relativos às várias realidades escolares em apreciação, apresentamos uma perspetiva global sobre a mesma, em que Machado (1881), refletindo sobre a realidade da formação naval, refere que, independentemente do material e da tecnologia avançada que uma Marinha possa deter, sem pessoal instruído nesta, toda a vantagem se torna um peso adicional.

Ao tempo em que o autor escrevia já se registava em Portugal uma não negligenciável disparidade em relação ao estrangeiro<sup>77</sup>. Para a Marinha de Guerra dessa época, para além da formação dos oficiais na Escola Naval, existiam a Escola Prática de Artilharia Naval, a Escola de Torpedos, a Escola de Alunos Marinheiros e ainda uma escola regimental no Corpo de Marinheiros onde se ensinava, a qualquer recruta, tiro ao alvo com carabina e revólver. Revela também, numa visão algo crítica, que a Escola de Torpedos, no ano de 1881, ainda estava com dificuldades na instalação e equipagem pelo que ainda não era capaz de formar oficiais e apenas podia habilitar praças da companhia dos torpedeiros em trabalhos preliminares.

---

<sup>76</sup> Na primeira parte do livro são explicados de maneira geral e educativa a eletricidade e o magnetismo necessários ao funcionamento de um torpedo, enquanto na segunda tratava da descrição dos torpedos móveis e fixos e tudo o que diria respeito ao seu manuseamento, assim se revelando um esforço, patente na Escola de Torpedos e em outras instituições, de adaptar tecnologias estrangeiras ao ambiente português, dos quais considerava um bom exemplo a modificação de torpedos para melhor serem utilizados nas características climáticas do Tejo (Sousa, 1881).

<sup>77</sup> O autor citado defende que um dos melhores exemplos dessa época, para se perceber a vantagem em ter uma marinha bem formada e treinada, foi constituído pelas guerras que se travaram entre o Chile e o Peru, em que embora o Peru tivesse sempre a superioridade numérica e em termos de material, a marinha chilena, mais pequena, mas muito mais bem treinada, prontamente venceu todos os conflitos de maneira célere e resoluta.





## Capítulo 4 – Breve nota sobre o recrutamento de praças da Marinha (1851-1910)

A existência de um corpo permanente de praças que assegurasse o serviço da Marinha era uma realidade estranha, entre nós e, em geral, no estrangeiro, ainda nas primeiras décadas do século XIX.

Com efeito, a chamada *marinhagem* que constituía a guarnição dos nossos navios, abrangendo marinheiros e grumetes, se bem que se registassem situações pontuais de “recrutamento de marítimos de profissão, assim como de outros profissionais para tarefas de carácter mais técnico – carpinteiros, tanoeiros, serralheiros, calafates, cozinheiros” (Silva, 2009, p. 89), era recrutada praticamente à força entre os setores mais desfavorecidos da sociedade, como pobres e vagabundos, de tal modo que na própria *Exposição de Motivos* (dirigida pelo Governo do Reino à Rainha D. Maria II) e anexa ao Decreto de criação do Corpo de Marinheiros Militares, em 1851, se fazia referência a esse fenómeno, em termos muito críticos (ver Anexo A).

Esta prática de recrutamentos efetuados contra a vontade dos visados, usando os meios coercivos que a lei, mais ou menos explicitamente, continuava a facultar às autoridades, designadamente às militares, em geral, e especificamente às da Armada, não apenas acarretava uma generalizada impreparação, mas ainda uma propensão à deserção que afetava muito negativamente os nossos navios de guerra.

Assim, procurou-se saber se este problema da deserção, aliás já aflorado noutra ponto deste texto, existiria também noutras marinhas europeias, na época em apreço, tendo apurado que este não era um fenómeno exclusivamente português, pois o mesmo existiria, com enormes repercussões negativas, também no mundo anglo-saxónico:

“Desertion was a constant problem. In 1823, a special commission acknowledged that previous legislation had thus far been ineffective. Penalties grew harsher, in particular retention of wages during the voyage as



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

a means of compelling seamen to stay aboard and to sanction their eventual absenteeism” (Stanziani, 2017, p. 543).

Aliás, um pouco à semelhança do que se passava com a nossa Marinha, em que as deserções eram mais frequentes quando os navios aportavam portos, como o Brasil, porque as possibilidades de os homens obterem trabalhos com melhor remuneração lhes pareciam aliciantes, também na *Royal Navy*, em meados do século XIX,

“the rate of desertion rose sharply, firstly due to a change in the global economic situation: the discoveries of gold mines in Australia and California between 1849 and 1850 encouraged seamen to desert when they approached these areas” (*ibidem*).

O mesmo autor assinala igualmente que, apesar das sanções penais para os desertores terem triplicado por volta de 1850, a taxa de deserção manteve-se nos níveis anteriores. Ou seja, as práticas de engajamentos coercivos, a par da não profissionalização das praças, das más condições de vida a bordo e de remunerações pouco atrativas, em toda a parte eram potenciadoras de abandono da carreira militar-naval, com graves prejuízos para a o bom funcionamento da nossa como de outras marinhas de guerra.

Ora, na base da criação deste novo Corpo de Marinheiros está, indubitavelmente, o problema da falta de homens e da fraca qualidade de muitos dos disponíveis, visto que, no próprio relatório do governo à rainha, se lamentava que, desde 1626, a matrícula de marinheiros já não era regularizada. Era também problemático que muitos dos homens na Marinha provinham de meios quase criminosos e que muitos dos que vinham do interior do país não se adaptavam bem à vida do mar e, portanto, julgava-se necessário arranjar mão-de-obra que estivesse habituada ou que se treinasse para laborar nos mares (*O corpo de marinheiros da Armada no seu primeiro centenário: 1851-1951*, 1956).

Outro argumento aduzido neste tipo de considerações partia da verificação de que as profissões relacionadas com o ambiente marítimo e fluvial estavam isentas do recrutamento para o exército, pelo que deveriam ser estas que alimentariam de recrutas as necessidades da Marinha. Complementarmente, seria também crucial criar um sistema



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

que fosse justo e equitativo no domínio do recrutamento naval e assim se criou o sistema de arrolamento marítimo.

Com efeito, na mesma data (22 de outubro de 1851) em que foi assinado o decreto de criação do Corpo de Marinheiros, foi também emitido outro diploma que, de certo modo, era complementar do primeiro, tendo em atenção que, para além de proceder à reorganização da Autoridade Marítima, “regulava também o recrutamento do pessoal para a Armada, e que ele se fazia através das capitánias, certamente por se tratar de um dispositivo distribuído pelo país, enquanto a Armada se concentrava em Lisboa” (Paulo, 2016, p. 8)<sup>78</sup>.

Para o efeito, Portugal litoral e as suas ilhas adjacentes foram divididas em departamentos marítimos que, por sua vez, se subdividiam em distritos marítimos, sendo chefiados respetivamente por um Intendente da Marinha e por um Capitão de Porto. Em cada um destes distritos realizar-se-ia a matrícula dos indivíduos oriundos dos meios marítimos, em que se incluíam os marinheiros de qualquer classe que servissem nos navios de guerra ou mercantes e todos o que fizessem serviço habitual em barcos costeiros, de passagem e de pesca. Esta informação era depois compilada em livros que constariam de um mapa para ser apresentado ao Ministro da Marinha, assim se podendo, objetivamente, aferir do número e localização dos recursos humanos potencialmente disponíveis (*O corpo de marinheiros da Armada no seu primeiro centenário: 1851-1951*, 1956).

Nesta nova legislação havia a criação de um sistema burocrático em que os homens matriculados receberiam gratuitamente um documento com as suas informações essenciais e, fora dos períodos de recrutamento, estas informações podiam ser alteradas, incluindo mudança de morada e permissão de navegar no estrangeiro. As marinhas

---

<sup>78</sup> O mesmo autor, trata detalhadamente a chamada Reforma da Autoridade Marítima de 1851, que alterou o modelo de Autoridade Marítima que vigorava desde 1839, reorganizando-a territorial e hierarquicamente, conforme já se aludiu acima, nomeadamente, dando competências aos capitães de porto, entre muitas outras, “sobre o recrutamento para o Corpo de Marinheiros” (*ibidem*, p. 17).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

mercantes e de pesca eram também obrigadas a recusar emprego a quem não tivesse estes documentos.

O recrutamento era feito por sorteio de entre o conjunto dos matriculados, estando isentos apenas os que renunciassem à vida no mar em tempo de paz, menores de 14 anos e maiores de 40, patrões de barcos de pesca, casados e viúvos com filhos menores, filhos de viúvos que os sustentassem, irmãos que sustentassem irmãos mais novos, os que já tinham cumprido o seu serviço legal e os que estivessem física ou moralmente incapacitados. Os recrutados poderiam ser substituídos por outro da mesma classe ou em substituição de um pai para um filho. No caso de se registar alguma falta seriam chamados os seguintes na ordem do sorteio. A falha de comparecer ou desertar de todo este processo resultava em penas de prisão, recrutamento obrigatório na próxima eventualidade e revogação da isenção se servir no exército (*ibidem*).

Quanto aos marítimos, depois de matriculados, “ficavam, então, por sorteio, sujeitos ao serviço da Armada por um tempo que podia ir dos 4 aos 6 anos, dependendo de serem voluntários ou não” (Silva, 2009, p. 127), preenchendo as vagas disponíveis, sucessivamente e por esta ordem, os voluntários, depois os recrutados e, finalmente os readmitidos. O mesmo autor anota que, como seria de esperar, em termos de proveniência geográfica, grande parte destes homens eram originários de zonas costeiras, em especial das maiores concentrações urbanas de vocação marítima e piscatória, como Setúbal, Porto e Lisboa, sendo os desta cidade o grupo mais numeroso.

Por outro lado, “embora a figura do alistamento obrigatório continuasse a existir, o recrutamento passava a ser feito de um modo mais planeado, privilegiando o voluntariado e a afinidade profissional, de modo a garantir uma maior motivação e adequação ao serviço” (*ibidem*), o que revela bem a alteração qualitativa verificada.

A constatação de que o modo de recrutamento tradicional era perverso não só em si próprio, pela violência institucional que frequentemente o caracterizava, mas sobretudo pelos resultados a que conduzia, no que toca à deficiente qualidade de quem assim era levado a servir a Marinha.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Tudo isto era sabido e refletido desde há muito, mas só com os governos regeneradores<sup>79</sup> pôde ser infletida a prática pretérita neste domínio, sendo consensual que “a formação do Corpo de Marinheiros implica uma profunda alteração da filosofia de recrutamento, o que era uma intenção oficial da Armada desde 1834” (Telo, 1999, p. 82).

Segundo este historiador, o cronograma então vigente em matéria de recrutamento para a Marinha (e que, no essencial, se manteve em vigor nas décadas seguintes) iniciava-se com a determinação, em sede parlamentar (Cortes do Reino) da dimensão das forças navais previstas para o ano em causa, de seguida o Governo, através do Ministério da Marinha, procedia ao cálculo e fixação do total de recrutas para satisfazer as necessidades, em termos das guarnições dos navios que constituíam aquelas, rateando, em termos quantitativos, o esforço de incorporações a ser garantido por cada distrito marítimo ou porto nacional. Cada uma destas entidades subtraía ao número assim apurado, tanto os elementos que se ofereciam voluntariamente para o serviço da Marinha, como as praças que tivessem optado, no próprio ano, pela renovação da sua comissão, assim se chegando ao contingente de recrutas esperado, para cada circunscrição<sup>80</sup>.

Apesar dessa aparente previsibilidade, na prática, registava-se uma variação substancial de uns anos para os outros, exemplificando o autor com o ano de 1862, que considera como o padrão corrente por essa altura; “o ministro manda chamar às fileiras 72 marinheiros e 232 grumetes, um total de 304, para completar a força naval. Destes, 93 vêm do distrito Norte (30%), 127 do Centro (41 %), 59 do Sul (19%) e 25 dos Açores

---

<sup>79</sup> Tanto a criação do Corpo de Marinheiros como a concomitante reorganização da autoridade marítima se conjugam na alteração profunda do paradigma de recrutamento, podendo considerar-se ser esta “uma decisão que está ligada à maior importância do comércio marítimo com a Regeneração e à necessidade de realizar importantes melhoramentos nas costas e nos portos, para segurança da navegação e acompanhamento das práticas correntes na Europa” (Telo, 1999, p. 83).

<sup>80</sup> Concretamente, “são recrutados os marítimos a quem calhem os números mais baixos nos sorteios efetuados nos distritos, até se alcançar a quantidade previamente determinada. Os apurados podem comprar a dispensa ou apresentar um substituto de entre marítimos matriculados” (*loc.cit.*), sendo paga uma taxa para o efeito, cujo montante era determinado ministerialmente em cada ano.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

(8%)” (*ibidem*, pp. 83-84)<sup>81</sup>, um contingente bem menor, diga-se, do que o determinado no ano anterior, como decorre da Portaria de 20 de dezembro de 1860 (*Diário de Lisboa* n.º 17, de 21 de janeiro de 1861, que distribuiu “pelos districtos marítimos o contingente de marinheiros para a armada em 1860-1861” que, a título ilustrativo dos modos, dos procedimentos e até da linguagem coevas, se transcreve em nota de rodapé<sup>82</sup>.

Um novo enquadramento normativo do recrutamento para o Corpo de Marinheiros foi introduzido pela Lei de 22 de fevereiro de 1876, a qual determinou *que o recrutamento marítimo se faça conjunctamente com o do exercito e conforme a lei que regula este*, ou seja, tratava-se de um novo sistema de recrutamento que juntava num único os recenseamentos do Exército e da Marinha, com recurso ao sorteio em comum de recrutas.

Deste modo, ficava a inscrição marítima para o recrutamento naval equiparada à inscrição geral para o serviço militar do Exército e regida pelas mesmas leis, que incluíam a idade para o qual estava sujeito a serviço e os pedidos anuais às cortes para complemento das forças, agora sem distinção entre ambas, de terra e de mar (Lima, 1876).

---

<sup>81</sup> O autor que temos vindo a referir aponta certas dificuldades de ordem prática no modelo de recrutamento gizado legalmente, sendo uma das mais recorrentes a que, em resumo, se traduzia em declarações de falsa pertença à comunidade marítima, por parte de alguns mancebos, para tentarem evitar o recrutamento pelo Exército, pois, aparentemente, haveria uma certa preferência por servir a Marinha (e também menor probabilidade de ser chamado para esta...) em detrimento daquele ramo, o que originava protestos por parte do Ministério da Guerra, pressionando as autoridades marítimas para combaterem esta prática fraudulenta (*ibidem*).

<sup>82</sup> “Sendo necessário proceder-se sem perda de tempo ao sorteamento da gente marítima do litoral do reino e archipelago dos Açores, que se acha apurada para o recrutamento marítimo, a fim de se elevar o armamento naval ao seu estado completo, em conformidade com a força votada pela carta de lei de 11 do agosto do corrente anno, para o anno economico de 1860-1861: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar, pela secretaria d' estado dos negocios da marinha e ultramar, que o conselheiro chefe do estado maior da marinha dê logo conhecimento d'esta portaria aos chefes dos departamentos marítimos, a fim de que elles procedam immediatamente ao dito sorteio, pela maneira indicada no regulamento approved pelo decreto de 28 de agosto de 1859; na intelligencia de que para se completar a força naval votada, e para poder conferir-se a baixa ás praças que a ella têm direito, são chamados ao serviço 720 marítimos, isto é, 5 por cento dos apurados (...), sendo 101 sorteados na classe dos marinheiros e 619 na classe dos grumetes, os quaes deverão ser distribuídos pelos quatro departamentos da maneira seguinte: ao departamento do norte cabe fornecer 20 marinheiros e 196 grumetes; ao departamento do centro 58 marinheiros e 214 grumetes; ao departamento do sul 17 marinheiros e 151 grumetes; e finalmente ao departamento do archipelago dos Açores 6 marinheiros e 58 grumetes”.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Dentro do universo dos recrutas estariam destinados à Marinha militar quem, de entre os sorteados, escolhesse o serviço naval, bem como quem exercesse ou tivesse exercido uma profissão marítima, que incluía alto mar, costas e rios, e ainda os que já trabalhavam como maquinistas, fogueiros, chegadores e outros serviços na marinha mercante e quem se empregasse nas construções navais. Segundo o autor citado, dependendo da falta ou não de indivíduos, proceder-se-ia a um sorteio para definir quem se destinaria ao serviço na Marinha.

Por outro lado, o tempo de serviço era de seis anos para as praças recrutadas e de cinco para as voluntárias. Em casos de bom comportamento e aptidão, podiam ser readmitidos por não menos de três anos. Se o recruta já tivesse dezassete anos poderia assentar praça no Corpo de Marinheiros, desde que cumprisse os requisitos de altura e robustez. Das províncias ultramarinas africanas poderiam ser recrutados cerca de duzentos engajados (*ibidem*).

No entanto, parece que, pelo menos em determinadas alturas do período temporal investigado nesta dissertação, haveria escassez de pessoal na Armada. De facto, seguindo o exposto por Wega (1885) no seu artigo nos *Anais*, seria patente a necessidade de aumentar o pessoal da Marinha para conseguir fazer aproveitamento de toda a força naval capaz de ser utilizada por Portugal.

No ano em que o artigo foi escrito, faltavam 371 praças ao serviço, principalmente marinheiros-gageiros de 1.<sup>a</sup> classe, grumetes de 2.<sup>a</sup> classe e fogueiros de 2.<sup>a</sup> classe. Esta falta sobrecarregava as tarefas da maioria que se encontrava a bordo dos navios do país, mas também dos de terra, pois as praças colocadas no Corpo de Marinheiros continuavam a ter de fazer serviço no quartel, coadjuvar o ensino dos recrutas e servir de ordenança à secretaria, ao Comando Geral e ao Hospital de Marinha, entre outros. Recomendava-se, assim, o aumento do efetivo em 505 novas praças, que pudessem completar as lacunas nos serviços existentes a bordo, assim como aliviar os de terra, permitindo uma maior presença naval nos territórios ultramarinos que tinham passado a estar rodeados pelas colónias de outras potências europeias.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

No que diz respeito aos voluntários que se alistavam para o serviço da Armada, de mencionar, nesta sequência, um estudo<sup>83</sup>, apresentado em evento científico dedicado à preparação e formação militar, em que o autor (Gonçalves, 1997) trata, precisamente, deste tipo de homens que assentavam praça por decisão própria e que eram fundamentais, até pela motivação adicional que certamente mostrariam.

Assim, no período tratado (de 1880 a 1925), em termos de contingente global, registam-se variações anuais, com “picos” de voluntariado nos anos que se seguiram ao *ultimatum* inglês de 1890 e à indignação patriótica que o mesmo provocou em largos setores da sociedade portuguesa de então, nomeadamente dos mais jovens (significativamente, a média etária dos voluntários, em todo o período, foi de 20,6 anos).

Mais se apurou que eram originários do distrito de Lisboa mais de 2/5 dos voluntários ingressados na Armada e que, do ponto de vista das habilitações literárias, estas eram geralmente baixas ou inexistentes, refletindo a situação educativa do País nessa época, o que significava dificuldades acrescidas em termos da sua formação militar-naval futura e das aprendizagens inerentes. De facto, pouco menos de metade dos voluntários eram analfabetos (ainda assim, em contraste positivo com os valores globais médios de analfabetismo na sociedade, que se elevavam a 3/4 da população *circa* 1890)<sup>84</sup> e, dentro dos que sabiam ler, escrever e contar, só alguns (12% do total em causa) possuíam instrução formal ao nível do ensino primário.

De sublinhar ainda um outro traço característico de uma parte assinalável destes voluntários, ligado à respetiva situação familiar e também fruto das fragilidades sociais,

---

<sup>83</sup> Se bem que o período investigado (1880-1925) no mesmo não seja coincidente com o da presente dissertação, a caracterização efetuada, nas suas linhas gerais, mantém valor informativo e explicativo no caso vertente.

<sup>84</sup> O que parece indicar, segundo o autor, que a situação da Armada, do ponto de vista da alfabetização dos seus voluntários, era até razoavelmente favorável, o que atribui à circunstância de certas especialidades específicas deste ramo implicarem conhecimentos técnicos que não poderiam ser adquiridos por quem não tivesse, pelo menos, a escolaridade elementar, sendo certo que “artilharia, torpedos, fogueiros e, posteriormente, telegrafistas e sinaleiros, exigiam um certo grau de alfabetização e estavam completamente vedadas, por isso, aos iletrados, que se viam assim relegados para outras especialidades menos exigentes” (Gonçalves, 1997, p. 231-232).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

económicas e até culturais dessa época, traduzido na existência significativa (cerca de 1/4) de órfãos, filhos de progenitores incógnitos e, também, expostos ou enjeitados (isto é, recém-nascidos que eram abandonados em instituições caritativas). Também o contraste litoral (para este efeito, consideraram-se as localidades situadas a menos de 20 km do mar) vs. interior pôde ser detetado, registando-se que quase 30% do total de voluntários provinha de zonas costeiras (*ibidem*)<sup>85</sup>.

Outro dado relevante do estudo citado relaciona-se com a coincidência ou não entre a profissão de origem na vida civil e a função ou especialidade exercida na Armada pelos voluntários, procurando o autor indagar do eventual aproveitamento por esta das correspondentes capacidades de natureza profissional, detetando-se que apenas quanto a 1/5 deste universo de indivíduos a Marinha pôde ou soube fruir e beneficiar dessa experiência prévia ao alistamento.

Nos anos finais do regime monárquico, que o são também do período investigado, Oliveira (1907) apresenta nos *Anais* uma análise comparativa dos diferentes modos e tempos de serviço militar obrigatório em vigor pelas potências navais do mundo, tendo em mente o aperfeiçoamento do recrutamento das praças da nossa Armada. Como um primeiro exemplo histórico aponta a Prússia, antecessora da Alemanha que, por motivos de restrições militares impostas por Napoleão, teve de recorrer à diminuição do tempo de serviço para garantir que o máximo número de homens teria formação militar.

A partir deste exemplo, o autor defende que a introdução deste sistema em Portugal seria bastante benéfica, tanto para o moral dos militares como para as finanças públicas. Em termos de dados, a tabela seguinte mostra os vários tempos de serviço militar obrigatório nas forças armadas das principais potências.

---

<sup>85</sup> O que leva Gonçalves (*op. cit.*, p. 233) a afirmar que, se “excetuarmos os distritos de Faro, do Porto e os distritos insulares, chegamos à conclusão que de todos os outros veio gente maioritariamente do interior”, certamente em busca de oportunidades de vida, já na altura, mais difíceis de encontrar no *hinterland* português.



Tabela 4 – Tempos comparativos de serviço militar obrigatório (1907)<sup>86</sup>

	Serviço ativo / anos		Reserva naval / anos
	Exército	Armada	
Itália	3 (4)	4	8
França	2	3,5 - 4	2
Alemanha	2 (3)	3 (2)	4
Áustria	3	4 (1)	5
Rússia	4 (3)	5	5
Japão	3	4	8
Portugal	3 (2)	6	3

Fonte: Elaboração própria, com base em Oliveira (1907, pp. 224-232).

Na Tabela 4 podemos verificar que Portugal era o país em que a diferença entre a Marinha e o Exército era mais evidente, o que gerava situações de revolta nos homens forçados a este serviço. Enquanto argumento em defesa do seu ponto de vista, o autor apresentava o comportamento das praças, em que as percentagens de mau comportamento revelavam que 36,3% dos compelidos tinham mau comportamento, sendo as outras distribuições 13.5% dos alunos das várias escolas, 10.9 % dos voluntários e 6.1% dos recrutados. Era também claro que não era o serviço militar que os afligia, mas a longa duração e as condições a que estariam sujeitos na Marinha, pois eram inúmeros os pedidos

<sup>86</sup> Os números entre parêntesis referem-se às exceções resultantes de variações nos requisitos, diferentes especialidades, etc.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

para a transferência para o Exército. Por exemplo, no ano de 1906, houve 538 recrutados, dos quais 36 conseguiram a transferência para o Exército, havendo muitos mais que não tiveram sucesso e levaram a que mais 48 homens saíssem do serviço da Armada até ao final desse ano.

Em termos da instrução dada às praças, o autor critica a sua natureza aleatória e defende que se necessitaria de mais tempo para os recrutas demonstrarem as suas aptidões. Dava então o exemplo da Alemanha, em que, durante o período de serviço militar obrigatório, não se concediam especializações, mas que, ao fim dos três anos, os melhores poderiam concorrer às várias escolas de especialidades e receberiam um maior ordenado. A grande vantagem deste sistema consistia na garantia de que os serviços mais especializados a bordo fossem realizados por um núcleo de marinheiros competentes e motivados, sendo os restantes trabalhos destinados aos que cumpriam o serviço militar obrigatório.

Uma nota final, neste ponto, para referir que apenas em 1912, segundo Leal (1912), foi concretizada a redução do tempo de serviço militar obrigatório em dois anos, passando para quatro anos.





## Capítulo 5 – Integração de novas tecnologias no ensino e na atividade da Marinha

As alterações tecnológicas, em grande parte decorrentes dos avanços científicos e das invenções e inovações que os mesmos potenciaram tiveram uma repercussão acentuada no que diz respeito às marinhas militares das principais potências marítimas, podendo afirmar-se que a chegada da revolução industrial ao poder naval (Telo, 1999) é a consequência da introdução neste setor militar da utilização do vapor como força motriz, das potencialidades que a construção em ferro veio trazer à arquitetura naval e, algo de específico das marinhas de guerra, do aparecimento de uma diferente geração de armas.

A transição, no que tange à construção de navios, a utilização do ferro é uma consequência lógica e inevitável do que já tinha acontecido, em geral, na indústria e na construção civil dos países mais avançados técnica e economicamente, sob pena de rápida obsolescência dos navios tradicionais. Por exemplo, já em 1820, “a França demonstrara a vulnerabilidade da madeira face ao tiro de artilharia, sendo que apenas o ferro ou o aço poderiam oferecer uma proteção credível” (Silva, 2009, p. 79), se bem que, como reconhece o autor, só quarenta anos mais tarde, com novos aperfeiçoamentos na construção naval, se torne viável construir navios de guerra integralmente em ferro, assistindo-se ao “rápido declínio dos navios de linha e ao início do fim dos tempos gloriosos da marinha de vela” (*loc. cit.*).

No que concerne ao panorama naval português, regista-se (Telo, 1999) que as novas técnicas coincidem, no nosso País, com profundas alterações políticas e de estratégia em termos de poder naval (a que talvez pudéssemos acrescentar a questão territorial, motivada pela independência do Brasil).

Assim, partindo da nova base tecnológica, que constitui um dado incontornável do novo enquadramento, constata que na terceira década de oitocentos as marinhas são compostas ainda, na quase totalidade, por navios de guerra à vela, sendo os navios a vapor



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

a exceção e com funções de rebocador ou de transporte costeiro e fluvial, considerando que, neste aspeto, “Portugal é um caso típico: dos trinta e seis navios da Armada em 1835, só dois são vapores de madeira com rodas laterais, sem armamento” (*ibidem*, p. 90).

O problema, portanto, não está tanto no ponto de partida, relativamente à adoção das novas potencialidades técnicas pela nossa Armada, mas na lentidão com que entre nós se foi evoluindo, em geral, em termos do desenvolvimento do País (industrialização, meios de comunicação e transportes, etc.) e, em particular, no caso dos meios navais.

Segundo o autor citado, até meados do século, a Armada dispunha apenas de dois vapores de pequena dimensão, obtidos no quadro do apoio britânico à causa liberal durante a guerra civil (e cuja manutenção era quase só assegurada por engenheiros ingleses, pois apenas havia um engenheiro português especializado nesta área dos navios movidos a vapor), a que se juntarão outros seis navios de pás, também de fabrico inglês. Só em 1852 serão comprados vapores a hélice, com a mesma origem.

Apesar da lentidão já aludida, estas aquisições “são o passo preliminar da grande vaga de renovação da Marinha depois de 1857. Representam uma espécie de estágio necessário, a escola onde se fazem as experiências e se formam os técnicos. A transição para o vapor demora dezenas de anos em Portugal” (Telo, 1999, pp. 91-92).

Aliás, para Silva (2014b, p. 398), “até ao final do século XIX só podemos falar em planos navais depois de 1851, na vigência do que se usou chamar o regime da Regeneração, dado que a primeira metade do século foi um período de quase permanente agitação política e violência civil e militar”. Ora, os planos a que este último autor faz referência, envolviam precisamente, entre outros pontos, a aquisição ou construção de novos equipamentos navais<sup>87</sup>, como os navios e o armamento.

---

<sup>87</sup> No século XIX (tal como nos seguintes, acrescente-se...) parece ser recorrente, em termos de planeamento naval, a aparente preferência pelas aquisições, sendo certo que “o Estado irá quase sempre optar por compras em vez da construção, umas vezes para fazer face a constrangimentos imediatos, mas constantemente influenciado pela debilidade da economia nacional, o que justificará os longos períodos de serviço que obrigam aos navios da Armada, o envelhecimento e o não acompanhamento da evolução tecnológica” (Lopes, 2019, p. 30).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

No que concerne aos planos ou programas navais iniciados pelos governos regeneradores, correspondentes a um ciclo de relativa estabilidade política para a sociedade, para a economia, mas também para a instituição militar-naval, os mesmos permitem medidas de fomento que trazem para o nosso País um certo progresso técnico e a organização em novos moldes da engenharia naval, com o Corpo de Engenheiros Navais, com a autonomização de carreiras de especialistas na área de máquinas navais, quer entre os oficiais, quer em outras classes, como no âmbito do Corpo de Marinheiros, e de novos ou renovados ofícios – maquinistas, fogueiros, chegadores, etc. (Telo, 1999).

Efetivamente, desde a criação do Corpo de Marinheiros que se verificou a introdução de várias pequenas novidades tecnológicas, principalmente no que toca ao armamento, inovações essas que teriam de ser implementadas e transmitidas para tentar manter alguma paridade com as restantes potências europeias (*O corpo de marinheiros da Armada no seu primeiro centenário: 1851-1951*, 1956), de que podem ser dados alguns exemplos, elencados na publicação referenciada e a seguir apresentados por ordem cronológica:

- ✓ 1851 – Projétil obturador (selava os gases dentro do cano da arma, a fim de impelir com mais força o projétil para a frente);
- ✓ 1860 – Invólucro expansivo e carregamento pela culatra (anteriormente, as armas carregavam-se pela boca da arma, mas desta nova forma tornava-se mais rápido e seguro);
- ✓ 1861 – Percussão central (a espoleta era colocada no centro da borda da munição);
- ✓ 1861-74 – Espingarda de repetição (permitia uma maior cadência de tiro proveniente de um cartucho com várias munições);
- ✓ 1885 – Metralhadora (devido à capacidade de fogo contínuo mudaria a face da guerra moderna);
- ✓ 1886-89 – Pólvora sem fumo (esta inovação permitia que as munições fossem mais leves, potentes e seguras e acabava com alguns dos problemas de visibilidade depois do tiro).

Nos primeiros doze anos da sua existência, o Corpo de Marinheiros usava armamento variado, sem qualquer uniformidade, o que causaria certamente problemas



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

sérios de operacionalidade e de treino. Em 1863, através de duas portarias publicadas na *Ordem da Armada* concretiza-se a escolha política e técnica de um novo equipamento para homogeneizar o tipo de armamento utilizado, constatando-se a confusão e o prejuízo que causava anteriormente a falta dessa uniformização<sup>88</sup>. Todas estas mudanças e incrementos tecnológicos obviamente necessitavam de formação, para que os membros do Corpo de Marinheiros dominassem sempre o uso e manejo do armamento de que dispunham.

No que diz respeito aos navios, ainda segundo Telo (1999), a aquisição ao Reino Unido de navios a vapor, em si mesma positiva para a modernização da Marinha, acabou por agravar a nossa situação de dependência relativamente a esse país, visto que “mesmo os navios feitos no Arsenal de Lisboa tinham máquinas e armamento britânico” (*ibidem*, p. 98), só a partir de 1870 se atenuando essa situação, com a aquisição de equipamento germânico de artilharia (*Krupp*).

Neste período, a área da artilharia, em geral, mas particularmente a artilharia naval, estava em acelerada evolução, sucedendo-se as invenções de armas, dos correspondentes meios de proteção e de novo armamento, ainda mais sofisticado e eficaz. Por exemplo,

“a invenção do estriamento na alma das peças precedeu o couraçamento dos navios, pois quando estes apareceram supôs-se que ficassem invulneráveis aos projéteis de artilharia. Logo, porém, sucessivos aperfeiçoamentos surgiram, como o carregamento pela culatra, a construção das peças por novos processos e a utilização de ligas metálicas mais poderosas” (Cardoso e Caneco, 1997, p. 218).

---

<sup>88</sup> As armas então escolhidas foram a carabina *Enfield* de 3 estrias, raiada e com baioneta (origem inglesa) e o revólver *Adams* (origem inglesa). Entre 1869 e 1871, a carabina *Enfield* foi substituída pela espingarda *Snider*, que foi a primeira arma que utilizava o carregamento pela culatra. A partir de 1876 esta foi por sua vez substituída pela carabina *Martini-Henry*, que detinha um maior alcance e poder de penetração. Posteriormente, em 1886-1894, foram introduzidas as espingardas *Kropatschek*, as primeiras de repetição. Finalmente, esta foi permutada pela carabina *Mannlicher*, em 1896, que tinha um funcionamento mais simples e era muito mais leve, tendo sido esta a arma que durante mais tempo serviu a nossa Marinha.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

A par da introdução pela nossa Marinha de equipamentos e técnicas mais recente colocou-se, em simultâneo, a urgência em formar técnicos portugueses que conseguissem retirar dessas inovações, cuja aquisição ou construção implicava frequentemente investimentos públicos avultados, o máximo de capacidades, em termos da operacionalidade dos navios e das armas e em benefício do poder naval nacional.

Ora, como vimos a propósito dos primeiros vapores, esses técnicos eram escassos ou inexistentes, numa fase inicial, tendo de se recorrer a especialistas estrangeiros. As chamadas novas classes técnicas da Armada<sup>89</sup> vão surgindo a pouco e pouco, só atingindo, enquanto conjunto significativo de técnicos com a devida qualificação, um estatuto profissional e militar próprio com a criação do Corpo de Maquinistas Navais (abrangendo maquinistas e engenheiros), por diploma legal de 6 de setembro de 1854<sup>90</sup>.

Esta necessidade de aumentar e instruir o pessoal de máquinas da nossa Marinha era certamente uma preocupação dos oficiais mais atentos, que sentiam, nos navios em que serviam, as insuficiências e deficiências do pessoal para fazer face à questão da otimização das novas tecnologias a bordo, como seria o caso de Ferreira (1875), o qual defende que o modo mais viável, duradouro e sustentável, em termos de futuro, de as atenuar e até ultrapassar, nomeadamente quanto a ajudantes de maquinistas, seria através da adequada formação.

Porém, não bastava o curso já existente na Escola Naval, que considera predominantemente teórico, situação agravada pela falta de pessoal, o que levava à

---

<sup>89</sup> Um aspeto interessante indicado por Silva (2009) é que muitos destes técnicos, cujo estatuto passou a ser reconhecido, obtiveram a sua primeira experiência profissional como aprendizes ou ajudantes na ferraria do Arsenal da Marinha, a qual lhes teria sido de utilidade nas novas funções a bordo. O autor citado, refere ainda que a formação superior em engenharia de máquinas navais só muito mais tarde viria a ser ministrada na Escola Naval e por muitos anos “não se registará a existência de outras classes técnicas a bordo dos navios da Armada. Só em 1878 a introdução de uma nova forma de energia – a eletricidade – fará surgir mais duas especialidades técnicas: os torpedos e a telegrafia” (*ibidem*, p. 109).

<sup>90</sup> Trata-se do Decreto de 6 de setembro de 1854, que *fixa o pessoal empregado nas máquinas a vapor dos navios da Armada, e Arsenal da Marinha, e os vencimentos d'este pessoal*, prevendo que estes passem a formar um corpo especial na Armada, com a designação apontada no texto.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

atribuição de funções a bordo a quem para tal não estava habilitado, sobretudo em termos de tarefas de execução, registando e lamentando ainda que essa carência generalizada de pessoal especializado, tanto em termos de oficiais como de praças, aumentasse a propensão para a ocorrência de acidentes e a falta de manutenção dos mecanismos dos navios.

Para corrigir esse problema, o autor sugeria no seu artigo nos *Anais*, desde logo, a criação de um navio-escola de maquinistas, nos mesmos moldes que o da Escola Prática de Artilharia Naval, mas devido à quase impossibilidade desta hipótese, outra solução seria lançar o que chama de *escola de máquina metódica* a bordo de todos os navios armados, para poder fornecer o máximo de conhecimentos práticos aos instruídos. Outra solução complementar seria a da realização de viagens de instrução só para maquinistas e fogueiros, semelhantes às realizadas pelos guardas marinhas e praças de marinhagem.

Quase década e meia volvida, aparentemente, a situação exposta continuaria por resolver<sup>91</sup>, mantendo-se a falta de pessoal especializada a nível de técnicos de máquinas de várias especialidades e categorias.

Por isso, cabe aqui aludir à formação profissional de alguns destes técnicos, já na última década do século XIX, seguindo as informações e reflexões que à época foram registadas por Pinho (1891), também nos *Anais*, preconizando a criação de um ensino de cariz profissionalizante e eminentemente prático numa *Escola profissional para maquinistas e laboratório de mecânica*.

Começando por defender que o exigente serviço das máquinas a vapor, motores e máquinas auxiliares requereria a criação de uma escola especializada para a formação de maquinistas, lembra que, com a introdução do primeiro navio a vapor na marinha portuguesa em 1834 se deu o primeiro passo na transformação de uma marinha de

---

<sup>91</sup> A falta de pessoal em algumas classes da armada era recorrente, sendo a dos maquinistas um exemplo desse problema mais geral, como expõe ADRIÃO (1882a) ao fazer referência aos ajudantes maquinistas, que teriam de completar uma certa formação antes de embarcarem e que, mesmo tendo-a adquirido, não podiam fazer o serviço da sua classe, pois primeiro tinham que ganhar experiência com as máquinas de bordo.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

madeira e pano, para uma de ferro e carvão e, como tal, existia a necessidade de Portugal investir na aquisição e desenvolvimento dessas novas tecnologias<sup>92</sup>.

Na argumentação da sua proposta, o autor compara duas marinhas, neste domínio da formação técnica naval. Por um lado, a japonesa, que construiu uma escola e começou a substituir os maquinistas ingleses por nacionais, conseguindo assim um número suficiente de habilitados para guarnecer os seus navios; por outro lado, a marinha otomana, que mantinha contratos sucessivos com maquinistas ingleses, o que aumentava bastante o custo de operação dos seus navios e implicava, em caso de crise, que poderia não ser possível a respetiva substituição, tornando inoperacionais os seus vasos de guerra.

De mencionar que, ao tempo, a única escola de máquinas existente em Portugal estava sediada na Escola Naval, criada em 1869, exigindo dois anos nos ofícios de serralheiro, torneiro e caldeireiro. Todavia, essa instrução era insuficiente e pouco prática, o que causava futuros problemas para a Marinha quando os responsáveis pela máquina não tinham ainda a capacidade de as poder exercer corretamente. Por isso se tornava necessária a criação de uma escola dedicada, com base nas boas práticas do estrangeiro, em que se formassem não só ajudantes de máquina, mas também fogueiros e chegadores, pois todos os responsáveis pelos motores a vapor deveriam ser igualmente capazes de minimamente os perceber, ou seja, *saber*, para melhor *saber fazer*.

Esta hipotética escola profissional para maquinistas poderia receber alunos entre os 13 e 16 anos que, no fim de concluírem o curso de três anos, poderiam passar posteriormente a artífice a bordo, ajudante de maquinista ou mesmo colocado nas oficinas do Arsenal. Seria também importante organizar escolas profissionais em vários locais de Portugal, e mesmo nas possessões ultramarinas, pois deveria aproveitar-se eficientemente

---

<sup>92</sup> A este propósito, recorda que, como já se referiu antes, os primeiros maquinistas da nossa Marinha eram ingleses, que acompanhavam os primeiros navios adquiridos ao Reino Unido e que, à medida que os contratos iam terminando, os 2.<sup>os</sup> e 3.<sup>os</sup> ajudantes portugueses iam assumindo a chefia das máquinas, embora o diretor das oficinas tivesse continuado por algum tempo a ser um inglês (Pinho, 1891).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

a mão-de-obra qualificada com a devida formação, a qual seria também útil para os próprios alunos, mais tarde, na indústria civil (*ibidem*).

Podemos concluir, acerca desta proposta, que além de evidenciar a lacuna então existente, ao nível do ensino prático, na Marinha de Guerra Portuguesa, que a mesma poderia dar origem a uma nova fonte de pessoal habilitado a trabalhar com as várias máquinas e motores dos navios, assim como enquanto futuros operários das oficinas do Arsenal (*ibidem*).

Observando a realidade descrita com o necessário recuo temporal, constata-se, mais de um século depois, que

“a instrução técnica tarda em apresentar novos desenvolvimentos. A introdução da máquina a vapor e da hélice na propulsão naval e a aquisição de navios de propulsão mista, não se traduzem, de imediato, por um investimento em novas infraestruturas de formação. Será necessário esperar por meados do século XX para que tal se verifique neste âmbito” (Silva, 2009, p. 128).

O mesmo historiador salienta, no entanto, que vão sendo introduzidos novos inventos e alguma formação especializada em certas áreas, com grande interesse para os navios, como acontece (1855) com a instrução de Sinais, que se autonomiza da instrução de Manobra, particularmente após a entrada ao serviço do posto semafórico do Arsenal, local de formação e treino prático para o pessoal sinaleiro. Essa tendência será reforçada com a aquisição de novos navios, nos anos 70 do século XIX, o que “obrigou a Armada Nacional a renovar os programas de formação e atualização de técnicos” (*loc. cit.*).

Na mesma linha, se pode verificar que, passando a Marinha, já no final daquele século, a dispor de um conjunto mais alargado de navios (cruzadores e outros), num esforço de aumento do nosso poder naval, muito potenciado pelo ambiente patriótico que



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

se se seguiu ao ultimato inglês<sup>93</sup>, mas em que só um deles é construído no nosso Arsenal (e, ainda assim, sob direção de um engenheiro francês), o que diz muito “das dificuldades técnicas e financeiras com que se debatia a indústria naval portuguesa” (Valentim, 2012, p. 36).

No entanto, há que relevar a circunstância de a força naval portuguesa ter, por essa via, não só ganho alguma capacidade acrescida de ação e dissuasão, mas também passado a contar, nesses novos navios, com o uso de eletricidade (para iluminação e outros fins), de novas armas (como os torpedos) e de novos meios de comunicação (telegrafia sem fios<sup>94</sup>), assistindo-se, assim, à sua modernização com meios tecnológicos complexos e inovadores, o que teve “um impacto extraordinariamente importante, com implicações na alteração, no seio da própria Marinha, dos programas de ensino e da formação de novos técnicos” (*ibidem*).

Ainda neste ponto, de mencionar que, num artigo dedicado a acontecimento já fora do nosso contexto cronológico, mas em que as consequências das decisões ou omissões do período anterior eram bem evidentes, pode ler-se que “nos anos que antecedem a Grande Guerra, as inovações tecnológicas tiveram um impacto profundo numa Marinha constituída por uma pequena esquadra, como a portuguesa, que foi perdendo capacidade oceânica” (Valentim, 2018, p. 334) e, talvez por isso mesmo, se tenha tornado mais interveniente na esfera política interna, com participação em atos insurrecionais nos anos finais da monarquia e no advento da república...

---

<sup>93</sup> O exemplo mais evidente dessa conjuntura foi a compra do navio *Adamastor*, ao serviço da Armada a partir de 1896 e construído por italianos, mas “pago com o dinheiro obtido pela subscrição nacional efetuada após o *Ultimatum*, e [que] constitui o primeiro cruzador a chegar a Portugal” (Valentim, 2010, p. 403).

<sup>94</sup> Esta importante tecnologia de comunicação só viria a ser introduzida entre nós já no final do período em estudo, pois embora tenham sido realizados alguns ensaios de TSF, a título experimental, em 1902, no cruzador *D. Carlos I*, este sistema só a partir de 1909 se generalizará aos navios de guerra portugueses, exigindo não só equipamento, como também pessoal devidamente formado nas respetivas guarnições (Lopes, 2019). Trata-se de um avanço de capacidade de comunicação que ultrapassa os limites da visão direta e que, deste modo, ampliou enormemente a operacionalidade da Armada, “facultando ao comando da esquadra a capacidade de dar ordens a unidades dispersas e fora do seu contacto visual, introduzindo uma nova capacidade de reconhecimento em tempo real para lá da linha do horizonte geográfico e permitindo manobras estratégicas fora das zonas litorais” (*ibidem*, p. 35).



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Essa relação, do ponto de vista social, entre inovação tecnológica (e consequente especialização técnico-profissional) e uma maior intervenção política também é registada em países e marinhas mais avançadas por autores que se têm dedicado ao que denominam de *Historiography of the lower deck* e que esta afirmação, acerca da Royal Navy nas últimas décadas do século XIX, ilustra bem, ao constatar que a mesma “was undergoing significant changes. Industrialization brought advances in technology and fundamental changes in ship design, however it also brought dramatic changes to the navy’s social structure and its relationship with British society (Smith, 1917, p.5).

De salientar, igualmente, que Telo (1999), ao sintetizar o contributo do poder naval português na história do nosso País na contemporaneidade, um dos pontos que destaca reside, exatamente, no papel desempenhado por entidades da Marinha<sup>95</sup>, na segunda metade do século XIX, de modo especial no final do mesmo, em termos de inovação técnico-científica e industrial, considerando que

“foi o poder naval que facilitou a transição da sociedade portuguesa para a tecnologia da idade industrial, sendo em larga medida por sua causa que vieram para o País e se divulgaram técnicas e ciências tão importantes como a máquina a vapor (...), o trabalho dos metais, o uso do aço, a eletricidade nas aplicações industriais, a TSF, a meteorologia” (*ibidem*, p. xv).

Esta afirmação científica e tecnológica da Marinha, sendo sempre uma condição *sine qua non* para a realização das suas missões específicas ao serviço do interesse nacional no Mar, tem um reflexo muito positivo e um efeito multiplicador para a sociedade e para a economia portuguesas, que a História, nomeadamente no período que abordámos, parece evidenciar, no que parece ser uma constante nos últimos dois séculos: “os períodos de crescimento do poder naval trazem consigo a importação de novas

---

<sup>95</sup> O autor afirma ainda que “este contributo é bem ilustrado pelo facto de até ao fim do séc. XIX o Arsenal da Marinha ser a maior e tecnicamente mais desenvolvida unidade industrial existente em Portugal” (*ibidem*, pp. xv-xvi).



## **A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)**

---

técnicas e a renovação de toda a economia nacional; os períodos de queda do poder naval são aqueles em que o País mais se atrasa em relação à evolução geral” (Telo, 1999, p. 9).





### Conclusão

Fazendo neste ponto um balanço dos factos que fomos apurando ao longo deste trabalho e das respostas, sempre algo contingentes e contraditáveis (como é próprio de todo o saber científico) que, da pesquisa realizada, se foram evidenciando, algumas reflexões surgem com a nitidez possível. Nestas reflexões, que embora de cunho pessoal, se alicerçam no trabalho agora terminado, ecoam as questões formuladas no início deste percurso.

Desde logo, a percepção do período histórico estudado ajudou-me a compreender melhor a evolução e as vicissitudes da Marinha a que pertenço, pois, como ensina Hattendorf (2003, p. 24)

“for the uniformed Navy naval history is heritage, but at the same time professionals within the Navy need to analyze critically their profession’s historical experience in ways that inform their thinking and decision making (...). “Understanding maritime history is part of naval professional identity”.

Com efeito, ao longo do decorrer da realização desta dissertação e de toda a pesquisa relacionada com o tema, é fácil apercebermo-nos de um esforço nacional para a manutenção de uma marinha digna do país marítimo que éramos e em parte ainda somos. Parece-me mesmo que, com exceção dos primórdios da criação da primeira marinha verdadeiramente oceânica, nunca houvera até então um tão grande conjunto de esforços para a criação de uma marinha moderna. Desde a perda de grande parte da Marinha que decidira servir o nascente império do Brasil, até à incessante inovação tecnológica que tornava obsoletos navios seculares, em meras décadas.

Foi também nesta época que o pensamento de que a formação e a instrução do pessoal da Marinha, deveria tomar uma dimensão profissionalizante e não apenas uma



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

formação restringida aos oficiais. Com tantas tecnologias a serem adquiridas e incorporadas, havia necessidade de homens competentes que as manejassem.

Passou-se assim de um ensino arcaico de transmissão de conhecimentos individualmente e de modo semelhante ao do artesão, para a criação de escolas, onde instrutores especializados conseguissem não só transferir os seus conhecimentos, mas também criá-los, como é evidente pela grande quantidade de obras e manuais de instrução criados pelos próprios oficiais formadores e que mais tarde viriam a contribuir para o plano de estudos.

Tem também grande importância a criação do Corpo de Marinheiros que, pela primeira vez, garantia uma marinha de permanência, em que passou a existir uma acumulação de mão-de-obra, desejavelmente já instruída, para preencher quaisquer vagas necessárias. E pôde-se, também inovadoramente, criar um corpo de praças, profissional e marcadamente militar, quando outrora era constituído em grande parte pelos elementos mais problemáticos da sociedade.

Dentro dos mesmos moldes foi criada a Escola Prática de Artilharia Naval, que a bordo do seu navio-escola garantia que o artilheiro da Armada se mantinha dentro de todas as mais recentes inovações e a operar os variados tipos de peças que constituíam o armamento da Marinha.

Para criar uma fonte certa de marinheiros, assim como fornecer uma via de ajuda e promoção social, foram criadas as Escolas de Alunos Marinheiros que, durante o seu longo período de funcionamento, garantiram a continuidade de recrutas para os quadros da Marinha, já devidamente dotados do ensino necessário à sua futura profissão, e que muitas vezes retiraram da miséria filhos das famílias menos favorecidas.

Como Portugal se queria manter ao nível de todas as restantes potências, criou-se a Escola e Serviço de Torpedos, que acomodou esta nova tecnologia e mais tarde ainda se encarregou dos sistemas elétricos a bordo, quando foi feita esta modernização. Dentro desta instituição eram criados conhecimentos suficientes para se fazerem modificações



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

tecnológicas que se adaptassem tanto às condições geográficas e climatéricas nacionais, assim como em linha com a doutrina adotada pelo comando.

Toda a formação é decisiva para o sucesso de uma Marinha, sendo certo que “Naval history also shows how critical highly trained forces – from flag officers to seamen – are to success. A naval force can be larger and excellently equipped but still be ineffective because of training deficiencies and unsound doctrine (Vego, 2017, p. 59).

Obviamente que não foi sempre um processo simples e bem encaminhado, muitos becos sem saída e problemas foram encontrados, mas graças à constante supervisão quer dos comandantes, quer dos oficiais instrutores, e mesmo das várias comissões que eram levadas a investigar e resolver todas as questões levantadas, se foi corrigindo, melhorando e aperfeiçoando os regulamentos e os modos de operar destas escolas. Foram também importantes os vários comentários realizados pelos oficiais do Clube Militar Naval nos seus *Anais*, os quais, tanto pela sua experiência pessoal como até mesmo pela participação nas diversas atividades em causa, se apercebiam de erros e deficiências, refletindo, concebendo e propondo possíveis maneiras de os resolver ou minorar.

Podemos então concluir que nestas quase seis décadas estudadas, a Marinha Portuguesa conseguiu transformar a marinha antiquada que era, numa mais moderna e com as estruturas que permitiram que as praças fossem devidamente instruídas e habilitadas.

Em suma, tentei apreender a realidade da formação das praças da Marinha na época estudada, aliás um período de viragem face a tempos anteriores, em que foram lançadas as bases (sempre insuficientes e com meios exíguos...) para que recuperássemos algum atraso, originado pelas razões expostas, face a outras marinhas europeias.

Dito de outro modo, procurei perceber o quadro histórico em que foram dadas aos nossos marinheiros as oportunidades de que os seus homólogos estrangeiros já fruía. No fundo, interessou-me conhecer melhor o marinheiro português e como este se instruída, preparando-se para um melhor desempenho no Mar.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

Um grande escritor português, justamente reconhecido com um dos expoentes contemporâneos, tanto pela origem insular como pela escrita impregnada de referências marítimas, do que podemos designar por atlanticidade portuguesa, num interessante artigo publicado nos *Anais* e intitulado “As profissões do mar” (Nemésio, 1966), aponta o leme, símbolo das atividades ligadas ao mar, como uma das “vocações radicais do povo português” (*ibidem*, 73).

De certo modo, foi essa vocação, esse traço da nossa “endemia marítima” (*ibidem*, 77), esse “*quid* de marinheiro que há em cada um de nós” (*ibidem*), devidamente formado, treinado, equipado e motivado, que se procurou buscar na pesquisa que agora estamos a concluir.



## Fontes e bibliografia

### Fontes de Arquivo

- 1.º Centenário do Corpo de Marinheiros da Armada: 22/10/1851-22/10/1951 (1951), [s.l.; s.n.]. pp. var. [Exemplar fotocopiado do original dactilografado existente na Biblioteca Central de Marinha].
- Arquivo Histórico da Marinha. Cx. 297 e Cx. 298. *Escola de Alunos Marinheiros*. 1877-1910.
- Carta de El-Rei Dom Luis ao Ministro da Marinha e Ultramar, Jaime Constantino de Freitas Moniz, sobre a constituição do Corpo de Marinheiros da Armada* (1872), [Manuscrito], 4 p. [consultámos cópia datilografada na Biblioteca Central de Marinha].
- Corpo de Marinha - Marinheiros da Armada* (1894). Litografia colorida [s.l.; s.n.] Biblioteca Nacional Digital. <http://purl.pt/11763> [acedida em julho de 2019]
- Diploma da Escola de Alunos Marinheiros passado em nome de Francisco de Brito* [Manuscrito], 1899, Biblioteca Central da Marinha.
- ADRIÃO, João Carlos (1882a), “Falta de pessoal em algumas classes da armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 12, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 7-9.
- \_\_\_\_\_ (1882b), “Escola Prática de Artilharia Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 12, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 218-219.
- \_\_\_\_\_ (1883), “A classe dos fogueiros e chegadores da marinha de guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 13, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 67-71.
- AGUILAR, António Justiniano de (1882), “Considerações a respeito das «Considerações sobre a Escola de Alunos Marinheiros» relativas à parte da instrução literária”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 12, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 137-142.
- ALMEIDA, Alexandre Norberto Correia Pinto de (1902), “A tuberculose no Corpo de Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 32, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 5-22.
- ALMEIDA, José Bento Ferreira de (1892) – Relatório acerca da Escola de Alunos Marinheiros do Porto. In *Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano – Memórias*. Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 3, 8 p..
- AMARAL, Francisco Joaquim Ferreira do (1875), “Escola Prática de Artilharia Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 5, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 241-255.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- ANDREIA, António Júlio de Oliveira (1887), “Uniformes das praças da armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 17, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 105-114; 135-144; 191-192.
- \_\_\_\_\_ (1891), “Os corneteiros tambores do Corpo de Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 21, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 423-426.
- \_\_\_\_\_ (1894), “Corpo de Marinheiros. As vantagens de ser artilheiro”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 24, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 11-14.
- AZEVEDO, Policarpo José de (1910), “Escolas de alunos marinheiros ou escolas de marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 41, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 456-462.
- BOTO, João Augusto (1884), “Reforma do Corpo de Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 14, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 89-92; 101-106.
- \_\_\_\_\_ (1890), “Escolas de alunos marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 20, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 91-94.
- \_\_\_\_\_ (1902) “Escolas de alunos marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 32, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 108-115; 202-204.
- BRANDÃO, Zeferino Norberto Gonçalves (1892), “Escola e Serviço de Torpedos”. In *Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano – Memórias*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 3, 14 p..
- BRION, Hipácio Frederico de (1896), “Escolas de alunos marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 26, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 675-684.
- CAMINHA, Caetano Rodrigues (1892), “Breve notícia sobre a Escola de Alunos Marinheiros de Lisboa”. In *Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano – Memórias*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 3, 27 p..
- CARVALHO, João Manuel de (1905), “A Escola Prática de Artilharia Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 36, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 355-358.
- \_\_\_\_\_ (1908), “A Escola Prática de Artilharia Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 39, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 77-80.
- CASTELO BRANCO, João Agnelo Velez Caldeira (1891), “Escola Prática de Artilharia Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 21, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 684-687.
- \_\_\_\_\_ (1892), “Nota sobre o ensino prático de Artilheria Naval”. In *Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano – Memórias*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 3, 28 p..
- “Corpo de marinheiros” (1880), *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 10, n.<sup>os</sup> 5 e 7, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 89-93 e pp. 145-150 [s.n.].
- CORREIA, José Cândido (1887), “Ensino profissional no Arsenal de Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 17, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 16-18; 215-216.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- COSTA, Abel Fontoura da (1902), “Instrução dos artilheiros e torpedeiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 32, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 368-369.
- COSTA, Joaquim (1904), “A ginástica sueca na marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 35, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 526-528.
- \_\_\_\_\_ (1905), “Educação física na armada” *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 36, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 521-524.
- COSTA, Júlio José Marques da (1881), “Escola de Artilharia Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 11, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 165-169.
- COSTA, Vitorino Gomes da (1897). *Guia de instrução profissional do marinheiro* / coord. por Vitorino Gomes da Costa. Lisboa: Imprensa Nacional, 526 p.
- DANTAS, António Eleutério (1872), “Escola de Alunos Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 2, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 177-183.
- DINIZ, Carlos (1876), “Exercícios da moderna artilheria: chronica”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 6, n.º 8, Lisboa, Clube Militar Naval, p. 165.
- EÇA, Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d’ (1885), “As escolas de alunos marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 15, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 215-219.
- \_\_\_\_\_ (1886), “Regulamento para escolas de alunos marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 16, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 117-118.
- \_\_\_\_\_ (1892), “Nota sobre os estabelecimentos de instrução naval em Portugal, principalmente sobre a Escola Naval”. In *Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano – Memórias*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 3, 65 p..
- FERREIRA, João António de Brissac das Neves (1875), “Escola pratica de artilheria naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 5, n.º 12, Lisboa, Clube Militar Naval, p. 292.
- FERREIRA, João Baptista (1909), “Instrução e educação do pessoal inferior da armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 40, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 514-530.
- GOMES, Cristiano Frederico Krusse (1879), “Escola de Alunos Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 9, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 167-169.
- “Instrucção militar do corpo de marinheiros” (1881), *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 11, n.º 12, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 242-244 [s.n.].
- LEAL, Carlos de Sousa (1912), “Recrutamento do pessoal para a marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 43, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 676-680.
- LIMA, Costa (1876), “Lei do recrutamento para o corpo de marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 6, n.º 5, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 118-120.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- MACHADO, Torcato Ezequiel dos Prazeres (1881), “Instrução marítima”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 11, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 103-111.
- \_\_\_\_\_ (1882), “Escola Prática de Artilharia Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 12, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 71-73; 89-92.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de (1883), “O cofre do Corpo de Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 13, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 59-60.
- N.F. (1881), “Instrução militar do corpo de marinheiros” *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 11, n.º 12, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 242-244.
- OLIVEIRA, Joaquim Anselmo da Mata (1907), “O recrutamento das praças da armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 38, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 224-232.
- “Os officiaes inferiores do Corpo de Marinheiros” (1879), *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 9, n.º 4, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 65-68 [s.n.].
- OSÓRIO, Augusto Maria (1903), “Reforma das praças do Corpo de Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 33, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 417-422.
- PINHO, João de (1891), “Escola profissional para machinistas e Laboratorio de mechanica”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 5, n.º 5, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 750-763.
- RIBEIRO, José Silvestre (1878), *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo VII, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- \_\_\_\_\_ (1884), *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo XII, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- \_\_\_\_\_ (1885), *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo XIV, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- \_\_\_\_\_ (1889), *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo XVI, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- \_\_\_\_\_ (1892), *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo XVII, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- SAMPAIO, António de Sousa Pereira de (1878), “Escolas de marinhagem”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 8, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 117-120.
- SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1905), “A organização do Corpo de Marinheiros da Armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 36, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 566-571; 624-631.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- SILVA, José Cesário da (1880) (coord.), *Manual de instrução para uso da Escola de Torpedos*. Lisboa, Typographia das Horas Romanticas, 233 p..
- SILVA, José Francisco da (1892), “As escolas de alunos marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 22, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 190-213.
- SOUSA, Luís António de Morais e (1876), “Escola pratica de artilheria”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 6, n.º 8, Lisboa, Clube Militar Naval, p. 165.
- \_\_\_\_\_ (1881), “Manual de instrução para uso da escola de torpedos”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 11, n.º 7, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 135-138.
- \_\_\_\_\_ (1882), “Considerações sobre a Escola de Alunos Marinheiros”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 12, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 49-68.
- TEIXEIRA, A. Zeferino (1862), *Guia do artilheiro-marinheiro; ou Exercicios praticos de artilheria naval e de desembarque: colligidos por ordem de Sua Excellencia o ministro da marinha*, Lisboa, Imprensa nacional, 200 p..

### Legislação

#### V. Apêndices A, B, C e D.\*

*Carta de lei de 21 de fevereiro de 1876 creando a Escola de Alumnos Marinheiros e regulamento para a mesma escola aprovado por decreto de 13 de dezembro de 1876 (1877)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 68 pp.

Decreto de 6 de setembro de 1854, (Decreto e Regulamento *fixando o pessoal empregado nas machinas a vapor dos navios da Armada, e Arsenal da Marinha, e os vencimentos d'este pessoal*), Diário do Governo, n.º 219, Ministério da Marinha, Livro 1854. <http://legislacaoregia.parlamento.pt> [acedido em junho de 2020]

DIRECÇÃO GERAL DA MARINHA (1898), *Reorganização da Escola e Serviço de Torpedos de 30 de junho de 1898 e regulamento orgânico do Corpo de Marinheiros da Armada de 30 de junho de 1898*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Lei de 22 de fevereiro de 1876 (*determinando que o recrutamento marítimo se faça conjunctamente com o do exercito e conforme a lei que regula este*), Diário do governo

---

\* Como se esclareceu no cap. 1, optou-se por apresentar em quatro apêndices outros tantos quadros-síntese de legislação (no período delimitado e relativa ao *Corpo de Marinheiros*, à *Escola de Artilharia Naval*, à *Escola de Alunos Marinheiros* e à *Escola e Serviço de Torpedos*), devido ao elevado número de diplomas em causa. Por identidade de razões, também aqui se remete para aqueles, assim evitando uma duplicação que sobrecarregaria excessivamente esta parte pós-textual da dissertação. Assim, os itens referenciados neste ponto das *Fontes* apenas dizem respeito a publicações, em formato de livro, de textos legais pertinentes para cada uma das entidades estudadas ou a diplomas normativos sobre outras matérias.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

n.º 51, Ministério da Marinha, Livro 1876. <http://legislacaoregia.parlamento.pt> [acedido em junho de 2020]

MINISTÉRIO DA MARINHA – DIRECÇÃO-GERAL DA MARINHA (1898), *Reorganização da Escola e Serviço de Torpedos de 30 de junho de 1898 e regulamento orgânico do Corpo de Marinheiros da Armada de 30 de junho de 1898*, Lisboa, Imprensa Nacional, 59 p.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR (1877), *Carta de lei de 21 de fevereiro de 1876 criando a Escola de Alunos Marinheiros*. Lisboa, 68 p. <https://hdl.handle.net/2027/njp.2101061545669> [acedido em junho de 2019]

*Regulamento para o Serviço do Corpo de Marinheiros da Armada* (1886), aprovado por decreto de 19 de fevereiro de 1886, segundo a carta de lei de 29 de maio de 1884, Lisboa, Imprensa Nacional, 322 p.

### Bibliografia

AA. VV. (1945). *Os primeiros cem anos da Escola Naval – 23-IV-1845 a 23-IV-1945*, Lisboa, Ministério da Marinha. 487 p..

BLOOM, B. S. (2001). *Bloom's Taxonomy Revised: A Taxonomy for Learning, Teaching, and Assessing Remember Understand Analyze* (1956).

CANAS, António José Duarte Costa (2001), “A Independência do Brasil e a decadência da marinha portuguesa”, In: *X Colóquio "Brasil e Portugal História das Relações Militares": actas*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 283-296.

\_\_\_\_\_, e VALENTIM, Carlos (2007). “Entre a Prática e a Teoria. A Criação de um Ensino Naval para Oficiais da Marinha de Guerra em Portugal (uma Breve Nota)”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXXVII, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 541-551.

\_\_\_\_\_, (coord.) (2018), *Primeiras obras de marinharia e guerra marítima*, in Franco, José Eduardo; Fiolhais, Carlos (dir.), “Obras pioneiras da cultura portuguesa”, Círculo de Leitores, 662 p..

CARDOSO, João Freire & CANECO, M. LEAL (1997), “Escola de Artilharia Naval no seu Bicentenário” in *VIII Colóquio de História Militar – “Preparação e formação militar em Portugal” – Atas*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 209-227.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela M. (1998), *Metodologia de investigação – guia para a auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.

CUNHA, Carlos Miguel Machado Andrade da (2014), *História do Clube Militar Naval desde a fundação até 1974*. Tese de Mestrado em Ciências Militares Navais –



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- Marinha. Alfeite, Escola Naval. 81 p. - <http://hdl.handle.net/10400.26/17341> [acedido em janeiro de 2020].
- ESCOLA NAVAL (2015), *Normas para a elaboração de dissertações, trabalhos de projecto ou relatórios*, Alfeite.
- ESPARTEIRO, António Marques (1975), *Causas do Declínio da Marinha Portuguesa no Século XIX (1793- 1834)*, in separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, n.ºs 10-12, Lisboa: Editorial Minerva, pp. 1-140.
- FONSECA, Henrique Alexandre (1975), O Corpo de Marinheiros, *Revista da Armada*, n.º 44/maio, Lisboa, pp. 4-9.
- FRADA, João José Cúcio (2005), *Novo Guia Prático para pesquisa, elaboração e apresentação de trabalhos científicos e organização de currículos*, Lisboa, Sete Caminhos.
- FREIRE, João Carlos de Oliveira Moreira (2012), "A Marinha e o poder político: antes, durante e depois da experiência republicana", in Oliveira, Luísa Tiago de; Freire, João (org.) *Militares e Sociedade, Marinha e Política: um século de história. Actas de Jornada de Estudos*. Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa <http://hdl.handle.net/10071/3302> [acedido em abril de 2020]
- \_\_\_\_\_ (2016), *Jornal da Marinha: chefias, mudanças, permanências e desempenhos nos últimos 180 anos*, 1.ª ed., Lisboa, Colibri, 425 p..
- \_\_\_\_\_ (2019), *A instrução e o uso de armas brancas na Marinha*, Lisboa, Academia de Marinha, 47 p..
- GONÇALVES, António Manuel (1997), "Os Voluntários na Marinha (1880-1925)" in *VIII Colóquio de História Militar – "Preparação e formação militar em Portugal"* – *Atas*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 229-248.
- GOULÃO, Francisco (2005), "José Silvestre Ribeiro" in *Actas do V Encontro Ibérico de História da Educação*, Martins, Ernesto Candeias (Coord.). Coimbra/Castelo Branco, Ed Alma Azul, pp. 516-518.
- GRUPO N.º 1 DE ESCOLAS DA ARMADA (1976), *1.º Centenário da Escola de Alunos Marinheiros 1876-1976*". Lisboa, Instituto Hidrográfico, 12 f.
- GUERREIRO, Ricardo Daniel Reis (2013), *A História da Escola Naval (1845-1910). Formação dos Oficiais de Marinha numa Época de Transição*, Dissertação de mestrado em Ciências Militares Navais – ramo Marinha. Alfeite, Escola Naval.; AA. VV. (1945). *Os primeiros cem anos da Escola Naval*, Alfeite.
- HATTENDORF, John Brewster (1995), *Doing Navy History: Essays Toward Improvement*, Newport, Naval War College Press, [Scanned and electronically published by American Naval Records Society Bolton Landing, New York: 2012]. 160 p.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- [http://www.ibiblio.org/anrs/docs/V/1202hattendorf\\_doingnavalhistory.pdf](http://www.ibiblio.org/anrs/docs/V/1202hattendorf_doingnavalhistory.pdf)  
[acedido em junho de 2019]
- \_\_\_\_\_ (2003), "The Uses of Maritime History in and for the Navy", *Naval War College Review*, Vol. 56: N.º 2, Article 4, pp. 13-38. <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol56/iss2/4> [acedido em fevereiro de 2020]
- JONKER, Jon (2010), *The Essence of Research Methodology. A Concise Guide for Master and PhD Students in Management Science*, London, Springer.
- LATHUILE, Marie-France (1996), *La formation des marins en France : une histoire de moussettes (1829-1941)*, thèse de doctorat d'histoire sous la direction de J. Ganiage, Paris IV-Sorbonne, 2 vol. 496 et 250 p. <http://www.theses.fr/1996PA040218> [resumo acedido em maio de 2020]
- LEONARDO, António José F., MARTINS, Décio R., & FIOLEAIS, Carlos (2009), "O Instituto de Coimbra e o ensino secundário em Portugal de 1836 a 1910: o caso das ciências físico-químicas". *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Vol. 43, n.º 2. Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. pp. 239-260  
<https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/download/1397/842/>  
[acedido em maio de 2020]
- LIMA, Solyane Silveira (2013), *Recrutá-los jovens: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)*. Tese de Doutorado em História da Educação. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 190 p. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9AZGQJ> [acedido em abril de 2020]
- \_\_\_\_\_ (2017), "Escolas a bordo: instituições de formação de marinheiros no Brasil e em Portugal". *Revista Lusófona de Educação*, vol. 35, n.º 35, pp. 155-170, <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5920> [acedido em abril de 2020]
- LOBO, Victor Sousa (2006), "Investigação e Desenvolvimento na Escola Naval", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXXVI, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 671-698.
- LOPES, Carlos Jorge Alves (2019), *Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra: Uma lição aprendida e esquecida*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea - História Naval. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 305 p.  
<http://hdl.handle.net/10362/69917> [acedido em abril de 2020]
- MATOS, Sérgio Campos e SANTOS, Luís Aguiar (2008), "A marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)", *Revista de História das Ideias*, Vol. 29, Coimbra, Instituto de História das Ideias, Faculdade de Letra da Universidade de Coimbra, pp. 431-468.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

- NEMÉSIO, Vitorino (1966), “As profissões do mar”, *Anais do Clube Militar Naval*, N.º esp., Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 73-77.
- NEVES, Vladimiro Maio (2014), *O submarino Fontes: um projeto esquecido*. Tese de Mestrado em Ciências Militares Navais – Marinha. Alfeite, Escola Naval. 137 p. - <http://hdl.handle.net/10400.26/17355> [acedido em julho de 2020].
- O Corpo de Marinheiros da Armada no Seu 1.º Centenário*, (1956), Comando do Corpo de Marinheiros da Armada, Lisboa, [s.n.], Imp. da União Gráfica, 340 p..
- OLIVEIRA, Carlos Manuel de Barros Martins Beirão de (2016), *Os Sargentos nas Forças Militares Portuguesas: do quotidiano nos quartéis à luta política*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 656 p. <https://run.unl.pt/handle/10362/19091> [acedido em fevereiro de 2020].
- OLIVEIRA, Fernando (1555), *Arte da guerra do mar*. Coimbra: ed. João Alverez <http://purl.pt/22935/4>[acedido em fevereiro de 2020].
- PAULO, Jorge Silva (2016), “Contributos para a história institucional da Autoridade Marítima”, *Revista Eletrónica de Direito*, N.º 3 (outubro) – <https://cije.up.pt/pt/red/> [acedido em março de 2020].
- PIEIDADE, Isabel Maria Silva da (2011), *Abordagem Histórico-cultural do Património Arquitectónico da Barra de Lisboa – Bateria da Parede*. Tese de Mestrado em Estudos Portugueses – Estudos de Cultura. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 110 p. <http://hdl.handle.net/10362/6012> [acedido em julho de 2020].
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4.ª edição, Lisboa, Gradiva.
- SILVA, Fernando Alberto Carvalho David e (2014a), *O fim das naus e a Marinha da transição: um inquérito da Câmara dos Deputados (1853-1856)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 266 p..
- \_\_\_\_\_ (2014b), “A Marinha e a ‘Paz Armada’ – Planos Navais 1897-1916”, *Anais do Clube Militar Naval*, tomo 144, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 395-447.
- \_\_\_\_\_ (2020), *Liga Naval Portuguesa - do ‘Ressurgimento marítimo’ ao ‘Ressurgimento nacional’, entre quatro Regimes (1900-1939)*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 324 p. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/43799/1/ulfl td.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/43799/1/ulfl_td.pdf) [acedido em junho de 2020]
- SILVA, Jorge Manuel Moreira (2009), *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o Regresso de D. João VI a Portugal e o Início da Regeneração (1821-1851)*, Tese de Mestrado em História Marítima, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa,



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

---

- [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1703/1/21632\\_ulfl071884\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1703/1/21632_ulfl071884_tm.pdf)  
[acedido em março de 2020].
- SILVA, José Miguel Pimenta (2012), *Portugal no IV Centenário do Descobrimento da América (1892-1893)* [policopiado], Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 213 p.  
[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9967/1/ulfl139253\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9967/1/ulfl139253_tm.pdf) [acedido em maio de 2020]
- SMITH, Simon Mark (2017), *'We Sail the Ocean Blue': British sailors, imperialism, identity, pride and patriotism c. 1890 to 1939*, PhD dissertation, University of Portsmouth,  
[https://researchportal.port.ac.uk/portal/files/11082408/We\\_Sail\\_the\\_Ocean\\_Blue\\_2018\\_Final.pdf](https://researchportal.port.ac.uk/portal/files/11082408/We_Sail_the_Ocean_Blue_2018_Final.pdf) [acedido em abril de 2020]
- STANZIANI, Alessandro (2017), "Seamen, national welfare and global deregulation, 1850–1914", *Labor History*, 58(4), pp. 540-551.  
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0023656X.2017.1332569>  
[acedido em novembro de 2019]
- TELO, António José (1999), *História da Marinha Portuguesa, Homens e Doutrinas e Organização (1824- 1974)*. Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 653 p.
- TILL, Geoffrey (2019), "The Hattendorf Prize Lecture, 2018", *Naval War College Review*, Vol. 72, N.º 4 , Article 3, pp. 11-26, <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol72/iss4/3> [acedido em dezembro de 2019]
- VALENTIM, Carlos Manuel Baptista (2018), "Uma Metáfora de Portugal na Grande Guerra: o combate do Augusto de Castilho, corrigido" in *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. 148, Lisboa, Clube Militar Naval, pp. 327-377.
- \_\_\_\_\_ (2010), "A Marinha na Primeira República – de guarda pretoriana a força de inovação tecnológica", in *XIXI Coloquio de História Militar – "100 anos do regime republicano: políticas, rupturas e continuidades – Atas*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar. pp. 397-414.
- \_\_\_\_\_ (2012), "A Marinha no 5 de Outubro de 1910: uma breve análise", in Oliveira, Luísa Tiago de; Freire, João (org.) *Militares e Sociedade, Marinha e Política: um século de história. Actas de Jornada de Estudos*. Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa <http://hdl.handle.net/10071/2738> [acedido em abril de 2020]
- VEGO, Milan (2017), "Learn and Use History's Lessons". *U.S. Naval Institute Proceedings*, 143, n. 2 (February), p. 58-63.  
<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2017/february> [acedido em novembro de 2019]



## APÊNDICES

### Apêndice A – Legislação sobre o Corpo de Marinheiros

TIPO E DATA DO DIPLOMA	MATÉRIA	PUBLICAÇÃO	ENTIDADE EMITENTE	RELEVÂNCIA
<b><u>DECRETO DE 22 DE OUTUBRO DE 1851</u></b>	<i>Cria o Corpo de Marinheiros Militares</i>	Diário do Governo n.º 252	Ministério da Marinha (Livro 1851)	<u>Alta</u>
PORTARIA DE 11 DE MARÇO DE 1853	<i>Providencia provisoriamente sobre a escrituração do Corpo de Marinheiros Militares</i>	Diário do Governo n.º 105	Ministério da Marinha (Livro 1853)	Baixa
<b><u>LEI DE 08 DE AGOSTO DE 1854</u></b>	<i>Autoriza o Governo para reformar a organização do Corpo de Marinheiros Militares</i>	Diário do Governo n.º 193	Ministério da Marinha (Livro 1854)	<u>Alta</u>
ORDEM DA ARMADA DE 02 DE MARÇO DE 1855	<i>Designa um uniforme aos criados, e outros indivíduos adidos ao Corpo dos Marinheiros Militares</i>	Diário do Governo n.º 117 (Sup.)	Majoria General / Quartel General da Marinha (Livro 1855)	Baixa
<b><u>DECRETO DE 06 DE MARÇO DE 1855</u></b>	<i>Reorganiza o Corpo de Marinheiros Militares</i>	Diário do Governo n.º 69	Ministério da Marinha (Livro 1855)	<u>Alta</u>
PORTARIA DE 31 DE JANEIRO DE 1856	<i>Regula os abonos das praças que no Corpo de Marinheiros Militares se declaram desertores dos corpos do Exército ou vice-versa</i>	Diário do Governo n.º 48	Ministério da Marinha (Livro 1856)	Baixa



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

PORTARIA DE 22 DE JULHO DE 1857	<i>Faz alterações nos uniformes das praças de pret e oficiais inferiores do Corpo dos Marinheiros Militares</i>	Ordem da Armada n.º 328 (Sup.)	Ministério da Marinha (Livro 1857)	Baixa
PORTARIA DE 28 DE JULHO DE 1857	<i>Comete ao Comandante do Corpo de Marinheiros Militares a nomeação dos Vogais para os Conselhos de Guerra dos desertores do mesmo corpo, á exceção do Presidente e Promotor, devendo as nomeações ser por três meses e com soldo de efetividade da Marinha</i>	Inédita (Sup.)	Ministério da Marinha (Livro 1857)	Baixa
PORTARIA DE 27 DE AGOSTO DE 1857	<i>Dispõe que sejam escusos do serviço os pajens menores de quatorze anos que se ausentarem sem licença do quartel do Corpo dos Marinheiros, ou faltarem ao serviço por sete dias consecutivos</i>	Ordem da Armada n.º 330 (Sup.)	Ministério da Marinha (Livro 1857)	Baixa
PORTARIA DE 12 DE NOVEMBRO DE 1857	<i>Proíbe que sejam alistados no corpo dos Marinheiros Militares quaisquer menores que não apresentassem licença dos pais ou tutores.</i>	Inédita (Sup.)	Ministério da Marinha (Livro 1857)	Baixa
PORTARIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1857	<i>Determina que na aula de instrução primaria dos marinheiros militares se ensinasse o sistema métrico decimal de pesos e medidas</i>	Inédita (Sup.)	Ministério da Marinha (Livro 1857)	<b>Média</b>
PORTARIA DE 04 DE JUNHO DE 1861	<i>Estabelece as condições com que devem ser admitidos quaisquer indivíduos a assentar praça de voluntários no</i>	Diário de Lisboa n.º 157, de 17 de julho	Ministério da Marinha (Livro 1861)	Baixa



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	<i>Corpo de Marinheiros da Armada Real</i>			
PORTARIA DE 24 DE AGOSTO DE 1861	<i>Permite que se engajem de novo com certas vantagens algumas praças do corpo de marinheiros da armada, que já haviam acabado o seu tempo de serviço</i>	Diário de Lisboa n.º 21, de 24 de setembro	Ministério da Marinha (Livro 1861)	Baixa
<b><u>PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1863</u></b>	<b><i>Cria a bordo da nau “Vasco da Gama” uma escola das praças do Corpo de Marinheiros, as quais vão ali por destacamentos aprender o exercício e manejo, principalmente de artilharia</i></b>	Diário de Lisboa n.º 167, de 30 de julho	Ministério da Marinha (Livro 1863)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>DECRETO DE 17 DE DEZEMBRO DE 1868</u></b>	<b><i>Reorganiza o Corpo de Marinheiros da Armada</i></b>	Diário de Lisboa n.º 289	Ministério da Marinha (Livro 1868)	<b><u>Alta</u></b>
DECRETO DE 17 DE DEZEMBRO DE 1868	<i>Cria junto dos Marinheiros da Armada uma divisão de veteranos da marinha, e extinguindo o corpo de veteranos da marinha</i>	Diário de Lisboa n.º 292	Ministério da Marinha (Livro 1868)	Baixa
<b><u>DECRETO DE 28 DE JULHO DE 1870</u></b>	<b><i>Passa o Corpo de Marinheiros para bordo de um navio do Estado, incorporando a Escola Prática de Artilharia naquele corpo</i></b>	Diário do Governo n.º 168	Ministério da Marinha (Livro 1870)	<b>Média</b>
<b><u>LEI DE 18 DE MARÇO DE 1875</u></b>	<b><i>Aprova a organização do Corpo de Marinheiros da Armada</i></b>	Diário do Governo n.º 97	Ministério da Marinha (Livro 1875)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>LEI DE 29 DE MAIO DE 1884</u></b>	<b><i>Aprova o plano de organização do Corpo de Marinheiros</i></b>	Diário do Governo n.º 124, de 2 de junho	Ministério da Marinha (Livro 1884)	<b><u>Alta</u></b>



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

<b>PORTARIA DE 07 DE JULHO DE 1884</b>	<i>Aprova a tabela do uniforme das praças do Corpo de Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 177, de 7 de agosto	Ministério da Marinha (Livro 1884)	<b>Média</b>
<b><u>DECRETO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1886</u></b>	<i>Aprova o “Regulamento para o serviço do Corpo de Marinheiros da Armada”</i>	Diário do Governo n.º 8, de 12 de janeiro de 1887	Ministério da Marinha (Livro 1886)	<b><u>Alta</u></b>
PORTARIA DE 20 DE SETEMBRO DE 1888	<i>Providencia sobre a instrução das praças não graduadas do Corpo de Marinheiros de modo a facultar-lhes as habilitações que a lei orgânica exige para a promoção á classe de cabos</i>	Diário do Governo n.º 255, de 7 de novembro	Ministério da Marinha (Livro 1888)	Baixa
<b>DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1890</b>	<i>Aprova o plano de organização do Corpo de Marinheiros da Armada</i>	Diário do Governo n.º 71, de 29 de março	Ministério da Marinha (Livro 1890)	<b>Média</b>
DECRETO DE 25 DE OUTUBRO DE 1893	<i>Aprova o “Regulamento da companhia dos serviços do Corpo de Marinheiros”</i>	Diário do Governo n.º 245, de 28 de outubro	Ministério da Marinha (Livro 1893)	Baixa
<b>DECRETO DE 27 DE SETEMBRO DE 1894</b>	<i>Aprova a criação do curso da classe de sargentos das companhias de manobra do Corpo de Marinheiros da Armada</i>	Diário do Governo n.º 220, de 28 de setembro	Ministério da Marinha (Livro 1894)	<b>Média</b>
DECRETO DE 27 DE SETEMBRO DE 1894	<i>Substitui por outras as condições de admissão e promoção prescritas no capítulo 2.º do plano da organização do Corpo de Marinheiros da Armada</i>	Diário do Governo n.º 220, de 28 de setembro	Ministério da Marinha (Livro 1894)	Baixa
<b><u>DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1895</u></b>	<i>Reorganiza o Corpo de Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 98, de 13 de maio	Presidência do Conselho de	<b><u>Alta</u></b>



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

		Nota: Erratas no Diário do Governo n.º 99	Ministros (Livro 1895)	
PORTARIA DE 01 DE ABRIL DE 1896	<i>Nomeia uma comissão para coligir num único diploma toda a legislação atual, relativa ao Corpo de Marinheiros, introduzindo as alterações aconselhadas pela prática e conveniência do serviço</i>	Diário do Governo n.º 76, de 7 de abril	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1896)	Baixa
<b>DECRETO DE 30 DE JUNHO DE 1898</b>	<b><i>Aprova o “Regulamento Orgânico do Corpo de Marinheiros da Armada”</i></b>	Diário do Governo n.º 154, de 16 de julho	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1898)	<b>Média</b>
<b>DECRETO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1901</b>	<b><i>Cria na brigada de manobra do Corpo de Marinheiros uma secção de timoneiros sinaleiros para serviço de telegrafia por sinais a bordo dos navios de guerra</i></b>	Diário do Governo n.º 276, de 6 de dezembro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1901)	<b>Média</b>
<b>DECRETO DE 03 DE DEZEMBRO DE 1903</b>	<b><i>Aprova o plano dos uniformes das praças do Corpo de Marinheiros da Armada</i></b>	Diário do Governo n.º 284, de 17 de dezembro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1903)	<b>Média</b>
PORTARIA DE 01 DE JUNHO DE 1909	<i>Determina que o transporte “Pero de Alenquer” passe a ser considerado navio-escola anexo ao Corpo do Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 122, de 3 de junho	Ministério da Marinha (Livro 1909)	<b>Média</b>
PORTARIA DE 1 DE JUNHO DE 1909	<i>Determina que o transporte “Pero de Alenquer” passe a ser considerado navio-escola anexo ao Corpo do Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 122, de 3 de junho Nota: Erratas no Diário do Governo n.º 225	Ministério da Marinha (Livro 1909)	Baixo



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

<b>DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1910</b>	<i>Manda que sejam exigidas determinadas provas para a promoção a segundos e primeiros artilheiros da armada, e que se preste a maior atenção ao ensino da instrução primaria ás praças do Corpo de Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 87, de 22 de abril	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1910)	<b>Média</b>
<b>DECRETO DE 25 DE JUNHO DE 1910</b>	<i>Aprova o plano de uniformes dos músicos do Corpo de Marinheiros da Armada</i>	Diário do Governo n.º 148, de 9 de junho	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1910)	<b>Baixa</b>

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa efetuada no repositório “Legislação Régia” – <http://legislacaoregia.parlamento.pt> [acedido em março/maio de 2020]



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Apêndice B – Legislação sobre artilharia naval e Escola Prática de Artilharia Naval

TIPO E DATA DO DIPLOMA	MATÉRIA	PUBLICAÇÃO	ENTIDADE EMITENTE	RELEVÂNCIA
ORDEM DA ARMADA N.º 69, DE 28 DE MAIO DE 1862	<i>Providências para acautelar desastres no uso da artilharia, e recomendando que se adestrem os marinheiros no exercício dela</i>	Diário de Lisboa n.º 133, de 14 de junho	Ministério da Marinha (Livro 1862)	<b>Média</b>
<b><u>PORTARIA DE 30 DE AGOSTO DE 1862</u></b>	<i>Adota o “Guia do Artilheiro Marinheiro ou. exercícios práticos de artilharia naval e de desembarque para a instrução pratica dos navios de guerra”</i>	Diário de Lisboa n.º 209, de 16 de setembro	Ministério da Marinha (Livro 1862)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1863</u></b>	<i>Cria a bordo da nau “Vasco da Gama” uma escola das praças do Corpo de Marinheiros, as quais vão ali por destacamentos aprender o exercício e manejo, principalmente de artilharia</i>	Diário de Lisboa n.º 167, de 30 de julho	Ministério da Marinha (Livro 1863)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>PORTARIA DE 21 DE OUTUBRO DE 1864</u></b>	<i>Aprova o “Regulamento da Escola Prática de Artilharia Naval”</i>	Diário de Lisboa n.º 239, de 22 de outubro	Ministério da Marinha (Livro 1864)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>PORTARIA DE 10 DE JULHO DE 1866</u></b>	<i>Aprova para servir no ensino do manejo da artilharia naval, o “Manual do</i>	Diário de Lisboa n.º 192, de 27 de julho / Ordem da Armada n.º 54, de 1 de agosto	Ministério da Marinha (Livro 1866)	<b><u>Alta</u></b>



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	<i>Marinheiro Artilheiro</i> **			
<b><u>DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1868</u></b>	<i>Organiza a Escola Prática de Artilharia Naval</i>	Diário do Governo, n.º 2, de 4 de janeiro de 1869	Ministério da Marinha (Livro 1868)	<b><u>Alta</u></b>
<b>DECRETO DE 28 DE JULHO DE 1870</b>	<i>Passa o Corpo de Marinheiros para bordo de um navio do Estado, incorporando a Escola Prática de Artilharia naquele Corpo</i>	Diário do Governo n.º 168, de 30 de julho	Ministério da Marinha (Livro 1870)	<b>Média</b>
<b><u>DECRETO DE 31 DE AGOSTO DE 1871</u></b>	<i>Aprova o Regulamento da Escola Prática de Artilharia Naval</i>	Diário do Governo, n.º 201, de 7 de setembro	Ministério da Marinha (Livro 1871)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1875</u></b>	<i>Regulamento da Escola Prática de Artilharia Naval</i>	Diário do Governo, n.º 201, de 6 de setembro	Ministério da Marinha (Livro 1875)	<b><u>Alta</u></b>
<b>LEI DE 14 DE JUNHO DE 1888</b>	<i>Autoriza o governo a reorganizar a Escola Prática de Artilharia Naval</i>	Diário do Governo, n.º 137, de 19 de junho  Nota: Erratas no Diário do Governo n.º 138	Ministério da Marinha (Livro 1888)	<b>Média</b>
<b><u>DECRETO DE 14 DE JUNHO DE 1889</u></b>	<i>Aprova a organização da Escola Prática de Artilharia Naval</i>	Diário do Governo, n.º 41, de 20 de fevereiro	Ministério da Marinha (Livro 1889)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 1901</u></b>	<b><u>Reforma a Escola Prática de Artilharia Naval</u></b>	Diário do Governo, n.º 246, de 31 de outubro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1901)	<b><u>Alta</u></b>
<b>DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1908</b>	<i>Permite a matrícula no curso complementar da Escola Prática de</i>	Diário do Governo, n.º 99, de 4 de maio	Ministério da Marinha e Ultramar	<b>Baixa</b>

\* Trata-se da seguinte obra, registada nas *Fontes*: TEIXEIRA, Augusto Zeferino (1862), *Guia do Artilheiro-Marinheiro ou exercicios praticos de artilheria naval e de desembarque colligidos por ordem de Sua Excellencia o Ministro da Marinha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 200 p.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	<i>Artilharia Naval aos primeiros artilheiros aprovados no curso transitório e aos habilitados para este posto independentemente do número de valores obtidos para a promoção ao referido posto</i>		(Livro 1908)	
--	---	--	--------------	--

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa efetuada no repositório “Legislação Régia” – <http://legislacaoregia.parlamento.pt> [acedido em março/maio de 2020]





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Apêndice C – Legislação sobre a Escola de Alunos Marinheiros

TIPO E DATA DO DIPLOMA	MATÉRIA	PUBLICAÇÃO	ENTIDADE EMITENTE	RELEVÂNCIA
<b><u>LEI DE 21 DE FEVEREIRO DE 1876</u></b>	<i>Institui uma escola de habilitação para marinheiros militares</i>	Diário do Governo n.º 51	Ministério da Marinha (Livro 1876)	<b><u>Alta</u></b>
<b>DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 1876</b>	<i>Regulamento da Escola de Alunos Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 72, de 2 de abril de 1877  Nota: O regulamento a que se refere este decreto não foi publicado no Diário do Governo <sup>†</sup> .	Ministério da Marinha (Livro 1876)	<b>Média</b>
<b><u>DECRETO DE 01 DE OUTUBRO DE 1880</u></b>	<i>Aprova as alterações feitas no Regulamento da Escola de Alunos Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 253	Ministério da Marinha (Livro 1880)	<b><u>Alta</u></b>
<b><u>LEI DE 27 DE JULHO DE 1882</u></b>	<i>Autoriza o estabelecimento da Escola de Alunos Marinheiros a bordo de três ou mais navios, em Lisboa, Porto e S. Miguel</i>	Diário do Governo n.º 168, de 29 de julho	Ministério da Marinha (Livro 1882)	<b><u>Alta</u></b>
<b>PORTARIA DE 28 DE JULHO DE 1882</b>	<i>Comunica ao comandante da Escola de Alunos Marinheiros qual a inteligência que deve dar a algumas das disposições das portarias de 21 e 22 de junho último</i>	Diário do Governo n.º 172, de 3 de agosto	Ministério da Marinha (Livro 1882)	<b>Baixa</b>

<sup>†</sup> Em todo o caso, foi possível consultar a edição publicada em livro – *Carta de lei de 21 de fevereiro de 1876 criando a Escola de Alunos Marinheiros e regulamento para a mesma escola aprovado por decreto de 13 de dezembro de 1876* (1877). Lisboa, Imprensa Nacional. 68 pp..



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

<b><u>DECRETO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1886</u></b>	<b>Aprova o “Regulamento para as Escolas de Alunos Marinheiros”</b>	Diário do Governo n.º 69, de 29 de março	Ministério da Marinha (Livro 1886)	<b><u>Alta</u></b>
LEI DE 28 DE JULHO DE 1888	<i>Estabelece pensões aos alunos das Escolas dos Alunos Marinheiros que reunirem certas condições, e aplica as disposições desta lei a dois alunos nela designados</i>	Diário do Governo n.º 172, de 31 de julho	Ministério da Marinha (Livro 1888)	Baixa
<b>DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 1895</b>	<b><i>Determina a instalação imediata da terceira Escola de Alunos Marinheiros no Departamento do Sul, e reorganiza os serviços das duas existentes</i></b>	Diário do Governo n.º 87, de 20 de abril	Presidência do Conselho de Ministros (Livro 1895)	<b>Média</b>
<b><u>DECRETO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1901</u></b>	<b><i>Reorganiza a Escola de Alunos Marinheiros</i></b>	Diário do Governo n.º 276, de 6 de dezembro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1901)	<b><u>Alta</u></b>
<b>PORTARIA DE 09 DE JULHO DE 1903</b>	<b><i>Alarga as condições de admissão dos alunos nas Escolas de Alunos Marinheiros</i></b>	Diário do Governo n.º 149, de 10 de julho	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1903)	<b>Média</b>
PORTARIA DE 28 DE JULHO DE 1905	<i>Manda reunir novamente a comissão encarregada de elaborar o “Regulamento das Escolas de Alunos Marinheiros” a fim de rever, alterar e melhorar o mesmo Regulamento</i>	Diário do Governo n.º 169, de 31 de julho	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1905)	Baixa
PORTARIA DE 9 DE NOVEMBRO DE 1905	<i>Nomeia mais um vogal para a comissão encarregada de elaborar o “Regulamento das Escolas de Alunos Marinheiros”</i>	Diário do Governo n.º 257, de 13 de novembro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1905)	Baixa



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

<b><u>PORTARIA DE 2 DE OUTUBRO DE 1908</u></b>	<i>Aprova e manda pôr em execução o programa de ensino das Escolas de Alunos Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 224, de 5 de outubro  Nota: Erratas no Diário do Governo n.º 225	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1908)	<b><u>Alta</u></b>
PORTARIA DE 1 DE JUNHO DE 1909	<i>Determina que o transporte “Pero de Alenquer” passe a ser considerado navio-escola anexo ao Corpo do Marinheiros</i>	Diário do Governo n.º 122, de 3 de junho  Nota: Erratas no Diário do Governo n.º 225	Ministério da Marinha (Livro 1909)	Baixo

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa efetuada no repositório “Legislação Régia” – <http://legislacaoregia.parlamento.pt> [acedido em março/maio de 2020]





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Apêndice D – Legislação sobre a Escola e Serviço de Torpedos

TIPO E DATA DO DIPLOMA	MATÉRIA	PUBLICAÇÃO	ENTIDADE EMITENTE	RELEVÂNCIA
<b><u>LEI DE 03 DE MAIO DE 1878</u></b>	<i>Autoriza o governo para organizar a Escola e Serviço dos Torpedos</i>	Diário do Governo n.º 106, de 11 de maio	Ministério da Guerra (Livro 1878)	<b><u>Alta</u></b>
<b>PORTARIA DE 19 DE ABRIL DE 1881</b>	<i>Regulamento Provisório do Serviço de Torpedos</i>	Diário do Governo n.º 96, de 2 de maio	Ministério da Guerra (Livro 1881)	<b>Média</b>
<b><u>PORTARIA DE 30 DE OUTUBRO DE 1886</u></b>	<i>Aprova o Regulamento Geral para a Escola e Serviço de Torpedos</i>	Diário do Governo n.º 256, de 10 de novembro	Ministério da Guerra (Livro 1886)	<b><u>Alta</u></b>
<b>DECRETO DE 30 DE OUTUBRO DE 1892</b>	<i>Determina que seja aberto no Ministério da Fazenda a favor do da Marinha e Ultramar um crédito especial para pagamento dos soldos dos oficiais do exército em serviço na Escola de Torpedos</i>	Diário do Governo n.º 250, de 4 de novembro	Ministério da Marinha (Livro 1892)	<b>Baixa</b>
<b>LEI DE 27 DE JULHO DE 1893</b>	<i>Torna extensivas aos oficiais do exército que estiverem adjuntos à Escola e Serviço de Torpedos, ou que desempenharem funções de ministros plenipotenciários e ao chefe da 2.ª secção da 3.ª repartição da Direcção-Geral do Ultramar, quando seja oficial do exército, o disposto no n.º 1.º do § único do artigo 171.º do Decreto de 30 de outubro de 1884</i>	Diário do Governo n.º 268, de 29 de julho	Ministério da Marinha (Livro 1893)	<b>Baixa</b>
<b>DECRETO N.º 6, DE 01 DE FEVEREIRO DE 1895</b>	<i>Regula as gratificações do pessoal do estado maior, pertencente aos quadros da Armada em</i>	Diário do Governo n.º 32, de 9 de fevereiro	Presidência do Conselho de Ministros (Livro 1895)	<b>Baixa</b>



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	<i>comissão na Escola de Torpedos</i>			
DECRETO DE 25 DE AGOSTO DE 1896	<i>Determina que seja aberto no Ministério da Fazenda a favor do da Marinha e Ultramar um crédito especial para pagamento dos vencimentos dos adjuntos da Escola e Serviço de Torpedos</i>	Diário do Governo n.º 226, de 7 de outubro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1896)	Baixa
DECRETO DE 1 DE ABRIL DE 1897	<i>Determina que na Escola de Torpedos sejam organizados cursos especiais para a habilitação de torpedeiros e cabos torpedeiros</i>	Diário do Governo n.º 73, de 3 de abril	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1897)	Média
<u>DECRETO DE 30 DE JUNHO DE 1898</u>	<i>Reorganiza a Escola e Serviço de torpedos</i>	Diário do Governo n.º 144, de 5 de julho  Nota: Erratas no Diário do Governo n.ºs 145 e 146	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1898)	<u>Alta</u>
PORTARIA DE 10 DE FEVEREIRO DE 1899	<i>Nomeia uma comissão, a fim de dar parecer sobre as necessárias construções para melhor acomodação da Escola de Torpedos e Serviço de Torpedos</i>	Diário do Governo n.º 231, de 12 de outubro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1899)	Baixa
<u>DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 1899</u>	<i>Aprova e manda pôr em execução o “Regulamento para a Escola e Serviço de Torpedos”</i>	Diário do Governo n.º 138, de 23 de junho de 1900	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1900)	<u>Alta</u>
<u>DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1901</u>	<i>Reorganiza o Serviço e Escola Prática de Torpedos e Eletricidade</i>	Diário do Governo, n.º 1, de 2 de janeiro de 1902  Nota: Erratas no Diário do Governo, n.º 4, de 7 de janeiro de 1902	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1901)	<u>Alta</u>
PORTARIA DE 25 DE JANEIRO DE 1902	<i>Nomeia uma comissão para estudar e indicar a forma mais conveniente de instalar</i>	Diário do Governo, n.º 28, de 2 de janeiro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1902)	Média



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	<i>a Escola Prática de Serviço de Torpedos Móveis no Estabelecimento de Vale do Zebro</i>			
<b>PORTARIA DE 26 DE ABRIL DE 1904</b>	<i>Aprova e manda pôr em execução o programa da instrução para os oficiais que cursam a Escola Prática de Torpedos e Eletricidade, e, o programa para o curso de artífices eletricistas</i>	Diário do Governo, n.º 104, de 11 de janeiro  Nota: Erratas no Diário do Governo, n.º 119	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1904)	<b>Média</b>
<b><u>PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1905</u></b>	<i>Aprova e manda pôr em execução os programas de instrução para as praças que cursarem a Escola Prática de Torpedos e Eletricidade</i>	Diário do Governo, n.º 273, de 1 de dezembro	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1905)	<b><u>Alta</u></b>
<b>PORTARIA DE 30 DE MARÇO DE 1909</b>	<i>Aprova as instruções para a receção, conservação e emprego do material de torpedos e para o serviço dos explosivos empregados no seu municamento, elaborados pelo Serviço e Escola Prática de Torpedos e Eletricidade</i>	Diário do Governo, n.º 117, de 28 de maio	Ministério da Marinha e Ultramar (Livro 1909)	<b>Baixa</b>

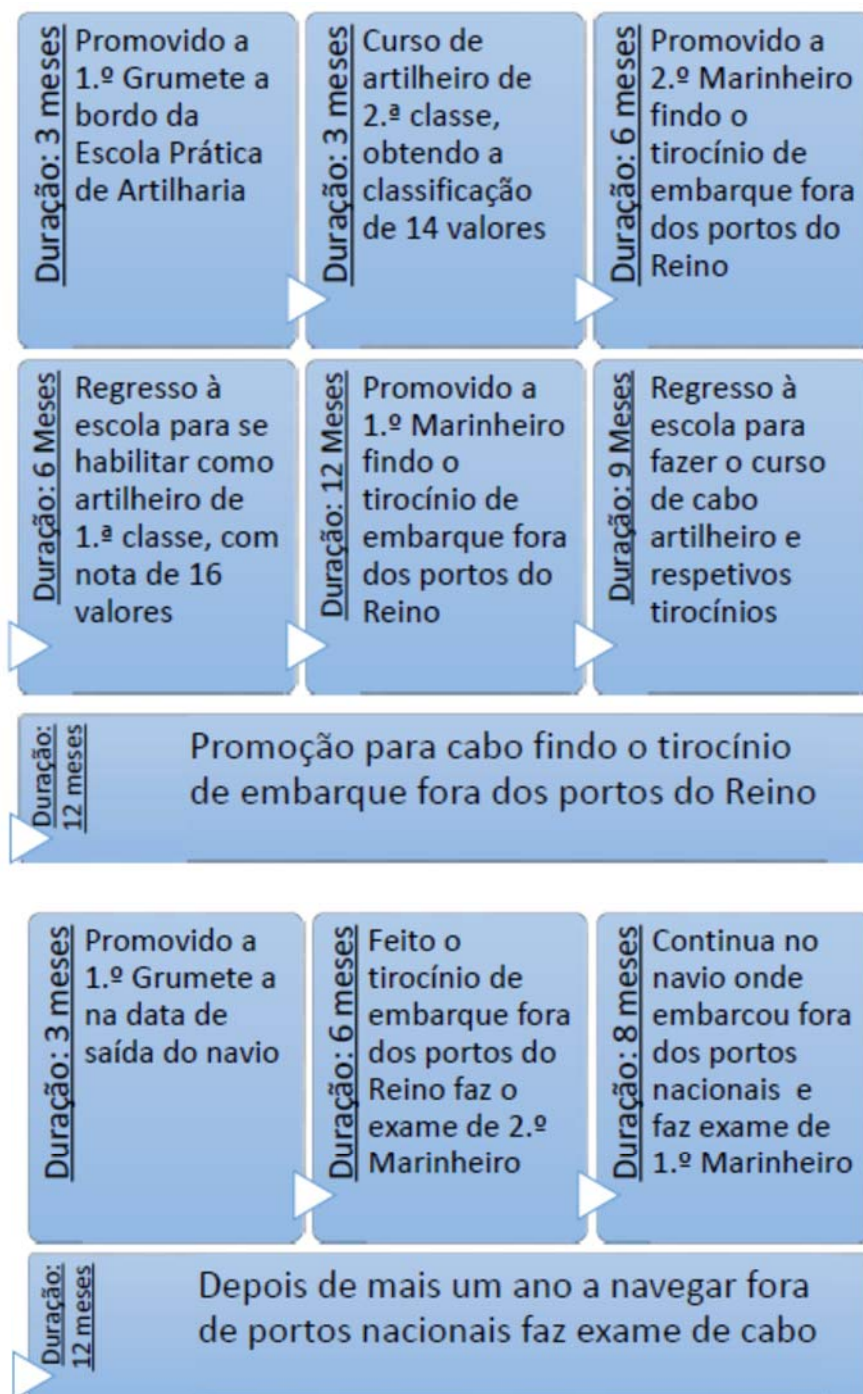
Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa efetuada no repositório “Legislação Régia” – <http://legislacaoregia.parlamento.pt> [acedido em março/maio de 2020]





Apêndice E – Progressão na carreira de praças da classe de artilharia

vs. classe de manobra (1894)



Fonte: Elaboração própria, com base em Andreia (1894, pp. 11-14).





Apêndice F – O dia dos alunos-marinheiros – horário do serviço em 1892

Manhã	Nos dias de atividade escolar
A hora superiormente determinada	Tiro e toque de alvorada
0450	Acordar os alunos e marinagem
0500	Primeiro toque de faxina de macas. Ferrar macas. Desmontar a guarda.
0520	Segundo toque de faxina de macas. Formatura e oração. Arrumar macas.
0535	Toque de rancheiros. Abrir portas. Adriçar toldos. Içar ventiladores. Varrer a tolda.
0545	Toque ao almoço. Formatura a postos de rancho. Tirar bonés e sentar.
0615	Distribuição da gente para a baldeação. Larga par terra a embarcação com os compradores.
0715	Termina a baldeação. Lavagem de corpos. Enxugar o navio. Limpeza do costado. Vestir os alunos para a embarcação de serviço.
0730	



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

	Faxina de bateria. Limpeza de metais e trem de ranchos. Embarcação ao médico. Larga a embarcação das licenças.
0800	Içar a bandeira e jack. Embarcação ao estado menor. Visita sanitária. Vestir alunos e marinagem de fato de faxina limpo. Examinar exteriormente o navio.
0830	Içar o sinal da embarcação que tiver ido ao estado menor. Formatura de companhias e revista de corpos e uniformes, passada pelo oficial de serviço. Leitura das instruções para a guarda e sinaleiros, feita pelo sargento de dia.
0845	Arriar o sinal para largar de terra a embarcação com o estado menor. Escaler à divisão.
0850	Evoluções de mastaréis, vergas e pano. Largar toldos.
0925	Toque às aulas. A companhia de serviço forma na tolda e a de folga na coberta.
0930	Começa a instrução. A companhia de folga recebe a instrução literária, e a de serviço instrução profissional.
1130	Termina a instrução. Formatura. Destroçar. Toque de rancheiros. Revista de ranchos.
1200	Toque ao jantar. Formatura a postos de rancho. Tirar bonés e sentar.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

1230	Levantar corpos e por bonés, destroçar. Toque para a bebida. Formatura e distribuição na tolda. Em seguida limpeza e arrumação do trem dos ranchos e varrer todos os pavimentos do navio.
1300	Toque às aulas. Formatura como de manhã. Começa a instrução. A companhia de folga tem instrução literária e a de serviço instrução militar ou profissional.
1420	Toque de descanso. Destroçar. Toque à ordem.
1430	Toque às aulas. Continuação da instrução como no primeiro tempo.
1500	Embarcação à ordem.
1530	Toque para cessar a instrução. Atraca a embarcação para os oficiais. Formatura das companhias na tolda. Destroçar.
1540	Atraca a embarcação para o estado menor.
1545	Evoluções do pano, vergas e mastaréus. Adriçar toldos.
1615/1645	Toque de rancheiros.
1630/1700	Toque à ceia, formatura como ao jantar.
1700/1730	Toque para a bebida. Formatura e distribuição na tolda. Em seguida execução de castigos mandados na véspera aplicar aos alunos. Limpeza e arrumação do trem dos ranchos, faxina da bateria, levantar cabos, varrer o navio, içar escaleres, encapar escotilhas, abarracar ou ferrar toldos, fechar portas, etc. Liberdade. Os alunos de serviço guardam lenços e fitas.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

15 min antes do pôr-do-sol	Toque à guarda. Acender luzes.
Pôr-do-sol	Tiros. Arriar bandeira e jack. Formatura das companhias na tolda. Oração. Leitura dos castigos mandados aplica aos alunos, e da escala de serviço para o dia seguinte. Distribuição de macas, marchando primeiro a companhia de folga para o bailéu e depois a der serviço para a coberta. Correr xadrezes nas escotilhas de serventia para a coberta dos alunos. Toque de faxina de macas
5 min depois do toque de faxina de macas	Toque às aulas para a companhia de serviço, que forma na coberta e entra em seguida para as aulas, tendo os monitores acendido previamente as luzes.
1 hora depois de começar	Termina o estudo. O sargento manda levantar e sair. O cabo da guarda coloca os plantões na coberta e bailéu.
15 min depois do estudo	Recolher às macas. Á hora conveniente apitar a silêncio.
10 min antes dos tiros	Começar o toque de recolher.
A hora superiormente determinada	Tiros. Segunda parte do toque de recolher.
30 min depois dos tiros	Toque de silêncio. Inspeção ao navio, a fim de verificar se existem luzes extraordinárias, etc.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

Hora	Sábados
0800	Vestir os alunos para a embarcação de serviço.
0820	Embarcação ao médico.
0900	Termina a baldeação. Lavagem de corpos. Enxugar o navio.
0930	Inspeção e visita sanitária. Em seguida faxina de bateria, limpeza de metais, trem de ranchos, costado, etc.
1000	Arriar a roupa (estando enxuta). Escaler à divisão.
1030	Toque a vestir alunos e marinhagem. Primeiro toque para a guarda.
1100	Formatura das companhias e destacamento. Segundo toque à guarda, a qual arma com sabre baioneta. Revista de corpos e uniformes passada pelo segundo comandante. Concessão de licença aos alunos da companhia de serviço.
Depois da bebida do jantar	Formatura das praças de marinhagem para concessão de licenças.
1300	Tratar da roupa e calçado. Os cabos e marinheiros comandantes das esquadras vigiam, junto dos alunos, este serviço, e fornecem-lhes agulhas, linhas, botões, etc.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

1545	Guardar a roupa nos sacos e arrecadações das esquadras. Varrer trincheiras do bailéu.
1600	Arrumar os sacos nas trincheiras.
5 min antes do pôr-do-sol	Toque à guarda para continência à bandeira

<b>Hora</b>	<b>Domingos e dias santificados</b>
0740	Vestir os alunos para a embarcação de serviço.
0755	Toque à guarda para continência à bandeira
0800	Içar a bandeira e <i>jack</i> . Toque de vestir os alunos e marinhagem para a missa. Primeiro toque à guarda. Embarcação ao capelão e médico.
0830	Visita sanitária.
0845	Segundo o toque à guarda, a qual forma com carabina e sabre. Formatura das companhias e destacamento. Revista de corpos e uniformes passada pelo oficial de serviço. Render a guarda.
0900	Prática moral e religiosa, ou instrução de ajudar à missa.
0930	Formatura na tolda e marcha para a coberta. Celebração da missa.



## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

1000	Escaler à divisão. Lancha ao arsenal com as licenças, acompanhadas pelo sargento. Os alunos, exceto guarda, moços de cabo e sinaleiros, vestem fato de faxina lavado, ficando calçados e com lenço e fita.
1045	Içar o sinal de lancha
1100	Arriar o sinal para largar de terra lancha com as famílias que desejarem visitar os alunos.
1130	Vestir de faxina a guarnição das embarcações.
1300	Embarcação levar as famílias a terra. Cumprir castigos.
Depois da ceia	Guardar lenços, fitas e calçado, á exceção dos alunos que estão de guarda, os quais procederão a este serviço a seguir à faxina das macas, devendo na mesma ocasião vestir de faxina.
5 min antes do pôr-do-sol	Toque à guarda para continência à bandeira.

Fonte: Elaboração própria, com base em Caminha (1892, pp. 15-18)





## ANEXOS

### Anexo A – Extrato da *Exposição de Motivos* (dirigida pelo Governo à Rainha D. Maria II) anexa ao Decreto de criação do Corpo de Marinheiros Militares

– 1851 –

(1) SENHORA! A necessidade urgente de reorganisar a Marinha, em quanto ao pessoal das equipagens, debaixo do aspecto militar naval, é hoje avaliada por todos que conhecem o estado das guarnições dos nossos navios de guerra.

Immensamente atrasado no pagamento das suas soldadas, mal vestido e composto para sofrer a intemperança das estações, e o rigor dos diversos climas que percorre, sem estímulos para o adiantamento, desconsiderado e esquecido, o marinheiro portuguez, um dos primeiros marinheiros do mundo, tem definhado em abandono nas cobertas dos poucos navios do Estado, que nos restam das nossas antigas esquadras. Assim, elles preferem, e muito, a navegação nos navios mercantes; assim elles emigram para o Brazil, e outras nações, que aproveitam sollicitas estes braços robustos e adestrados, que nós despresamos — e assim as equipagens dos nossos vasos militares são, pela maior parte das vezes, compostas de homens arrancados ás fezes da sociedade, e mui distantes, pelos seus habitos normaes, da laboriosa e difficil vida do mar. Se ainda, apesar de tudo isto, alguns dos nossos navios tem sustentado por vezes em concorrência com os de outras nações, a galhardia e destreza das antigas guarnições portuguezas, hão depende isso, por certo, das instituições legislativas que os regem, mas da sempre bem reconhecida disposição natural dos nossos homens do mar, e dos desvelos incançaveis de alguns Officiaes intelligentes, e benemeritos da nossa marinha.

O serviço militar naval é dividido a bordo entre os cuidados da manobra, e da artilheria; um navio guarnecido por gente adestrada e habil nos complicados mesteres destas duas grandes divisões de serviço, levará sempre vantagem a outro de igual lote, que não seja tripulado com gente daquellas qualidades. Entre nós o marinheiro é encyclopedico, relativamente á sua profissão; o mesmo homem coze panno, é gageiro, governa ao leme, e serve a artilheria, em quanto que, em outros paizes, ha homens especiaes nas guarnições, para estes diversos e complicados detalhes. Aproveitando, pois, a excellente disposição dos nossos marujos, que lhes permite a accumulção de tão differentes destinos, convém recrutar-los no litoral maritimo, dar-lhes uma educação e instrucção conveniente, e ligá-los mais entre si pela organização militar, como um laço que os prende em espirito de corpo, que lhes faz levantar os brios, e que dá a centenares de homens, espalhados em diversas paragens do globo, um ponto de partida commum, e uma existencia definida.

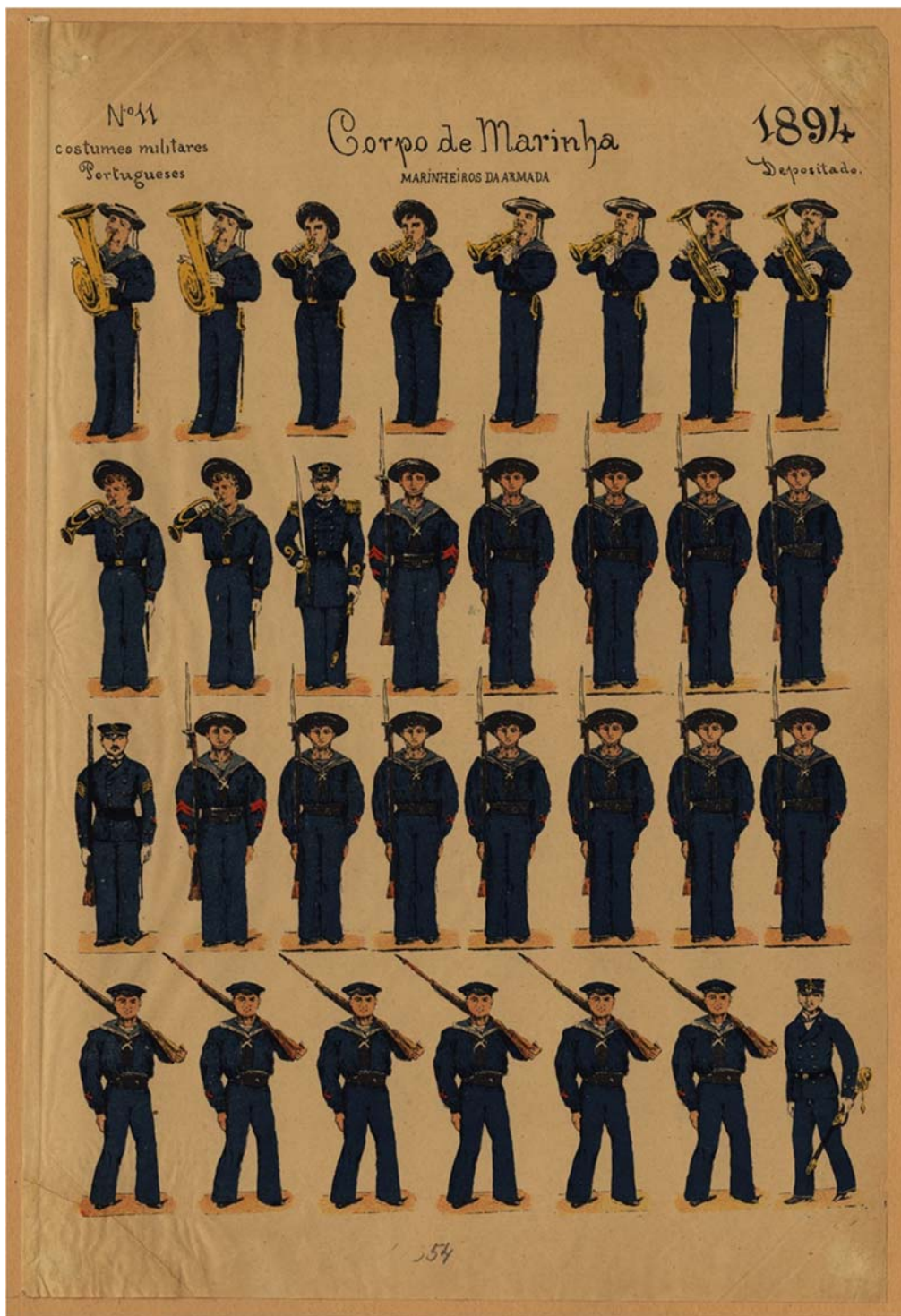
Fonte: Decreto de 22 de outubro de 1851, que cria o *Corpo de Marinheiros Militares* – *Diário do Governo* n.º 252.





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Anexo B – Fardamentos do Corpo de Marinheiros da Armada em 1894



Fonte: *Corpo de Marinha - Marinheiros da Armada* (1894). Biblioteca Nacional Digital.





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Anexo C – Carta de Curso da Escola de Alunos Marinheiros do Sul – Faro (1899)

ESCOLA DE ALUNOS MARINHEIROS  
Navio *Corveta Duques de Saldanha*

CARTA DO CURSO

O aluno n.º *53/1058* *Francisco de Brito* filho de *Manuel de Brito*  
natural de *Faro* de idade de *seis* anos, sobeja aos exames finais do curso  
d' esta escola, com as seguintes notas:

Instrução literaria . . . . .	5	valores - Classificação	<i>Suficiente</i>
Instrução profissional de marinheiro . . . . .	7	"	<i>Bom</i>
Instrução de artilheria . . . . .	8	"	"
Instrução de infantaria . . . . .	7	"	"

PREMIOS E DISTINÇÕES

*Graduado em chefe de guizpe*  
*em 14 de julho de 1899. Menção honrosa pelo seu cumprimento com*  
*portabilidade*

OBSERVAÇÕES

*Foi o cumprimento com portabilidade*

*Bordo da Corveta Duques de Saldanha, navio escola de alunos marinheiros, desta armada de Faro*  
*14 de julho de 1899*

O 1.º commandante,  
*Francisco de Brito*

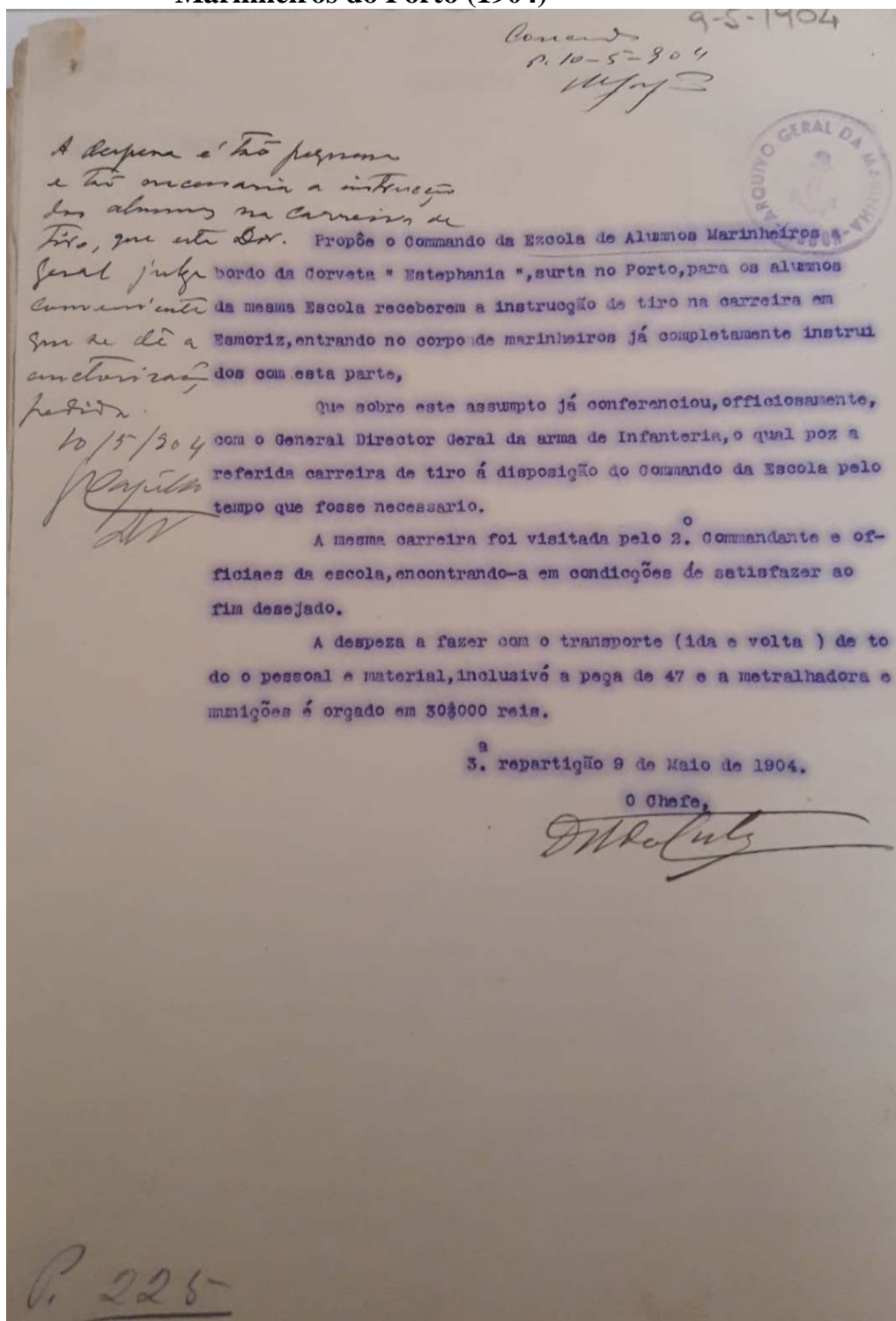
Fonte: Diploma da *Escola de Alunos Marinheiros* passado em nome de Francisco de Brito [Manuscrito], 1899, Biblioteca Central da Marinha.





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Anexo D – Informação sobre treino de tiro da Escola de Alunos Marinheiros do Porto (1904)



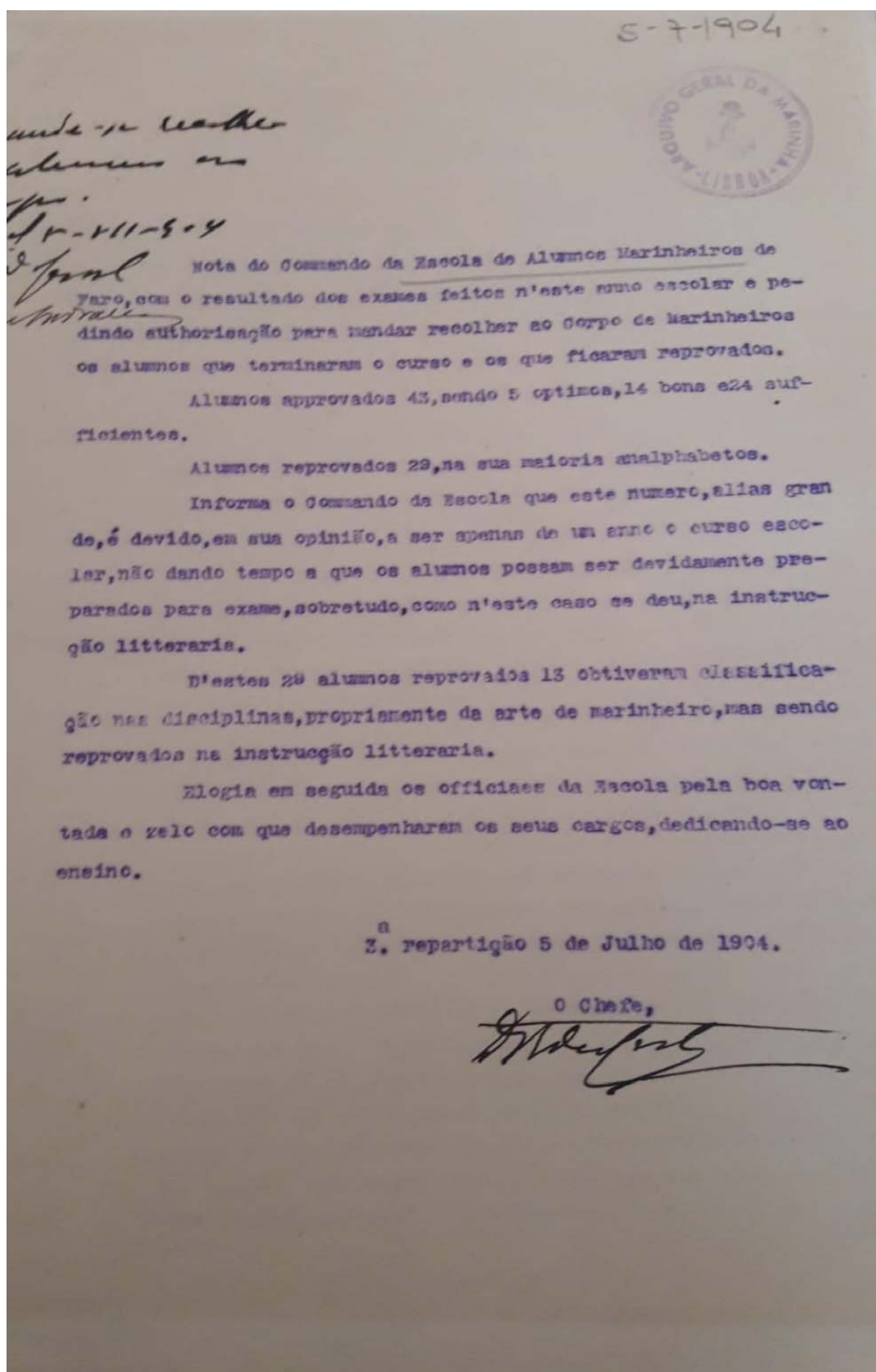
Fonte: Arquivo Histórico da Marinha, Cx. 297 e Cx. 298. Escola de Alunos Marinheiros (1877-1910).





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Anexo E – Informação sobre aprovações e reprovações em exame da Escola de Alunos Marinheiros de Faro (1904)



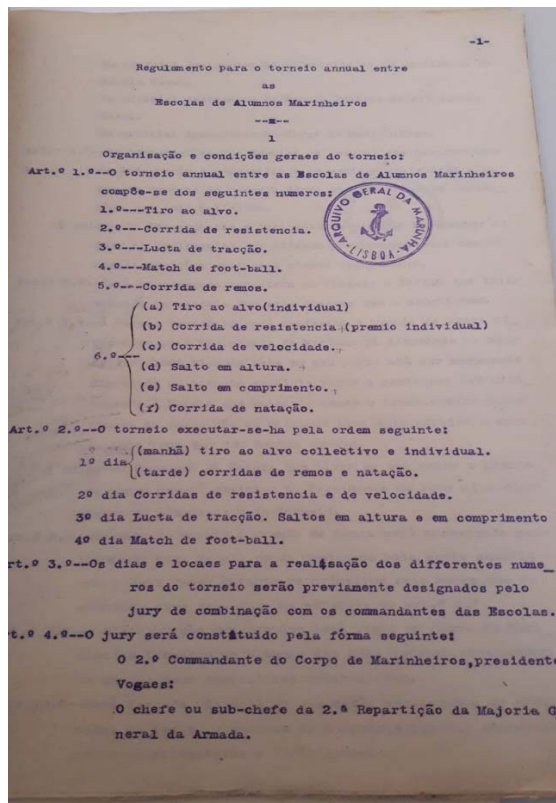
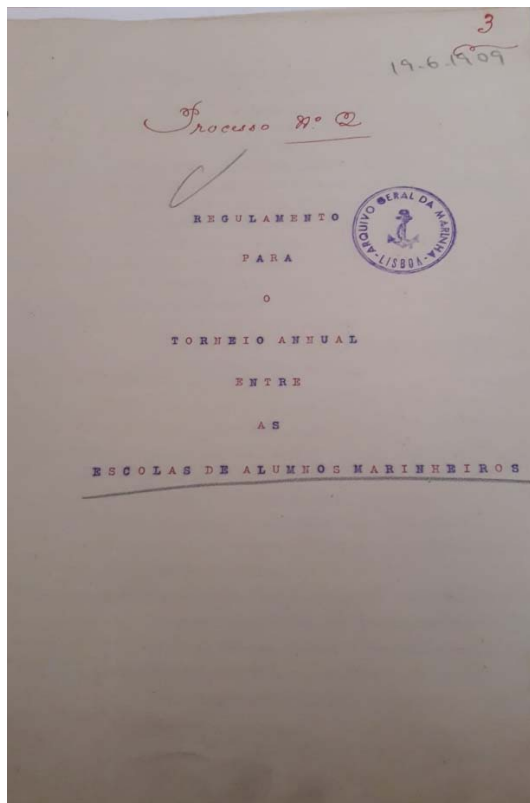
Fonte: Arquivo Histórico da Marinha, Cx. 297 e Cx. 298. *Escola de Alunos Marinheiros* (1877-1910).





## A formação de marinheiros na Armada Portuguesa (1851–1910)

### Anexo F – Torneio desportivo entre Escolas de Alunos Marinheiros (1909)



Fonte: Arquivo Histórico da Marinha, Cx. 297 e Cx. 298. *Escola de Alunos Marinheiros* (1877-1910).